



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

ÁREA DO CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

BACHARELADO EM JORNALISMO

ALISON ZIMMER

**A OPINIÃO DO GRUPO RBS NA ENCHENTE DE 2024 NO RIO GRANDE DO
SUL: UMA ANÁLISE DOS EDITORIAIS DO JORNAL ZERO HORA**

CAXIAS DO SUL

2024

ALISON ZIMMER

**A OPINIÃO DO GRUPO RBS NA ENCHENTE DE 2024 NO RIO GRANDE DO
SUL: UMA ANÁLISE DOS EDITORIAIS DO JORNAL *ZERO HORA***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito obrigatório para obtenção do
grau de Bacharel em Jornalismo, da
Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miranda Alves

CAXIAS DO SUL

2024

ALISON ZIMMER

**A OPINIÃO DO GRUPO RBS NA ENCHENTE DE 2024 NO RIO GRANDE DO
SUL: UMA ANÁLISE DOS EDITORIAIS DO JORNAL *ZERO HORA***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito obrigatório
para obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo, da Universidade de Caxias do
Sul.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miranda Alves

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Miranda Alves – Orientador
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Prof. Dr. Marcell Bocchese
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Profa. Dra. Paula Sperb
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

AGRADECIMENTOS

Talvez precisasse de páginas e páginas para agradecer todo mundo que contribuiu comigo mesmo que indiretamente para estar onde estou. Desde os professores do ensino fundamental, os professores do ensino médio, todos ajudaram no meu desenvolvimento e seria egoísmo não citar a contribuição deles para ser quem sou hoje. E são inúmeros desses professores que estão no meu cotidiano, me sinto lisonjeado de poder cultivar até hoje essa proximidade. Todos foram essenciais para moldar o que eu sou hoje.

No momento mais importante da minha vida, não posso esquecer de quem me deu oportunidade e me incentivou a correr atrás dos meus sonhos, Lauro e Lúcia Zimmer. Sou eternamente grato por todo apoio e por ter tanta sorte de ter vocês como meus pais, por toda cobrança, pelas conversas, por acreditarem em mim sempre, me ensinarem a ser quem sou hoje. Se se hoje sou algo ou alguém, devo eternamente isso tudo a vocês.

Aos amigos e colegas por todo companheirismo, conversas, conselhos, auxílio durante esses anos de estudos, que foram essenciais para que eu tivesse sucesso nessa jornada acadêmica. Não vou conseguir lembrar de todos, mas aprendi com todos os meus colegas, mesmo que nunca tenhamos conversado. Como bom futuro jornalista, acredito ser um bom observador e vocês todos fazem parte desse momento.

Não posso deixar de lembrar de meus animais de estimação, que com suas companhias aliviaram o estresse, a tensão e me divertiram durante todos esses anos. A minha gata, Natasha, que hoje não está mais entre nós, nos deixou há dois anos, com quase 24 anos, me acompanhou desde o meu início no ensino fundamental e infelizmente não está mais aqui. Meu cão, Spike, que me deixou esse ano, e passou 14 anos sendo meu fiel escudeiro. Sempre confundo seu nome com o neném da casa, que não é mais neném, o Thor cresceu e hoje está há três anos me fazendo companhia.

Aos professores que me acompanharam durante toda graduação na UCS, seus ensinamentos foram cruciais para minha formação e principalmente no desenvolvimento como ser humano. E em especial ao professor Márcio Miranda

Alves, que me orientou durante toda monografia e foi essencial em todos os momentos. Sou eternamente grato por toda paciência e suporte, pois não teria chegado até aqui sem você.

RESUMO

Esta monografia apresenta a análise de conteúdo dos editoriais publicados pelo jornal *Zero Hora* durante o mês de maio de 2024, um período marcado por uma das maiores tragédias já enfrentadas pelo Estado do Rio Grande do Sul. O estudo percorre conceitos de gêneros e formatos jornalísticos, com foco no jornalismo opinativo e no editorial, para compreender o posicionamento crítico do Grupo RBS durante a cobertura das enchentes. A pesquisa tem como objetivo analisar as opiniões do Grupo RBS, evidenciando o papel da maior empresa de comunicação gaúcha e uma das mais relevantes do Brasil, no que concerne às cobranças por ações e aos apelos de mobilização e solidariedade. Conclui-se que o Grupo RBS, por meio de seus editoriais, demonstrou um compromisso claro com o salvamento de vidas, a reconstrução do Estado e a mobilização da sociedade. Ao cobrar ações imediatas das autoridades e promover a união em um momento de crise, a RBS consolidou seu papel como veículo de informação e inspiração, reforçando sua responsabilidade social diante de uma das maiores tragédias da história do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Jornalismo opinativo; editorial; Grupo RBS; Zero Hora; enchentes.

ABSTRACT

This monograph presents a content analysis of the editorials published by the newspaper *Zero Hora* during May 2024, a period marked by one of the greatest tragedies ever faced by the state of Rio Grande do Sul. The study explores concepts of journalistic genres and formats, focusing on opinion journalism and the editorial, to understand the critical stance of the RBS Group during the coverage of the floods. The research aims to analyze the opinions expressed by the RBS Group, highlighting the role of the largest communication company in the state and one of the most significant in Brazil in advocating for action and appealing for mobilization and solidarity. It concludes that the RBS Group, through its editorials, demonstrated a clear commitment to saving lives, rebuilding the state, and mobilizing society. By demanding immediate actions from state and federal governments and fostering unity during a time of crisis, the RBS Group strengthened its role as a source of information and inspiration, reaffirming its social responsibility in the face of one of the greatest tragedies in Rio Grande do Sul's history.

Keywords: Opinion journalism; editorial; RBS Group; *Zero Hora*; floods.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	GÊNERO JORNALÍSTICO E OPINIÃO	14
2.1	OS GÊNEROS E FORMATOS JORNALÍSTICOS.....	14
2.2	A HISTÓRIA E AS ORIGENS DO JORNALISMO OPINATIVO	17
2.3	O JORNALISMO OPINATIVO BRASILEIRO	21
2.4	O EDITORIAL	24
3	O FENÔMENO DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL	29
3.1	HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS.....	29
3.2	A ENCHENTE DE MAIO DE 2024	30
3.2.1	A COBERTURA JORNALÍSTICA NACIONAL E INTERNACIONAL.....	32
3.2.2	A COBERTURA DO JORNAL <i>ZERO HORA</i>	36
4	METODOLOGIA.....	39
4.1	CONCEITOS DE METODOLOGIA DE PESQUISA.....	39
4.2	ANÁLISE DE CONTEÚDO	40
4.3	SELEÇÃO DOS EDITORIAIS DE <i>ZERO HORA</i>	45
4.3.1	CLASSIFICAÇÃO DOS EDITORIAIS.	46
5	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....	50
5.1	MUDANÇAS CLIMÁTICAS.	50
5.2	MOBILIZAÇÃO PARA SALVAR VIDAS.	54
5.3	RECONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA.....	58
5.4	DESINFORMAÇÃO E <i>FAKE NEWS</i>	69
6	CONCLUSÕES.....	73
	REFERÊNCIAS	76
	ANEXO A	82

1 INTRODUÇÃO

As enchentes que devastaram o estado do Rio Grande do Sul desde o final de abril de 2024 e se intensificaram ao longo do mês de maio trouxeram à tona discussões cruciais sobre os impactos das mudanças climáticas e a responsabilidade de diversos setores da sociedade para enfrentar esses desafios. O desastre registrado no Estado afetou 471 dos 497 municípios e deixou mais de 170 mortes. Nesse contexto de emergência, a imprensa estadual e nacional ocupou um papel central, tanto como mediadora das informações quanto como formadora de opinião pública.

A tragédia das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul ganhou destaque nacional e internacional, evidenciando a gravidade do desastre que impactou milhões de gaúchos. A cobertura da imprensa ajudou a dimensionar a escala do problema e a mobilizar solidariedade em todo o país. No Brasil, o impacto das enchentes mudou temporariamente a dinâmica do jornalismo, especialmente no Estado. O *Jornal Nacional*, maior telejornal do país, enviou seu âncora para apresentar ao vivo diretamente das áreas atingidas, mostrando as diferentes realidades enfrentadas pelas comunidades. Essa abordagem contribuiu para amplificar as demandas das vítimas e formar uma rede de apoio que se espalhou por todo o território nacional.

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul evidenciaram os desafios climáticos e a urgência de respostas rápidas. O jornal *Zero Hora* e o portal *GZH* se destacaram com uma cobertura ampla e focada no serviço público. A criação da "Central das Enchentes" foi essencial para reunir informações atualizadas sobre resgates, rodovias interditadas, pontos críticos e orientações de segurança, com acesso gratuito a toda a população. Além das notícias em tempo real, a plataforma trouxe análises sobre o impacto das enchentes, dados sobre o uso de verbas públicas na reconstrução e conteúdos explicativos, como o funcionamento das casas de bomba em Porto Alegre e mapas das áreas afetadas.

Além da cobertura dos fatos em tempo real nas mídias digitais e diariamente nos veículos impressos, também se destacaram as opiniões do Grupo RBS em seus editoriais publicados no jornal *Zero Hora*, abordando uma diversidade de temas relevantes para a situação, a fim de informar, mobilizar e auxiliar na formação de opinião. Durante o mês

de maio, a opinião da RBS ajudou a expor diversos problemas e necessidades dos gaúchos, realizando mobilizações, exigindo cobranças, urgência e soluções dos governos federal e estadual para os problemas causados à infraestrutura do Estado.

O Grupo RBS, afiliada ao Grupo Globo no Rio Grande do Sul, possui um conglomerado de 15 marcas, que contam com um canal televisivo, três jornais impressos, quatro rádios, dois portais de notícias, uma empresa gráfica, uma plataforma gastronômica, uma direcionada ao público feminino, e a RBS Ventures, a media capital que impulsiona e participa de negócios, além da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho. Um grupo com grande participação em diversos setores dentro do Estado, além de ser muito bem estruturado, a RBS é a principal mídia informativa, com atuação em todo o Estado.

No mês de maio, delimitação temporal deste estudo, foram publicados no jornal *Zero Hora* 27 editoriais que expressam a opinião do Grupo RBS sobre as enchentes, nos quais foram abordados temas como mudanças climáticas, mobilizações, reconstrução, retorno às aulas, saúde, o muro a Avenida Mauá, o fechamento do maior aeroporto do Sul do País, a onda de assaltos e roubos, desinformação e *fake news*, além da tentativa de importar arroz por conta da perda de produção. Os editoriais são publicados diariamente no jornal impresso de *Zero Hora*, podendo ser acessados no modelo digital pelo aplicativo ou site, por meio de uma assinatura no portal *GZH*.

O editorial faz parte do gênero jornalístico opinativo, caracterizado por expor o posicionamento oficial de um veículo de comunicação sobre temas de interesse público e de grande relevância social. Diferente dos textos informativos, que se limitam à objetividade dos fatos, o editorial apresenta reflexões, análises e interpretações, propondo soluções ou chamando a atenção para determinados problemas. Sua construção é argumentativa, embasada em dados concretos além de uma linguagem formal, mas acessível, buscando fomentar o debate público.

Escrito por uma equipe editorial ou por representantes do veículo, o editorial reflete a visão institucional do jornal ou de seu grupo, diferenciando-se de artigos opinativos assinados. Seu tom é claro e direto, com o uso de exemplos que fortalecem os argumentos apresentados. Essa estrutura permite que ele cumpra sua função de engajar a sociedade nos debates relevantes, posicionar o jornal diante de questões importantes

e, ao mesmo tempo, contribuir para a formação de uma opinião pública mais crítica e informada.

Assim, os editoriais de *Zero Hora* tornam-se um objeto de estudo relevante para compreender como o jornal aborda temas como a responsabilidade do poder público, a gestão de riscos e a necessidade de políticas ambientais mais robustas. Além disso, analisar o discurso presente nesses textos permite identificar as estratégias de comunicação utilizadas para informar, alertar e engajar o público em discussões sobre mudanças climáticas e catástrofes naturais. Partindo do pressuposto de que, em momentos de crise, os editoriais de veículos de comunicação como o jornal *Zero Hora* ganham ainda mais relevância, pois expressam posicionamentos institucionais, influenciam debates sociais e servem como termômetro das expectativas e preocupações da sociedade, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo principal analisar o posicionamento crítico do Grupo RBS em meio às enchentes que aconteceram entre abril e maio de 2024, analisando o conteúdo dos editoriais publicados em *Zero Hora*. Já os objetivos são: a) analisar os posicionamentos do Grupo RBS, acerca do tema das enchentes de maio de 2024, publicados em editoriais do jornal *Zero Hora*; b) investigar as formas como o editorial transmite as opiniões do Grupo RBS por meio do jornal *Zero Hora*; c) analisar as principais temáticas abordadas nos editoriais do *Zero Hora*, identificando como elas refletem os interesses e valores do Grupo RBS. Diante das enchentes que atingiram o Brasil em maio de 2024, a forma como os meios de comunicação abordaram o tema tornou-se um aspecto relevante para análise, especialmente por sua influência na formação da opinião pública. Nesse contexto, surge a questão: quais são os posicionamentos adotados pelo Grupo RBS, em editoriais do jornal *Zero Hora*, sobre as enchentes ocorridas nesse período?

Para analisar os editoriais publicados no jornal *Zero Hora*, foram selecionados os 27 textos publicados em maio de 2024. Desse total, 16 foram separados em quatro grupos com os assuntos mais abordados durante o mês, os quais foram as mudanças climáticas, a mobilização para salvar vidas, a reconstrução da infraestrutura e a desinformação/*fake news*. Esses temas guiaram todo o estudo, ajudando a entender como o jornal tratou de questões importantes no momento mais difícil para o estado.

O método escolhido foi a pesquisa qualitativa, que busca entender de forma mais profunda o que os textos querem transmitir. Essa abordagem ajuda a identificar mensagens, temas e padrões nos editoriais, mostrando não só o que eles dizem, mas também o que refletem sobre o momento vivido. Com isso, foi possível compreender os posicionamentos do Grupo RBS durante as enchentes que atingiram o estado. A análise de conteúdo foi usada como ferramenta para observar como os textos comunicam e se conectam com a realidade social. Esse método permite encontrar temas e padrões nas mensagens, ajudando a entender melhor o que os editoriais pretendem informar a fim de persuadir o leitor. Para atingir nossos objetivos, este trabalho foi dividido em seis capítulos, sendo o primeiro deles esta introdução. No capítulo 2, intitulado “Gênero Jornalístico e Opinião”, são abordados conceitos fundamentais relacionados aos gêneros e formatos do jornalismo. Inicialmente, apresentamos uma visão geral sobre os gêneros e formatos jornalísticos, seguida de uma análise histórica e contextual das origens do jornalismo opinativo. Após, examina-se o desenvolvimento e as características do jornalismo opinativo no Brasil, com destaque para a relevância e a estrutura do editorial como gênero.

No Capítulo 3, discute-se “O Fenômeno das Enchentes no Rio Grande do Sul”, começando com um panorama geral do histórico de desastres naturais na região. Após isso, analisamos a enchente de maio de 2024, com foco em dois aspectos principais: a cobertura nacional e internacional do evento e o tratamento dado pelo jornal *Zero Hora*.

O Capítulo 4, intitulado “Metodologia”, apresenta os fundamentos teóricos e práticos que sustentam a análise. Primeiramente, discutimos conceitos de metodologia de pesquisa, seguidos pela descrição da técnica de análise de conteúdo. Além disso, detalhamos o processo de seleção dos editoriais de *Zero Hora*, bem como a classificação desses editoriais para fins de análise.

No Capítulo 5, realizamos a “Análise do Corpus”, explorando temas centrais abordados nos editoriais selecionados. Entre eles, destacam-se as discussões sobre mudanças climáticas, os esforços de mobilização para salvar vidas, a reconstrução da infraestrutura devastada e os desafios relacionados à desinformação e *fake news*.

Por fim, no Capítulo 6, apresentamos as considerações finais do estudo, sintetizando os resultados obtidos e apontando perspectivas para futuras pesquisas na área.

Assim, esperamos com este trabalho contribuir para a compreensão do papel da imprensa em períodos de crise e da influência de seus editoriais no debate público e na construção de uma narrativa coletiva sobre tragédias climáticas.

2 GÊNERO JORNALÍSTICO E OPINIÃO

2.1 OS GÊNEROS E FORMATOS JORNALÍSTICOS

Segundo Ferdinand Brunetière, gênero é uma entidade de essência, cuja evolução se move ao longo de linhas idênticas em diferentes contextos históricos e geográficos e dentro de uma cronologia coincidente. Para Brunetière (*apud* Seixas, 2009), por sua vez, um gênero literário tem sua "vida" individual e, portanto, não pode ser equiparado a uma simples classe ou categoria. Essa percepção permite que os gêneros se afastem uns dos outros de uma maneira semelhante às espécies biológicas, adquirindo uma quantidade de história muito semelhante à de qualquer organismo vivo — com infância, maturidade e decadência.

Brunetière (*apud* Seixas, 2009) afirma que os gêneros literários estão sujeitos a uma evolução semelhante e podem ser “conduzidos à adaptação e transformação” e funcionar de acordo com suas inter-relações e a “lei de seleção natural”. Assim, um gênero literário em particular pode sobreviver até a atualidade por influência de certos fatores sociais e históricos, como uma popular imprensa ou novos meios de comunicação. Como resultado, a história testemunha um repertório progressivamente em evolução de gêneros, que competem e se influenciam mutuamente e promovem contínuas mudanças e inovações.

Assim, a noção de gênero é dinâmica e mutável e reflete as condições culturais e sociais particulares de sua época. Em sua análise, Brunetière ressalta que a força e vitalidade de um gênero literário são determinadas por sua capacidade de se metamorfosear e mudar ao longo do tempo, em resposta a desafios e transformações dentro do ambiente cultural e social no qual ele surge e evolui.

A grande história dos gêneros jornalísticos iniciou-se ainda no século XIX, considerado um fato histórico e amplamente se evoluiu ao longo dos anos acompanhando mudanças culturais e tecnológicas. Neste mesmo período os jornais passaram a se consolidar como importantes meios de informação, sendo assim, vários gêneros jornalísticos passaram a se consolidar e houve grande diversificação. Os

gêneros de notícia e reportagem passaram a ser os principais, de modo que eram focados em apresentar fatos de forma objetiva e detalhada.

Entretanto, os gêneros jornalísticos se adaptaram no século XX com o advento do rádio e da televisão, se transformando em outra forma de comunicação, da mesma forma o jornalismo opinativo crescia cada vez mais em revistas e jornais. Atualmente a forma de apresentação do jornalismo com o avanço da internet se diversifica em diferentes mídias, principalmente as digitais, com o avanço da tecnologia o modo de se apresentar o jornalismo evoluiu para multiplataformas, com fatos e opiniões sendo consumidos em tempo real.

José Marques de Melo (2003, p. 44), em sua obra *Jornalismo Opinativo*, explora a classificação de gêneros destacando as contribuições dos teóricos Folliet, Kayser e Fraser Bond, os quais trazem sua perspectiva e compreensão única sobre a categorização dos gêneros jornalísticos que serviram de base para a evolução do jornalismo brasileiro.

Essa integração permite ter uma compreensão multifacetada dos gêneros, permitindo refletir a complexidade e diversidade dos campos do jornalismo.

Os gêneros jornalísticos que parecem hoje evidentes nasceram nos Estados Unidos desta demanda de informação. O nascimento da reportagem está largamente ligado à informação. A entrevista será igualmente inventada em meados de 1860, e as polêmicas que suscitam então na França o procedimento inconveniente que consiste em questionar um presidente dos Estados Unidos ou um papa [Schudson, 1995] mostra como a inovação não existia por si só (Neveu, 2004, p.10).

Os gêneros jornalísticos surgiram com o desenvolvimento do jornalismo de atualidade, consolidado na imprensa tradicional e voltado para a cobertura dos eventos cotidianos. Esse tipo de jornalismo atende às demandas de produção de informações e reflete a necessidade social de acompanhar os acontecimentos em tempo real. O jornalismo de atualidade se destaca como a prática discursiva mais representativa dessa atividade, dada a diversidade de produtos midiáticos e organizações que compõem o setor. Compreender esses gêneros é fundamental para entender a evolução do jornalismo e sua adaptação às novas exigências do público e da tecnologia.

Segundo Melo (2016), a compreensão dos gêneros no campo da Comunicação requer um retorno à definição de Mikhail Bakhtin (1986), amplamente referenciada por

estudiosos da área. Bakhtin define os gêneros como "tipos relativamente estáveis de expressões linguísticas" que emergem em situações comunicativas específicas, refletindo-se na forma, no conteúdo e na estrutura das mensagens. Ele aponta dois fatores principais que moldam os gêneros: os estilísticos, que dizem respeito às formas de expressão, e os orgânicos, relacionados à adequação funcional às diversas esferas da atividade humana, como a ciência ou o jornalismo. Bakhtin ainda distingue os gêneros primários, mais próximos da comunicação oral, dos gêneros secundários, associados à comunicação escrita, como a literatura e o jornalismo. A partir dessa fundamentação teórica, Melo (2016) propõe um modelo classificatório dos gêneros jornalísticos, levando em conta suas características específicas dentro do campo da Comunicação.

Embora a estrutura e a estética dos textos sejam certamente significativas, os gêneros de mídia são definidos principalmente por seu papel como uma "promessa de conteúdo". Isso essencialmente estabelece um contrato entre o remetente e o destinatário. Tal definição implica que o remetente opera dentro de uma estrutura semântica predefinida, utilizando um conjunto de possibilidades linguísticas e visuais que já estão determinadas. Como resultado, os gêneros não apenas orientam como as informações são organizadas e apresentadas, mas também moldam as expectativas do público em relação ao conteúdo. Essa interação influencia diretamente a relação entre a mídia e seu público.

Isso significa que os gêneros devem ser considerados como artifícios instrumentais que auxiliam a indústria midiática a produzir conteúdo, consistentes e eficazes, em sintonia com as expectativas da audiência. Consistem, em outras palavras, numa "estratégia de comunicabilidade" (Martín-Barbero, 2008, p. 303), espécie de pacto entre quem produz e quem recebe o que a Mídia transmite (Marques, 2016, p. 45).

O conceito de gênero, entendido como um agrupamento, é constituído por vários elementos. Entre esses, existem várias formas de expressar, ou, de forma figurativa, traduzir a vida social em diferentes textos, conversas, programas, materiais, dentre outros. Tais composições são denominadas formatos. Os formatos são compostos do termo gênero e se referem à matéria concreta contida em suportes impressos, eletrônicos ou digitais.

Os formatos midiáticos são, assim, variantes dos gêneros. Eles são subordinados aos gêneros, mas se desenvolvem em conformidade com seus princípios internos,

expandindo e revelando suas oportunidades. A análise apresentada permite considerar que há muitos formatos midiáticos e cada um tem sua identidade. A indústria midiática, portanto, opera não apenas com diferentes práticas, mas também com a intenção de estar em contato com o público na mesma linguagem.

Se observarmos a evolução dessas classes, a começar pelos gêneros hegemônicos – o informativo (surgido no século 17) e o opinativo (século 18) –, e a eles acrescentando os complementares – interpretativo, diversional e utilitário, que se legitimaram no século 20 (Marques de Melo, 2010) –, veremos que seu surgimento e/ou sua consolidação são sempre respostas às demandas sociais, muitas das quais evidenciadas em momentos históricos datados, especialmente em período de crise ou de profundas transformações (Assis, 2010). Jornalismo e sociedade passam por processos evolutivos concomitantes (Marques, 2016, p. 50).

De acordo com (Melo, 2016, p. 49) o jornalismo é uma categoria dentro da modalidade de comunicação periódica, que faz parte do conjunto mais amplo da Comunicação massiva. Essa definição enfatiza que o jornalismo se organiza em classes, entendidas como gêneros, que se manifestam através de diversas formas, conhecidas como formatos. Esses formatos, por sua vez, são replicados em espécies, que são rotuladas como tipos. Nesses termos, os gêneros jornalísticos definem-se como uma classe dentro da comunicação massiva periódica que inclui certas formas e exemplos de transmissão e recuperação de informações correntes.

2.2 A HISTÓRIA E AS ORIGENS DO JORNALISMO OPINATIVO

Com raízes europeias, o jornalismo é um fenômeno essencial de disseminação de informações no mundo todo, com grande importância para a sociedade moderna, garantindo acesso à informação, liberdade de expressão e a luta contra desigualdade e corrupção. Surgido no século XVII após a criação da prensa de Gutenberg, o jornalismo evoluiu significativamente ao longo dos séculos até a atualidade. Dividido em vários gêneros, o jornalismo contempla várias formas de atuação.

Dessa forma, este trabalho aborda o gênero opinativo, sendo uma das várias vertentes do jornalismo que se destaca por trazer análises e opiniões sobre fatos cotidianos e acontecimentos, permitindo que o jornalista faça a interpretação, comente e entregue sua opinião ou do veículo que na qual faça parte. Tem como funcionalidade

gerar ao público o debate, além de também fortalecer o pensamento crítico, função essencial em uma democracia. O jornalismo de opinião divide-se em alguns gêneros como, editoriais, artigos, resenhas, colunas, crônicas e até mesmo em caricaturas.

Foram os movimentos sociais e a efervescência política provocados na Europa pela Revolução Burguesa que restauraram o prestígio e com que recriaram a imprensa de opinião. O público reclamava uma orientação e os impressos foram convertidos em agentes de luta, adotando, propagando e defendendo determinados princípios e ideologias e combatendo os opositores. Foi a época áurea da polêmica (Beltrão, 1980, p. 35).

As folhas e volantes avulsos, impressos precursores do jornal, eram acima de tudo opinativas. Elas começaram a circular logo após a prensa de Gutenberg e fizeram propagandas ideológicas na França, durante a Revolução Francesa, além de tocar em temas sensíveis e polêmicos como a Reforma, na Alemanha, e a disjunção de outros países com a Igreja ortodoxa de Roma. A impressão dessas opiniões acabou sendo monopolizada pela igreja entre outras autoridades máximas, ocorrendo assim uma censura que acabaria com os primeiros jornais no século XVII.

Caracterizado pela persuasão, tomada de posição e debate de ideias, tem como base de argumentação a formação da opinião pública, muitas vezes refletindo interesses ideológicos dos proprietários dos jornais. Sendo assim, tem duas funcionalidades vitais: traduzir conhecimento para a grande massa e a contribuição na elevação do debate.

O papel da matriz opinativa na história do jornalismo foi, de fato, muito importante; todavia, o desenvolvimento do jornalismo moderno fez com que sua importância diminuísse. Ao longo do tempo, a relação entre o discurso jornalístico e outros discursos foi modificada, acompanhando a transformação da função social da imprensa. Até o final do século XIX, o jornal servia como uma tribuna ou porta-voz - permitindo que políticos divulgassem seus discursos fora das tribunas - e esse tipo de jornalismo foi classificado como "jornal-órgão", ligado a partidos ou ideologias, ou "jornal-tribuna", que manifestava os juízos do proprietário, na maioria das vezes por meio de editoriais polêmicos.

Com a passagem do jornalismo de um trabalho artesanal para um trabalho político-partidário para uma estrutura de trabalho industrial e capitalista, os fatos assumiram maior relevância nos Estados Unidos. Desse modo, foi necessário separar fato de opinião, o

que se tornou um dos princípios fundamentais do jornalismo. Então, acabou o jornal-órgão e estava introduzida a imprensa-reflexo que, na verdade relatava os acontecimentos sem assumir posição, isto é, como neutra; foi também a vez de estabilizar a imprensa-eco, que recorria a diversas vozes e a diversos pontos de vista. Este modelo é similar ao encontrado nas páginas informativas dos jornais contemporâneos, onde se escrevem tudo isto e onde se dá direito a diferentes pontos de vista

As linhas editoriais, muitas vezes disfarçadas em princípios de pluralismo e de imparcialidade, podem se mostrar como estratégias de marketing, constituídas para solidificar a imagem e a credibilidade no meio do público em geral. Nem sempre, essas diretrizes são cumpridas, fato que poderá ocultar o verdadeiro posicionamento ideológico do meio. A desconexão entre a linha editorial declarada e as praticadas levantam dúvidas sobre até que ponto esses veículos estão realmente comprometidos com os princípios de transparência, de ética jornalística e social

Na avaliação de um fato para a publicação, o jornalista deve sempre ter em mente a política editorial, isto é, a orientação ideológica do jornal para o qual trabalha e do público para o qual se dirige. Os namoricos de um príncipe nenhum valor tem para um diário trabalhista, cujos leitores são em sua maioria operários e gente da classe média, mas são postos em relevo pelos jornais sustentados pelas classes nobres e abastadas (Beltrão, 2006, p.88).

Entretanto, para Kunczik (2001) a *penny press* nos Estados Unidos representou no início do século XIX um momento decisivo na evolução do jornalismo ao proporcionar jornais de baixíssimo preço para as massas, tornando o jornalismo em uma prática social influente, o que exigiu novos padrões éticos e de credibilidade. A objetividade passou a ser entendida como sinônimo de justiça e equilíbrio na apuração e disseminação da informação. Walter Lippmann, um dos principais teóricos da comunicação, ao longo da década de 1920, enfatizou a necessidade de uma abordagem mais técnica e rigorosa para a condução do exercício do jornalismo, na qual o 'testemunho objetivo' seria a chave. Para Lippmann (1922), os jornalistas deveriam atuar como observadores desinteressados e desapegados, capazes de dar uma visão clara e desinteressada dos eventos, distantes de opiniões que poderiam distorcer a realidade.

O significado e o impacto da opinião dentro do jornal variam de acordo com a função do veículo e a sua situação na sociedade, os quais dependem do contexto histórico e das

transformações sociais. O valor do jornalismo é vinculado ao modelo de sociedade, uma vez que a imprensa é uma mediadora entre a esfera pública e as instituições de poder, tais como os governos e a esfera civil. Dessa maneira, sob as influências das diversas forças sociais e políticas, a imprensa tende a mudar conforme mudam as circunstâncias das situações política, econômicas e sociais.

Guerra (2003, p. 6) afirma que a separação entre opinião e informação se deve ao paradigma da objetividade, a dissociação entre fato e emoção. Em decorrência dessa dissociação, a separação emergiu como uma competência vital para o profissional do jornalismo. É interessante evidenciar que mesmo nesta divisão o jornalismo não perdeu o caráter mediador. Mesmo na matriz opinativa, a função era a do real, a da verdade e a da realidade. E, na matriz informativa, o discurso empregava o estilo narrativo-descritivo, o que reforçava o poder de persuasão dos próprios fatos. Isto é, a matriz informativa era uma estratégia de fixação e reconstrução do real usada pelos jornalistas, que não é diferente da matriz opinativa com respeito aos objetivos, diferencia-se no que diz respeito à sua natureza cognitiva, discursiva e de conduta.

Ao longo da história, o editorial idealmente se basearia na neutralidade e imparcialidade, mas frequentemente foi moldado por influências políticas e econômicas. Inicialmente, a imprensa foi utilizada como ferramenta política, especialmente no século XIX, quando diversos periódicos estavam firmemente vinculados a determinados partidos e ideologias. Com a Revolução Industrial e a chegada do capitalismo, a dependência da mídia em relação à publicidade e ao financiamento privado cresceu de forma significativa, resultando em uma transformação fundamental em sua função.

Se vivemos numa sociedade democrática, os jornais deveriam fazer isso. O leitor precisa saber com quem ele está falando. Isso é perigoso especialmente no que se refere a esses jornais que se dizem objetivos, apartidários e pluralistas e que, na verdade, não são; se colocam como detentores da verdade e de uma verdade com "V" maiúsculo, absoluta, quando, na realidade, existem verdades com "v" minúsculo e com "s" no final. Essa que é a importância de os jornais deixarem claro de qual local de fala eles partem. E aí o leitor sabe efetivamente com quem ele está falando (Venâncio, 2017).

O jornalismo contemporâneo experimentou uma transformação relevante, adotando uma estrutura comercial focada no lucro e alinhada a interesses capitalistas. Em vez de fomentar debates na esfera pública, os periódicos agora buscam atender às necessidades do mercado, adaptando seu conteúdo de acordo com as predileções da

audiência. Essa alteração afeta profundamente as estruturas e modalidades de produção jornalística, com uma nova meta: cativar um público cada vez mais disperso e distante da vida política. Os veículos de notícias enfrentam a concorrência tanto entre si quanto com outras formas de entretenimento, já que os consumidores modernos têm mais tempo livre e poder de escolha do que em qualquer outro momento da história.

2.3 O JORNALISMO OPINATIVO BRASILEIRO

A história do jornalismo opinativo no Brasil começou junto com a imprensa no país, com publicações como o *Correio Braziliense*, pasquins, e jornais acadêmicos, além de revistas como *Cabrião* e *Revista Ilustrada*, de Ângelo Agostini. Esse formato predominou até o final do século XIX em grandes jornais como *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*. Somente nas primeiras décadas do século XX a notícia ganhou relevância como foco do jornalismo brasileiro, consolidando essa mudança até o final da década de 1940.

Segundo Barrichello *et al.* (2017), a primeira lei de imprensa brasileira foi aprovada por D. Pedro I em setembro de 1821, para garantir a liberdade de imprensa. A mudança é um importante indicador da natureza politizada da mídia do país. José Marques de Mello (2003) dividiu os primeiros jornalistas em dois níveis: os textos clandestinos que circulavam fora da proibição e as publicações oficiais que promoviam os interesses da monarquia portuguesa, como a Imprensa Régia. A princípio, grande parte do pensamento do jornalista brasileiro era a expressão de ideias e a luta de princípios. Mas com o passar do tempo, as reportagens noticiosas, influenciadas pelos meios de comunicação norte-americanos no século XIX, começaram a ganhar mais espaço, reduzindo a carga sobre os repórteres opinativos e limitando-se a espécies específicas e menos poderosas.

O opinativo no Brasil ascende por volta do século XIX, tendo origem ocidental. Tinha como características discutir sobre economia e política da época. De início, o *Correio Braziliense* foi o precursor da introdução do jornalismo opinativo no Brasil, fundado na Inglaterra, circulando clandestinamente em terras brasileiras, ele tinha como preocupação evidenciar a corrupção e a forma como o Brasil era administrado por Portugal. Um exemplar poderia ter entre 80 e 140 páginas e trazia assuntos como: Artes,

Literatura, Ciências, Política e Comércio, além de reflexões que traziam debates sobre o Brasil.

A identidade do jornalismo brasileiro foi estruturada absorvendo o modelo português, determinado com influências francesas e britânicas. Com a criação do *Correio Braziliense* em 1808, com circulação na Inglaterra, sua fundação deve-se ao gaúcho Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, preocupado com a corrupção e com a forma que os portugueses administravam o Brasil. Devido à Censura Régia, o jornal foi responsável por disseminar os ideais liberais que foram cruciais para a Independência do Brasil em 1822. Foram totalizadas 175 edições, agrupadas em 29 volumes o *Correio Braziliense* circulava clandestinamente no Brasil e em Portugal.

A criação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, sendo o segundo jornal da história da imprensa brasileira, foi o primeiro jornal a ser produzido no Brasil pela imprensa régia, tinha origem como órgão oficial do governo português, sendo assim foi de grande importância para a criação do Diário Oficial da União, após a independência do Brasil, a *Gazeta* teve sua produção suspensa com aproximadamente 157 edições.

O *Correio Braziliense* teve grande importância no combate a escravidão no país, propondo a implantação de maquinário para a substituição do trabalho braçal escravo. Nas páginas do primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense* (1808-1822), em novembro de 1822, fez a seguinte crítica:

É ideia contraditória querer uma nação livre, e se o consegue ser, blazonar, em toda a parte e em todos os tempos, de uma liberdade, mantendo dentro de si a escravidão, isto é, o idêntico costume oposto à liberdade. Os brasileiros, portanto, devem escolher entre essas duas alternativas: ou eles nunca hão de ser um povo livre, ou hão de resolver-se a não ter consigo a escravidão (Costa, *Correio Braziliense*, 1822, p. 574).

Por volta de 1880 o jornal toma características de empreendimento, a imprensa adquire mais expressividade nas atividades da indústria, fazendo com que os Pasquins, jornais que continham poucas folhas desaparecessem por conta das novas condições sociais.

Luiz Beltrão reproduziu um elenco de gêneros jornalísticos muito próximos do esquema criado pelo norte-americano Fraser Bond. Beltrão sugere uma separação dos

gêneros segundos as funções que desempenham junto ao público leitor: informar, explicar e orientar (Melo, 2003, p. 60).

Particularmente em relação ao jornalismo opinativo, para Luiz Beltrão, ele divide-se em: editorial; artigo; crônica; opinião ilustrada e opinião do leitor. Já na “Classificação Marques de Melo”, provavelmente uma das mais difundidas no Brasil – e que se fundamenta “em observações empíricas do jornalismo brasileiro no quinquênio 2002-2007” (Melo, 2009, p. 35) –, o jornalismo opinativo aparece assim em relação aos seus formatos: editorial; comentário; artigo; resenha; coluna; caricatura; carta; e crônica.

O golpe mais duro que o jornalismo - e consequentemente o jornalismo de opinião sofreu no Brasil teve início em 1967 durante a ditadura militar que assombrou o país, com a Lei de Imprensa, sancionada pelo então Presidente em exercício, Castelo Branco, tal lei impôs severas restrições à atividade jornalística no país, mais precisamente em 1968, com a implantação do Ato Institucional nº 5, movimento militar que instituiu censura à imprensa e suspendeu garantias constitucionais. Com restrições militares, jornalistas e donos de jornais recebiam frequentes ordens sobre o que deveria ser publicado, porém, graças à luta de jornalistas em conjunto a mídias alternativas, uma movimentação de resistência foi estabelecida, fazendo oposição ao regime com jornalismo opinativo, denunciando a repressão e o autoritarismo com charges, análises políticas e até mesmo receitas.

O caráter ideológico dos veículos de comunicação é percebido desde os primórdios do formato impresso, com as linhas editoriais a denotar um fenômeno constitutivo. A discussão sobre a linha editorial da imprensa brasileira exige um considerável grau de aprofundamento, já que são inerentemente vinculadas a interesses que superam a própria composição das redações. A linha editorial não é apenas uma manifestação da tendência ideológica e dos valores de um meio de comunicação, mas tem também um sentido profundo para a sociedade, que pode reivindicar o direito de conhecer o critério que fundamenta a escolha e a divulgação das notícias.

De acordo com Abramo (1988), ao conduzir a reforma gráfica do jornal *O Estado de São Paulo* na década de 1950, ele projetou espaços opinativos para valorizar a reflexão na compreensão das notícias. Abramo defendia que os jornalistas expressassem publicamente suas opiniões, considerando sua posição privilegiada em virtude de sua

vasta cultura e proximidade com os fenômenos políticos e socioeconômicos, o que lhes conferia uma visão mais aprofundada dos acontecimentos.

As colunas sociais foram de extrema importância e se destacaram entre os gêneros jornalísticos, adotando um estilo criativo, divergindo da rigidez do noticiário tradicional, as seções especializadas eram publicadas de forma regular em jornais e revistas oferecendo um espaço para refletir sobre fatos atuais, envolvendo o leitor. As colunas eram formadas por notas que traziam uma abordagem de forma mais interpretativa dos acontecimentos recentes, assim, permitindo uma análise aprofundada, esse formato cresce significativamente até como resposta a velocidade das informações hoje disparadas pela internet, desta forma proporciona ao leitor a visão mais reflexiva sobre o ocorrido.

Assim como o jornalismo americano, o jornalismo brasileiro se caracteriza pelo número de colunas em suas publicações. Segundo Chaparro (2015), existem dois tipos de jornalistas no Brasil. Uma é uma equipe que se destaca pela qualidade e influência, com profissionais respeitados e bem relacionados que enriquecem o jornalismo. E outro grupo, chamado de coluna oportunista, foca na sutileza e na moda, muitas vezes com fins comerciais sem renunciar a análises críticas.

2.4 O EDITORIAL

Com raízes europeias, o editorial era comumente utilizado para expressar visões sobre política e eventos sociais desde o século XVII. No Brasil, o editorial se consolidou no século XIX com a chegada da Família Real portuguesa em 1808 e a implementação da Impressão Régia. Nesse mesmo ano, foi possibilitada a impressão do que veio a ser o primeiro jornal impresso em solo brasileiro, sendo um jornal oficial, que apenas trazia notícias de interesse da corte real brasileira. O grande início do editorial foi com a criação do *Correio Braziliense*, o qual, apesar de ser impresso em Londres, clandestinamente chegava ao país e era abertamente crítico ao governo português.

De acordo com Báccaro (2007 *apud* Medeiros e Câmara, 2020, p. 2), o estudo de gêneros jornalísticos é de enorme relevância social, uma vez que seus “discursos” circulam na sociedade e muitas vezes ajudam a formar opiniões. Ela afirma que “o

discurso jornalístico se baseia na busca de uma neutralidade e objetividade, mantendo assim uma relação de transparência com seus leitores. Essa ‘neutralidade’, contudo, é ilusória: a linguagem e o discurso sempre contêm intencionalidade”.

O editorial, como uma forma do gênero opinativo, é facilmente reconhecido por ter como características principais a objetividade e além de fazer uma análise racional dos fatos presentes, buscando trazer o posicionamento da empresa sobre um determinado tema. Os jornais, além de formadores e condutores de opinião, por meio do editorial, a sua ideologia e, também, a de seus financiadores, podendo perder a objetividade quando buscam traçar um propósito maior destacado amplamente em seu discurso. O editorial é publicado por uma empresa que compartilha de um mesmo pensamento sobre determinado assunto. Assim, seus integrantes são encarregados de passar o posicionamento do jornal aos seus leitores, ou seja, a visão que o jornal carrega como empresa.

Com a intenção de, sob determinadas condições, atingir determinado propósito, o editorial pode se utilizar da persuasão e influência para fazer com que o leitor adquira a posição defendida pela empresa, utilizando-se de um vocabulário simples e objetivo para obter a atenção do leitor.

Com caráter de texto dissertativo, o editorial defende teses já enunciadas em seu título, percorrendo o texto entre três e quatro parágrafos que expõem argumentos e fatos de forma acessível, com uma leitura fácil e simplificada.

A opinião do editor, do diretor de redação ou mesmo do diretor-executivo da empresa sobre determinado problema ou questão fundamenta-se em diversos elementos como: a) as convicções filosóficas do grupo; b) as informações e relações que envolvem o tema proposto; c) as sondagens e pesquisas realizadas na área de circulação e influência do veículo; d) a experiência jornalística dos chefes de redação, algumas vezes mesmo reunidas em conselhos editoriais; e, conseqüentemente, e) os interesses econômicos da empresa (Beltrão, 1980, p. 19).

Dessa forma, o papel do editorialista transcende a mera escrita, e é vital que este compreenda inteiramente o público que deseja influenciar e adapte a sua linguagem e abordagem de forma a comunicar eficazmente. O ponto-chave desse aspecto é o viés ideológico do editorial; visto que é o responsável por influenciar a opinião, é crucial que

o discursador se conscientize disso. Consequentemente, a capacidade de ajustar a mensagem à variedade de públicos é uma competência inestimável do editorialista. Isso torna a mensagem mais clara e contribui para forjar um laço de confiança entre o autor e a sua audiência.

O editorial estabelece, assim, uma relação vital para a sua eficácia, pois um público que se sente compreendido é mais disposto a recepcionar as mensagens dela emanadas. O gênero editorial apresenta, em sua forma, uma dinâmica de negociação, de forma que o emissor da informação construa o material com seu objetivo já determinado em vieses próprios. Assim, após a construção do material sobre o assunto escolhido, o produto é publicado com a intenção de incentivar o leitor à necessidade de entender a informação que está contida no texto e essa compreensão só vem através dos questionamentos que surgem.

[...] os gêneros se fundamentam, na verdade, no que se chama de “paradigma da mediação” – para o qual o trabalho jornalístico seria mediador entre a audiência e a realidade. Os gêneros informativos se estruturaram a partir do real, como se fosse possível a mediação objetiva sem interpretação. Os gêneros opinativos seriam co-determinados por variáveis controladas pela instituição jornalística (Seixas, 2009, p. 78).

Segundo Seixas (2009, p. 136), a dissertação delinea cinco categorias principais de leitores de textos jornalísticos. Os cidadãos comuns são aqueles que dependem exclusivamente da mídia para obter informações, representando a maioria do público. As fontes participantes incluem indivíduos diretamente envolvidos nos eventos noticiados e que contribuem como fontes autorizadas, qualificadas, envolvidas, testemunhas ou interessadas. Os cidadãos interessados, por sua vez, são leitores que, embora não façam parte do texto, possuem um interesse ativo nos eventos e um conhecimento mais profundo das regras do campo noticiado, diferenciando-se dos cidadãos comuns.

Além disso, proprietários e jornalistas da instituição são leitores que dominam tanto os campos sociais noticiados quanto as técnicas de produção jornalística. Eles estão diretamente envolvidos, uma vez que os jornalistas se autocensuram em função das diretrizes institucionais e da opinião dos proprietários sobre o trabalho realizado. Conhecendo tanto o campo noticiado quanto às técnicas jornalísticas. Eles atuam como concorrentes, sempre buscando manter ou superar a qualidade e quantidade de informações em comparação com outros veículos.

Cada tipo de leitor apresenta diferentes níveis de conhecimento sobre os eventos noticiados, compartilhando, no entanto, um saber prévio comum. Compreender esses conhecimentos circulantes e as competências envolvidas na produção jornalística. Essas competências fazem parte do status dos indivíduos, englobando cargo, função, ações realizadas, atribuições e subordinação hierárquica, bem como a troca de informações. O jornalismo opera baseado em uma negociação que acontece no processo de mediação entre a realidade dos acontecimentos e os indivíduos. O que é essencial no trabalho jornalístico, em termos metódicos e epistemológicos, é a procura por informações verdadeiras que possam fazer jus aos fatos.

O conflito entre interesses empresariais e a autonomia jornalística, embora presente, é percebido como algo controlável e amplamente reconhecido pelos gestores do setor. Esse “conflito consentido” possibilita que os dirigentes mantenham de certa forma o controle sobre o processo editorial. Além das opiniões dos jornalistas e dos posicionamentos dos proprietários das empresas de mídia, o conteúdo publicado também é influenciado por fatores externos, como as exigências de patrocinadores, empresários e, em alguns contextos, do “aparelho burocrático” do Estado — especialmente em cenários onde governos são autoritários. A versão final das reportagens resulta de uma negociação implícita entre as visões dos empresários e dos jornalistas, frequentemente conciliadas. No entanto, isso levanta questões sobre a verdadeira independência da prática jornalística.

Observa-se então que cada editorial, numa grande empresa jornalística, passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, de conferência dos dados, de checagem das fontes. A decisão é tomada pela diretoria, funcionando o editorialista, que se imagina alguém integrado na linha da instituição, como intérprete dos pontos de vista que se convencionou devam ser divulgados. Além disso, o contacto com personalidades externas à organização significa a sintonização com as forças de que depende o jornal para funcionar ou cujos interesses defende na sua política editorial (Marques de Melo, 2003 p. 107).

Conforme observou José Marques de Melo (2003), o conflito existente entre os interesses empresariais e a autonomia do jornalismo é considerado, por muitos, como algo controlável e amplamente reconhecido pelos gestores do setor. Esse fenômeno, que pode ser descrito como um ‘conflito consentido’, permite que os dirigentes mantenham, de certa forma, um controle sobre o processo editorial. Além das opiniões dos jornalistas e das posições dos proprietários das empresas de mídia, o conteúdo publicado é também

influenciado por fatores externos — como as exigências de patrocinadores e empresários, e, em certos contextos, pela intervenção do 'aparelho burocrático' do Estado, especialmente em cenários onde os governos exercem um caráter autoritário. A análise de Orlando Miranda sobre os jornais paulistas revela que a versão final das reportagens resulta de uma negociação implícita entre as perspectivas dos empresários e dos jornalistas, que, frequentemente, são conciliadas. No entanto, isso suscita questões sobre a real independência da prática jornalística, porque a dinâmica entre esses fatores pode comprometer a objetividade da informação.

3 O FENÔMENO DAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

3.1 HISTÓRICO DE DESASTRES NATURAIS

As enchentes no estado do Rio Grande do Sul eram fatos raros até a primeira metade de 2023. No século passado houve poucos registros de fenômenos semelhantes ao que aconteceu em 2023 e 2024. Em 1941, o Estado gaúcho sofreu com a primeira grande enchente registrada, com 22 dias de chuvas intensas, desabrigando aproximadamente 70 mil, dos mais de 270 mil habitantes de Porto Alegre. O nível do rio Guaíba chegou a bater 4,76 metros acima do nível, e até então nada havia sido feito para combater novas enchentes.

Em 1967 ocorre a segunda enchente que resultou na criação do sistema de proteção contra cheias, inaugurado na década de 70. Ele continha aproximadamente 70 quilômetros de diques, conhecidos como o “Muro da Mauá”, projetados proteger a cidade de cheias que possam chegar até 6 metros de altura, e incluem 14 comportas e 19 casas de bombas, de acordo com a prefeitura de Porto Alegre.

Já na segunda semana de julho 1983 ocorreu a terceira enchente com grande escala, atingindo os três estados da região Sul, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. A chuva deixou mais de 200 mil pessoas desabrigadas, cidades ficaram isoladas, sem comida, água e eletricidade. No ano seguinte, em 1984, outra enchente provocou inundações no Rio Jacuí; em 1995, outro registro semelhante em São Leopoldo e Vale dos Sinos, trazendo inúmeros prejuízos.

Logo após a virada para o século XXI foram registrados dois eventos de grande proporção, afetando mais de 200 municípios. Em 2007 e 2011 fortes chuvas causaram muitos danos à população, sendo que a segunda trouxe grandes prejuízos para o município de São Lourenço do Sul.

Entre as décadas de 2010 a 2020 aconteceram quatro grandes inundações. Em julho de 2015, Porto Alegre e cidades próximas sofrem diversas inundações. Em junho de 2017, São Sebastião do Caí e Montenegro sofreram com diversos alagamentos e partes da cidade foram inundadas; já 2019 Porto Alegre e outras regiões voltaram a sofrer com as fortes chuvas no meio do ano.

De 2020 a 2024 já foram contabilizadas três fortes enchentes. Em 2023, no mês de setembro, as chuvas intensas atingiram 106 cidades e 359 mil pessoas tiveram que ser evacuadas ou realojadas em outros locais por conta das fortes inundações. Em 2024 ocorreu a pior enchente já registrada, atingindo 431 dos 497 municípios do Estado, com precipitações recordes de chuva, chegando a 700 milímetros em algumas regiões. Nessa ocasião, o nível do Lago do Guaíba atingiu os 5,31 metros, ultrapassando os 4,76 metros que devastaram boa parte da capital gaúcha em 1941. Considera-se esse um dos piores desastres climáticos do país em mais de 80 anos, deslocando milhões de gaúchos e causando centenas de mortes por todo o território gaúcho.

Em oitenta e três anos registrados, o Rio Grande do Sul já sofreu com dezessete grandes enchentes que afetaram diversas regiões, sendo que duas delas atingiram mais da metade dos municípios gaúchos, trazendo inúmeros prejuízos para a vida e a economia.

3.2 A ENCHENTE DE MAIO DE 2024

As chuvas no Rio Grande do Sul tiveram início no dia 27 de abril de 2024 e ganharam força no dia 29 do mesmo mês, estendendo-se por mais de 470 das 497 cidades do Estado. Entre 2 e 5 de maio, atingiram níveis perigosos e a estimativa foi de chuvas superiores a 60 milímetros por hora ou acima de 100 milímetros por dia em algumas áreas, causando o transbordamento de rios e deslocando milhares de pessoas. No dia 27 de abril começaram fortes chuvas em Santa Cruz do Sul, na região do Vales, fazendo com que os canais dos rios Taquari, Caí, Pardo, Sinos e Gravataí registrassem acúmulos de água por mais de dez dias, o que fez os rios transbordarem e a água invadir diversos municípios.

A situação piorou rapidamente e, em 6 de maio, o número de pessoas sem abrigo aumentou drasticamente. Estradas, pontes e outras infraestruturas foram gravemente prejudicadas, impossibilitando o acesso às áreas afetadas. Entre 16 e 20 de maio, as estimativas iniciais de danos indicavam que as perdas econômicas poderiam ultrapassar milhões de reais, afetando principalmente os setores agrícola e comercial. Além disso,

as inundações também tiveram um impacto significativo no ambiente, na forma de poluição dos rios e danos à vegetação.

No dia 28, a Defesa Civil registrou grandes prejuízos em 15 cidades em razão das chuvas iniciais do dia anterior. Alertas foram divulgados diariamente pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) avisando sobre os riscos e as quantidades de chuva que o Estado iria receber. As primeiras mortes em razão das chuvas ocorreram a partir do dia 30 de abril, chegando a oito em um único dia.

Em menos de 10 dias após o início das chuvas, o Estado contava com mais de 120 trechos bloqueados em rodovias, quedas de pontes, deslizamentos de terra e erosões no solo. O Rio Grande do Sul chegou a ter mais de 190 mil pontos sem energia elétrica, mais de 1 mil escolas tiveram as aulas suspensas por terem sido afetadas pelas cheias, serviços de abastecimento água, saneamento, sinais de telefonia móvel, transportes coletivos rodoviários foram severamente afetados. O Aeroporto Internacional Salgado Filho teve todas suas operações suspensas devido ao acúmulo de água sobre a pista, e os mais de 116 voos comerciais por semana foram distribuídos por mais de dez cidades gaúchas.

Com 179 mortes confirmadas, a tragédia deixou mais de 600 mil pessoas desabrigadas no mês de maio e mais de 800 pessoas feridas.

Desde que o clima ocorreu, há mais de um mês, 2.390.556 pessoas foram afetadas direta ou indiretamente, o que representa 21,97% da população total do estado, 10,88 milhões de habitantes, residentes em 475 cidades afetadas por chuvas e enchentes (Almeida, Daniella. Rio Grande do Sul tem 616 mil pessoas fora de casa pela calamidade. Agência Brasil, Brasília, 3 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/rio-grande-do-sul-tem-616-mil-pessoas-fora-de-casa-pela-calamidade>. Acesso em: 10 nov. 2024.).

As inundações no Rio Grande do Sul criaram uma quantidade notável de resíduos, estimada em até 4,6 milhões de toneladas, incluindo materiais de construção, móveis e eletrodomésticos destruídos, o que significou um desafio para as autoridades nas atividades de recuperação e limpeza das áreas afetadas. O quadro ilustra não apenas a gravidade do desastre, mas também a urgente necessidade de estratégias bem executadas para gestão de resíduos. Depois das enchentes, esforços consideráveis foram colocados para a recuperação das comunidades afetadas.

Além de voluntários, o governo estadual organizou equipes para limpeza das cidades e executaram campanhas para arrecadar doações de alimentos e roupas. Atuaram também para fornecer apoio psicológico e assistência às famílias que perderam tudo. Além disso, projetos e iniciativas de reconstrução passaram a ser realizados, com foco em fazer as infraestruturas mais resistentes a eventos climáticos extremos no futuro. O objetivo de se prevenir um desastre semelhante no futuro é uma consideração prioritária no planejamento de recuperação. Os projetos incluem planos de replantio e otimização da drenagem urbana, entre outros.

3.2.1 A cobertura jornalística nacional e internacional

As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul são uma demonstração clara dos desafios que a comunidade gaúcha teve ao enfrentar eventos climáticos extremos. O Estado sofreu com inundações graves registradas em 80 anos, conforme relatado imprensa internacional. A Reuters destacou em uma de suas notícias os números de pessoas atingidas, com aproximadamente 100 mortes, 372 feridos e 128 pessoas desaparecidas. Segundo a Reuters o impacto causado pelas chuvas não teve precedentes, afetando mais de 1,45 milhões de pessoas em 417 das 497 cidades. O lago do Guaíba, em Porto Alegre, atingiu um nível de água superior a 5,30 metros, o mais alto desde 1941. A agência destacou ainda que o governo e a comunidade responderam rapidamente às chuvas, e que as operações de resgate e evacuações foram dificultadas pelas fortes chuvas.

O jornal argentino *Clarín*, também em 9 de maio, reportou que a situação estava se agravando, com 57 mortes confirmadas e 68 pessoas desaparecidas. As chuvas torrenciais deslocaram mais de 8.000 indivíduos, muitos dos quais foram abrigados em centros de acolhimento improvisados, como um centro cultural em Gravataí, próximo a Porto Alegre. O jornal destacou que havia previsão de novas tempestades e o risco de colapso de quatro represas, o que ampliava a preocupação das autoridades locais. O *Clarín* citou ao governador Eduardo Leite, o qual enfatizou a possibilidade de aumento nos números de vítimas à medida que as equipes de resgate alcançassem áreas isoladas, sublinhando a necessidade de solidariedade comunitária em tempos de crise.

O periódico alemão *Berliner Zeitung* trouxe à tona a voz dos afetados, relatando que mais de 100 pessoas perderam a vida e milhares ficaram desabrigadas. A análise detalhada da situação destacou o desespero enfrentado pelos moradores, que lutavam para evacuar áreas em risco. A reportagem enfatizou a previsão de novas chuvas, complicando ainda mais as operações de resgate. A falta de infraestrutura adequada foi mencionada, refletindo a vulnerabilidade das comunidades diante de desastres naturais.

Paralelamente, o portal italiano *Sky TG24* relatou no dia 14 de maio um número alarmante de 147 mortes e cerca de 600 mil pessoas desabrigadas. O portal traz um posicionamento do vice-governador Gabriel Souza, que alertou sobre a possibilidade de aumento do nível dos rios e o risco iminente de deslizamentos de terra. Os dados apresentados pelo *Sky TG24* indicavam que aproximadamente 202 mil casas estavam sem abastecimento de água em 21 municípios afetados, uma situação que evidenciava a fragilidade dos sistemas de infraestrutura em períodos de crise. Além disso, a matéria ressalta que o impacto das enchentes se estendeu para a Argentina, com evacuações em cidades como Concordia e Santo Tomé.

E em 3 de junho de 2024, o *New York Times* contextualizou as inundações causadas pelas mudanças climáticas, argumentando que a intensidade e frequência das chuvas estão aumentando em todo o mundo, colocando comunidades vulneráveis em risco. O artigo escrito por Raymond Zhong e Manuela Andreoni fez uma crítica à falta de uma infraestrutura robusta e da necessidade de estratégias governamentais mais eficazes para mitigar os impactos de desastres naturais. A cobertura do *New York Times* destaca sua abordagem analítica, enfatizando com veemência a urgência de desenvolver políticas públicas que garantam segurança para as comunidades mais afetadas.

As enchentes no Rio Grande do Sul em 2024 provocaram uma série de consequências devastadoras, e a resposta do governo federal foi um aspecto central da cobertura da crise. Em um artigo publicado pelo *Correio Braziliense*, em 10 de outubro, foi anunciado que R\$ 5 bilhões seriam liberados para apoiar as famílias afetadas, destacando a urgência de ações governamentais para mitigar os impactos da tragédia. De acordo com o jornal, esse investimento seria crucial para a recuperação das comunidades, refletindo um compromisso com a assistência humanitária.

A reportagem do *G1*, publicada em 2 de maio de 2024, retratou o panorama devastador das inundações, com imagens que ilustravam a magnitude da destruição, incluindo deslizamentos de terra e a queda de pontes. O *G1* destaca as operações de resgate, as quais demonstram a resiliência dos habitantes, e os desafios enfrentados pelas equipes de socorro em meio a condições adversas.

A rádio *Itatiaia*, em sua reportagem de 9 de junho de 2024, mencionou que mais uma vida foi perdida devido às chuvas, sublinhando a continuidade do desastre. A soma de vítimas, que já se aproximava de centenas, apontava para a necessidade de estratégias preventivas e de resiliência. A *Itatiaia* também salienta os esforços da comunidade para lidar com as consequências de um fenômeno climático sem precedentes.

Já o *UOL*, em 8 de maio de 2024, trouxe à tona uma questão crítica: a escalada da criminalidade em meio à crise. Com relatos de saques e assaltos, a insegurança tornou-se uma preocupação adicional para os moradores, que já enfrentavam a devastação das enchentes. Essa situação, para o *UOL*, indicava a necessidade de uma abordagem multifacetada, que não só tratasse da ajuda humanitária, mas também assegurasse a segurança das comunidades.

O jornal online *Terra* revelou, em 2 de junho de 2024, que a Polícia Federal estava investigando possíveis desvios de recursos destinados às vítimas das enchentes. Para o portal, a transparência na distribuição de recursos era vital para a recuperação eficaz, pois os desvios poderiam agravar ainda mais a situação, comprometendo a confiança da população nas instituições e na ajuda que deveria ser fornecida.

No dia 6 de maio, o Jornal Nacional da TV Globo modificou seu protocolo e com suporte de sua afiliada, a RBS TV enviou seu âncora, William Bonner e mais de 60 jornalistas vindos de diferentes estados do Brasil, diretamente ao Rio Grande do Sul para fazer cobertura e apresentar o telejornal ao vivo diretamente do Estado em diferentes pontos da região metropolitana de Porto Alegre. Dentro do próprio canal, outros programas designaram apresentadores, correspondentes e jornalistas, como foi o caso da jornalista gaúcha Patrícia Poeta, apresentadora do programa *Encontro*, que em muitas das vezes trouxe relatos emocionantes de pessoas que foram afetadas pelas chuvas. O telejornal *Bom dia Brasil*, ancorado pela jornalista Ana Paula Araújo, também esteve

presencialmente no Estado para fazer a cobertura da tragédia. Programas de entretenimento do Grupo Globo também abordaram o evento climático, a exemplo do Programa Encontro, que se dedicou integralmente à cobertura durante a primeira semana do mês de maio; o programa *Mais Você*, liderado por Ana Maria Braga, buscou em mais da metade do programa, entre segunda e quinta-feira da primeira semana de maio, se dedicar à tragédia; no domingo, o programa *Domingão com Huck* trouxe um programa especial sobre os acontecimentos no Rio Grande do Sul; o programa *Altas Horas*, ancorado por Sérgio Groisman, também buscou incentivar o envio de doações ao Estado gaúcho. O programa *Globo Repórter*, que foi ao ar no dia 17 de maio, trouxe uma cobertura completa e emocionante sobre as cidades afetadas, buscando mostrar a realidade das famílias que perderam suas casas e a solidariedade de grupos que se empenharam por dias e noites em busca de fazer e distribuir alimentos a quem necessitava.

Na TV fechada, por assinatura, a *Globo News*, canal do Grupo Globo, fez uma das maiores coberturas dos programas da TV por assinatura, chegando a aumentar em quase 50% a sua audiência ao noticiar as enchentes. O canal CNN fez uma grande cobertura trazendo informações em tempo real com diversos jornalistas situados em pontos estratégicos de Porto Alegre e interior. A TV *Jovem PAN*, assim como a *Globo News* e a *CNN*, como canais de noticiários, trouxeram informações em sua grade a todo instante, mostrando a realidade do que havia acontecido, além do incentivo para doações a fim de ajudar quem mais precisava. Uma grande rede de solidariedade foi criada a partir dessas transmissões *in loco* dos maiores canais de notícias do Brasil, que serviram de grande suporte a fim de reduzir danos causados pelas perdas causadas pelo grande acúmulo de água das fortes chuvas entre abril e maio.

Percebe-se, assim, que a cobertura jornalística de alguns veículos, trazidos aqui como exemplos, evidenciam um ponto de vista abrangente sobre as enchentes no Rio Grande do Sul, mostrando não apenas a magnitude do fenômeno, mas também a conexão entre políticas, segurança e o esforço da comunidade.

3.2.2 A cobertura do jornal *Zero Hora*

As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul geraram um impacto devastador em várias cidades, levando a uma cobertura intensa da mídia sobre os eventos e suas consequências.

O jornal *Zero Hora* junto de seu portal *GZH* fizeram uma grande cobertura dos eventos climáticos causados entre abril e maio, com atualizações constantes a *GZH* criou uma central de informações chamada *central das enchentes*, onde relacionava todas as notícias dedicadas ao tema, trazendo notícias em tempo real dentro do estado, mobilizando toda sua equipe. Um grande marco criado foi a disponibilização de todo conteúdo sobre as enchentes de forma gratuita além de informar e auxiliar toda população afetada, com informação de resgates, rodovias bloqueadas e liberadas, pontos sem acesso e com colunistas abordando os impactos da tragédia, também entregando orientações sobre segurança. Além das informações em tempo real, a central das enchentes traz informações sobre auxílios do governo, mapas mentais como orientação para abordagem de vítimas da tragédia, explicações de funcionamento das casas de bomba em Porto Alegre, funcionamento de abrigos femininos, além das situações de estradas, do aeroporto e escolas. Com mais de 15 cards informativos atualizados constantemente a *GZH* criou um painel mostrando o uso das verbas públicas enviadas para reconstrução das áreas afetadas do estado.

Em 2 de maio de 2024, a equipe de *GZH* destacou a reportagem com o título “Guaíba pode ultrapassar os 5 metros, aponta projeção do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS” dizendo que o nível do Guaíba em Porto Alegre pode superar recordes históricos, alcançando 5,30 metros. Essa situação crítica resultou em evacuações em diversas áreas, colocando em risco a vida de milhares de moradores. As autoridades locais alertaram sobre os perigos relacionados ao transbordamento, enquanto a população se mobilizava em busca de segurança e abrigo.

Foi no primeiro dia de maio onde começaram a ser veiculadas as primeiras notícias sobre o que viria acontecer durante quase todo mês, com o título “Enxurradas matam cinco, bloqueiam 31 rodovias e afetam 77 municípios”, na página 17 do jornal físico do grupo RBS, a *Zero Hora* ainda não era tomada por notícias do desastre climático que

colapsou o estado pela terceira vez em menos de um ano. Na linha de apoio do título já era alertado que as chuvas em excesso se estenderiam pelos próximos dias.

No dia 2 de maio na página 7 do jornal físico de *Zero Hora*, a manchete intitulada “Sob maior potencial de estragos”, já se esperavam situações muito mais emergenciais das acontecidas nos primeiros dias de chuva, que trouxeram precipitações muito acima do que era esperado, o centro do estado já sofria com alagamentos, na cidade de Segredo a chuva já ultrapassava os 321mm e Santa Maria em aproximadamente 11 pontes foram detectadas avarias por conta dos mais de 220mm de precipitação, além de bloqueios em diversos trechos de estradas e rodovias.

Em 3 de maio, o jornal *Zero Hora* trouxe como material de seu jornal impresso a reunião do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o então Governador do Rio Grande do Sul e autoridades locais, com o seguinte título “Lula garante recursos para o estado”, prometendo que não faltará esforços e recursos para recuperar o estado gaúcho. Na mesma folha do jornal é enfatizado que em mais de 160 pedidos de socorro e de resgate foram solicitados para a defesa civil do estado.

Na edição física do dia 4 de maio, o jornal *Zero Hora* trouxe uma matéria nas primeiras páginas com o título “INUNDADA”, referenciando os 4,77 metros que o Guaíba atingiu na noite anterior, superando os 4,71 que aconteceram em 1941. O aeroporto havia sido fechado na mesma noite que a água bateu recorde, avançando Porto Alegre adentro.

No dia 6 de maio, a reportagem de *GZH* com o título “*Enchente devasta dois terços de Canoas e deixa mais de 15 mil desabrigados*” na cidade de Canoas, que foi uma das mais afetadas pelas chuvas. Com mais de 15 mil pessoas desabrigadas, a cidade enfrentou a necessidade urgente de abrigos temporários e assistência médica. A situação em Canoas era de extrema gravidade, além das dificuldades enfrentadas em todo o Estado, evidenciando a extensão da destruição causada pelas enchentes e a luta da população para se reerguer.

Também dia 6 de maio, a pressão sobre os serviços de saúde também foi foco da cobertura da *GZH*. Com o título da matéria “*Risco de leptospirose aumenta em enchentes; saiba o que é a doença e como se proteger*” com o aumento das doenças relacionadas à água contaminada, os hospitais e clínicas enfrentaram um aumento no número de pacientes, colocando uma carga extra sobre o já estressado e lotado sistema

de saúde. A situação exigiu uma resposta organizada das autoridades de saúde pública para garantir que os serviços essenciais de saúde fossem mantidos em ordem durante a crise climática.

Após, em 8 de maio, a *ZH* em seu jornal impresso fez a seguinte matéria “*Resgates no bairro Mathias Velho, em Canoas, ocorrem sob risco de assaltos*”, alertando para assaltos durante resgates de pessoas ilhadas no bairro situado na região metropolitana de Porto Alegre, pessoas com medo de assaltos relutam em sair de suas casas, temem perder o que conseguiram salvar. Houve relatos de tiros na noite anterior em algumas regiões do bairro.

A questão do volume de entulho gerado pelas enchentes também foi abordada em 9 de maio. A *ZH*, com o título da matéria “*Volume de entulho de construção gerado no RS pelas enchentes pode chegar a 46 milhões de toneladas, mostra levantamento*” estimou que o total de resíduos de construção poderia chegar a 4,6 milhões de toneladas, o que representa um desafio muito significativo para a recuperação pós-desastre. As autoridades locais precisaram planejar toda remoção e o descarte desses materiais, além de garantir que as áreas afetadas pudessem ser limpas adequadamente.

Mesmo com inúmeros alertas enviados dias antes pela Defesa Civil do estado, não se tinha ideia do que realmente estaria por vir, o acúmulo de chuva em algumas cidades ultrapassou os 300 milímetros e causou danos severos já nas primeiras horas de chuva, a grande concentração de águas em rios e afluentes colapsou todo sistema, trazendo danos irreversíveis. O resultado apareceu dias depois na região metropolitana, onde os rios desaguam no Guaíba, deixando cidades como São Leopoldo, Canoas e Porto Alegre embaixo de água e, além de todos os transtornos causados pelas fortes chuvas, as pessoas precisavam ter preocupações com ladrões, assaltantes que não tinham compaixão mesmo com quem havia perdido tudo. A união formada em todos os estados do Brasil foi crucial para a retomada com condições mais humanas.

4 METODOLOGIA

4.1 CONCEITOS DE METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia consiste em estudar, avaliar e compreender todos os métodos para que seja possível realizar uma pesquisa acadêmica, com a aplicação de técnicas utilizadas de forma que uma pesquisa comprove sua validade e utilidade nos mais variados âmbitos de uma sociedade. O conhecimento é um processo em constantes mudanças e nunca completamente finalizado, por isso a metodologia funciona como um ponto de referência tanto para pesquisas qualitativas quanto quantitativas.

Segundo Koche (2011), as duas formas que estão mais presentes, interferindo nas decisões diárias do homem, são o conhecimento do senso comum e o científico, que por sua vez são objetos de pesquisa metodológica. O conhecimento, dependendo da sua forma significativa, pode ser classificado de diversas formas: mítico, ordinário, artístico, filosófico, religioso e científico.

Esse conhecimento surge como consequência *da necessidade de resolver problemas imediatos*, que aparecem na vida prática e decorrem do contato direto com os fatos e fenômenos que vão acontecendo no dia a dia, percebidos principalmente através da percepção sensorial (Koche, 2011, p. 24).

A pesquisa qualitativa, escolhida para a realização deste trabalho, é caracterizada pela busca de compreensão profunda dos fenômenos, explorando significados e interpretações por meio de textos. Essa abordagem permite uma análise detalhada dos processos e percepções que os textos carregam. A escolha dessa técnica como abordagem principal justifica-se pela sua capacidade de examinar as mensagens, temas e padrões presentes nos editoriais. Optou-se por essa abordagem para entender os significados das mensagens e os posicionamentos que o Grupo RBS procurou transmitir aos seus leitores durante as chuvas e enchentes ocorridas no mês de maio.

Nem sempre a pesquisa que utiliza números é necessariamente quantitativa, a escolha entre os dois tipos de abordagem depende de fatores, em especial o objetivo da análise e a forma que irão ser interpretados. Nas pesquisas qualitativas é possível incluir dados numéricos, quantidades para contextualizar fenômenos específicos sem perder o foco na interpretação. A análise de conteúdo permite a interpretação de textos considera

não apenas a presença de temas específicos, mas a frequência com que aparecem, podendo combinar dados qualitativos e quantitativos para fazer uma análise mais rica em informações. “Não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc.” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 31).

Na pesquisa quantitativa, por sua vez, a teoria é um conjunto estruturado de conceitos e proposições que explicam as relações entre variáveis, permitindo fazer previsões sobre fenômenos naturais. A teoria se articula como uma variável, podendo influenciar outra e, ao longo de diversos estudos e testes, se fortalece ao identificar padrões consistentes. Ao aplicar essas relações em diferentes contextos, torna-se possível testar e desenvolver teorias, contribuindo para uma compreensão mais ampla e fundamentada dos fenômenos estudados.

A análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa qualitativa amplamente utilizada para interpretar padrões e significados em textos, como editoriais, organizando-os em categorias. Essa abordagem permite identificar tanto abordagens explícitas quanto implícitas no material, revelando mensagens muitas vezes ocultas que podem influenciar a forma como o leitor interpreta o conteúdo publicado. Dessa forma, a análise de conteúdo facilita uma compreensão objetiva das mensagens transmitidas.

Essa técnica foi escolhida para a monografia por ser a mais adequada para compreender as ideias que o Grupo RBS busca comunicar e o posicionamento que deseja que seus leitores adotem. A análise permite observar o tom dos textos, os temas recorrentes nos editoriais e as possíveis influências que o jornal *Zero Hora* pretende exercer sobre seu público.

4.2. ANÁLISE DE CONTEÚDO

A Análise de Conteúdo é uma metodologia baseada em uma tradição filosófica e psicológica orientada para compreender as inter-relações entre estímulos e respostas;

ela é inspirada em correntes do behaviorismo¹ e se volta para a observação do comportamento humano, de acordo com suas respostas a vários estímulos. Para o behaviorismo, as reações das pessoas são determinadas por fatores externos, permitindo, portanto, uma análise objetiva dos comportamentos, sem considerar os estados internos ou subjetivos.

Dessa forma, análise de conteúdo não consiste em um simples conjunto de técnicas rigorosas e objetivas, utilizadas para descrever mensagens comunicacionais. Sua verdadeira especificidade reside na capacidade de revelar significados ocultos e estruturas profundas das mensagens. Tal abordagem possibilita a identificação do que é comunicado, mas também a apreensão dos contextos e motivações que orientam a construção dessa comunicação. Em suma, a análise de conteúdo expõe a comunicação em sua complexidade, oferecendo uma compreensão mais rica da dinâmica entre emissor e receptor.

Qualquer análise de conteúdo visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as condições de produção dos textos, que são o seu objeto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção constitui o campo das determinações dos textos (Bardin, 1977, p. 40).

De acordo com Bardin (p. 45, 1977) a partir desse modelo, a Análise de Conteúdo, ao ser aplicada à análise de textos, investiga as produções textuais como forma de se conhecer significados e contextos sociais, mudando o foco de atenção, isto é, não nas reações individuais, mas, sim, como os textos tanto refletem como constroem realidades sociais, encontrando padrões, temas e significados que aponto na trajetória ainda da percepção global. Em outras palavras, a Análise de Conteúdo consiste em um instrumento das ciências sociais, abrangente e múltiplo, que explora as comunicações e suas respectivas situações sociais. O primeiro nome que de fato ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell, o qual fez análises de imprensa e de propaganda desde 1915, aproximadamente. Em 1927, ele publica *Propaganda Technique in the World War* (Bardin, 1977, p. 15).

¹ O Behaviorismo é uma abordagem psicológica que estuda o comportamento observável, focando em estímulos e respostas. Desenvolvido por Watson e Skinner, enfatiza o condicionamento clássico e operante, considerando o ambiente como principal influência no comportamento, mas é criticado por negligenciar aspectos subjetivos e emocionais.

No ambiente da análise de conteúdo, a questão das abordagens quantitativa e qualitativa subsiste como seu componente mais importante. A abordagem quantitativa examina a frequência de determinadas características manifestadas nos dados e, dessa forma, proporciona uma visão estatística dos padrões que ocorrem regularmente como justificação de repetição e recorrência. Por outro lado, a abordagem qualitativa analisa a presença ou ausência de uma característica específica em um trecho da mensagem e, assim, oferece uma compreensão mais aprofundada do significado.

A proposta técnica de Charles Egerton Osgood, com a análise de afirmações assertivas e de ocorrências, aprofunda a compreensão de como o discurso se organiza e transmite significados. Além disso, os métodos da abordagem Cloze, que buscam medir a compreensão do texto por meio da omissão de palavras, ajudam a entender como o leitor processa e retém a informação. Junto a isso, a discussão sobre as “medidas de significação” se foca nos aspectos afetivos e cognitivos, que podem ser mensurados com escalas. Essa abordagem amplia o alcance da análise, sugerindo que algumas dimensões do significado são universais, independentemente das diferenças culturais. Isso significa que, apesar das diversidades culturais, algumas respostas emocionais e cognitivas a conteúdos textuais têm bases comuns, o que torna essas ferramentas importantes para compreender como o significado é construído e interpretado de maneira geral.

Três tendências principais influenciaram a pesquisa e a prática da análise de conteúdo desde a segunda metade do século XX. O primeiro foi o desenvolvimento de computadores, que começou com o aparecimento do primeiro cérebro elétrico em 1944 e se expandiu com a introdução bem-sucedida de dispositivos; a segunda geração em 1960, com os dispositivos; a terceira em 1966, com a fusão. Essa mudança tecnológica não só permite um processamento mais rápido de dados que anteriormente não podiam ser processados automaticamente, mas também permite uma melhor análise de dados que antes não era possível.

De acordo com Bardin (1977) a análise de conteúdo atua como uma heurística ao enriquecer o processo de exploração e aumentar o desejo de descobrir, descrevendo-se como uma abordagem de “ver o que acontece”. Além disso, também realiza o trabalho de “gestão de evidências”, ou seja, estabelece suposições na forma de perguntas ou

afirmações na condução de pesquisas. Nesse caso, a análise sistemática é utilizada para testar essas hipóteses para confirmar ou refutar os dados obtidos. Portanto, a análise de conteúdo é uma técnica exploratória e de validação informacional.

Segundo Seixas (p. 35, 2009), o endereçamento é um aspecto crucial do processo de interação discursiva. Na prática social, a forma como o enunciado é apontado não se limita ao local e ao destinatário, como um ouvinte ativo e um falante passivo, mas se estende a todos os campos onde se fez e aos contextos culturais nos quais se encontra. Assim, a dialogia entre ouvinte e falante é considerada como um processo de interação ativa; a criação e a percepção do discurso são atividades dinâmicas e mutuamente dependentes. Portanto, a análise endereçada também inclui os traços encontrados no momento da recepção, orientados para a responsabilidade do discurso.

Este último aspecto implica que a recepção do discurso não seja passiva e envolva o ouvinte na interpretação e resposta, o que sugere um ciclo contínuo de compartilhamento da mensagem. Ademais, é crucial salientar que esse diálogo ocorre em um contexto cultural e histórico específico, o que tem um impacto tanto no conteúdo quanto na forma do enunciado. Assim, o endereçamento não é apenas sobre a transmissão da mensagem, mas sobre como essa mensagem é feita e recebida, o que reflete a complexidade das interações discursivas e sociais.

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo está um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência casual. individual, realização do sistema, fato histórico, assistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto (Orlandi, 2005 p. 22).

O método da análise de conteúdo é um recurso amplamente utilizado para interpretar mensagens linguísticas, embora seu âmbito de aplicação seja circunscrito precisamente na busca de exatidão e consistência. Segundo ..., Objetos como filmes, imagens ou comportamentos simbólicos, apesar da possibilidade de conterem significados ou efetividade comunicativa, costumam estar excluídos da análise de conteúdo, pois não se originam diretamente da linguística. Essa exclusão ocorre porque a análise de conteúdo, ao trabalhar com material linguístico, permite a organização do próprio processo de codificação, o que pode não ser possível nos casos dos materiais

que têm um caráter essencialmente visual ou comportamental. Assim, apesar da similaridade das questões interpretativas, o campo se coloca diante de objetos de natureza simplesmente linguística a fim de garantir sua especificidade metodológica.

Conforme apresentado por Bardin (1977), a análise de conteúdo envolve uma interpretação relativa aos "significados", ao mesmo tempo em que também compreende uma interpretação dos "significantes" de um conteúdo qualquer. Para a autora, "a análise de conteúdo pode ser a análise dos 'significados' (análise temática) e pode ser também a análise dos 'significantes' (análise léxica, análise dos procedimentos)". Este método, além de caracterizar-se como descritivo, emprega uma abordagem sistemática e objetiva, ainda que não exclusivamente sua, crucial para a interpretação de dados linguísticos. Outras disciplinas, como a linguística e a semântica, podem utilizá-las em descrições rigorosas, mas a análise de conteúdo se destaca pela maneira como a descrição é combinada a uma investigação dos elementos subjacentes à comunicação.

Bardin (1977) destaca, ainda, que o método de análise de conteúdo não se restringe ao campo acadêmico, desenvolvendo-se muito além, em áreas como a psicologia e a sociologia, nas quais os pesquisadores procuram decodificar as regularidades comunicativas ou simbólicas presentes nos discursos ou textos. Dessa forma, a análise de conteúdo propõe uma base metodológica em face do fenômeno comunicativo, tanto proporciona uma interpretação que supera a pesquisa do produto textual.

A análise de conteúdo é uma metodologia que oferece de forma rigorosa e estruturada uma abordagem para investigar fenômenos complexos partindo de informações textuais ou visuais, fundamentada em uma sistemática replicável que permite a interpretação de significados ocultos além de padrões que emergem dos dados, assim dando suporte a compreensão de questões tanto qualitativas quanto quantitativas, podendo oferecer uma avaliação objetiva e interpretativa. Analisar conteúdo possibilita a construção de conhecimento em diversas áreas, possibilitando assim aprofundar-se em mensagens e significados trazidos pelo *corpus* estudado. Sua aplicação traz validade ao que irá ser pesquisado, ampliando a compreensão do fenômeno a ser investigado.

4.3 SELEÇÃO DOS EDITORIAIS DE *ZERO HORA*

Para a realização deste trabalho de conclusão de curso, foram selecionados editoriais do mês de maio de 2024 do jornal impresso de *Zero Hora*, jornal do grupo RBS, afiliado do Grupo Globo no Rio Grande do Sul, com temas referentes às fortes chuvas e enchentes ocorridas em abril e maio, causando um impacto sem precedentes ao Estado, que mais de seis meses depois, ainda se reconstrói.

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, focada na análise de conteúdo de 27 editoriais publicados diariamente entre 1º e 31 de maio. Esses editoriais foram classificados de acordo com os temas abordados ao longo do mês, que refletiram os diversos problemas enfrentados pelo estado do Rio Grande do Sul como consequência das chuvas. Observa-se que todos os editoriais do período tratam do tema das enchentes e do que foi chamado de “catástrofe climática” do Rio Grande do Sul. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela intenção de compreender o posicionamento do Grupo RBS, por meio de seu jornal *Zero Hora*, em seus editoriais sobre os fenômenos que impactaram o Estado.

A técnica escolhida para a análise dos dados qualitativos foi a análise de conteúdo, que permite identificar e interpretar padrões nos posicionamentos do Grupo RBS em seus editoriais ao longo do mês de maio. As informações obtidas foram organizadas em categorias de assuntos, de acordo com os temas abordados nos editoriais sobre os diversos acontecimentos relacionados ao fenômeno climático. Com essa técnica, buscou-se compreender o posicionamento do jornal *Zero Hora* em relação aos eventos ocorridos durante o período estudado.

A análise de conteúdo foi realizada com um compromisso ético e rigoroso em garantir que todas as informações extraídas dos editoriais fossem interpretadas com precisão, observando o tema do editorial e a opinião do Grupo sobre os eventos destacados. Os dados analisados foram obtidos da versão das edições físicas, mas dentro do portal *GZH*, em suas versões impressas, no formato digital, sem acesso a informações restritas. As fontes incluem opiniões e posicionamentos expressos pela empresa em editoriais, acessíveis por meio de assinatura digital ou jornal impresso.

Não houve limitações durante a pesquisa, uma vez que todo o conteúdo foi acessado por meio de assinatura, garantindo o acesso completo às informações necessárias para a realização desta monografia. Após a delimitação e seleção do *corpus*, procedeu-se à leitura e agrupamento dos textos, o que nos leva a quatro principais temas abordados pelos editorialistas e que serão explorados no capítulo de análise. São eles: assuntos relacionados a mudanças climáticas, as mobilizações para salvar vidas, reconstrução das infraestruturas do Estado e o combate à desinformação e *fake news*. A fim de observar o conteúdo dos editoriais de acordo com os temas abordados ao longo do mês de maio, alguns deles não serão analisados neste trabalho.

Analisar o conteúdo dos editoriais de *Zero Hora* contribui diretamente para os objetivos da pesquisa, pois permite um detalhamento dos textos e a identificação das estratégias de comunicação e das mensagens que o Grupo RBS buscou disseminar aos leitores sobre a crise climática no Estado. Essa abordagem revela as percepções e intenções da *Zero Hora*, esclarecendo o posicionamento do jornal em seus editoriais.

4.3.1 Classificação dos editoriais

Na tabela a seguir, apresentamos os vinte e sete editoriais do mês de maio referentes ao desastre climático que ocorreu no Estado, com publicações diárias, nos quais o jornal *Zero Hora* trouxe a opinião do Grupo RBS sobre diversos assuntos que tiveram impacto no Rio Grande do Sul durante o mês. A partir dos editoriais mencionados na tabela foram realizados estudos de análise de conteúdo sobre os temas abordados.

Entre os vinte e sete editoriais, foi realizada a divisão em quatro grupos com os assuntos mais recorrentes durante as fortes chuvas, que foram separados e analisados em subcapítulos. Em sua totalidade foram analisados 16 dos 27 editoriais, sendo assim, 11 editoriais foram descartados por abordarem assuntos diversos e dessa forma não terem quantidade significativa para estudo de análise.

Os editoriais catalogados em quatro grupos apresentam a seguinte disposição: 8 editoriais abordam a reconstrução da infraestrutura do estado; 3 abordam mudanças climáticas; 3 trazem o tema da mobilização e do salvamento de vidas; 2 abordam *fake news* e a desinformação.

Tabela 1 – Editoriais do jornal *Zero Hora* referentes ao desastre climático ocorridos no Estado no mês de maio de 2024.

(continua)

DATA DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	RESUMO DO CONTEÚDO
01/05/2024	A CATÁSTROFE E A MOBILIZAÇÃO	Desalojamento em massa conforme avisos de sistemas meteorológicos.
02/05/2024	GRAVIDADE EXTREMA	Aviso sobre as fortes chuvas que estão previstas para os próximos dias.
03/05/2024	AJUDA COORDENADA	Plano de ação integrado entre União e Estado do RS para recuperação.
04/05/2024	COMPROMISSO COM O ESTADO	Aniversário de 60 anos do Jornal <i>Zero Hora</i> . Ampliação dos espaços de notícias sobre as enchentes e gratuidade no acesso delas.
06/05/2024	UM PASSO PARA A RECONSTRUÇÃO	Em um raro momento de união nacional, o estado deve começar a pensar na reconstrução com autoridades que prometeram liberar recursos e remover a burocracia.
07/05/2024	OS RISCOS DA DESINFORMAÇÃO	Mentiras com potencial para causar prejuízos incalculáveis.
08/05/2024	LIDERANÇAS ASSERTIVAS	Assertividade das lideranças políticas em meio ao desastre climático.
09/05/2024	PROTEÇÃO NEGLIGENCIADA	Pontos de segurança da capital, como diques e o muro da Mauá apresentaram falhas estruturais gravíssimas.
10/05/2024	A AJUDA FEDERAL E A INCERTEZA	A ajuda federal traz alento e esperança, mas ainda é insuficiente para assegurar a reconstrução do estado.
11/05/2024	SEGURANÇA CLIMÁTICA	Mudanças climáticas exigem planejamento preventivo compartilhando operações.
13/05/2024	CALAMIDADE E OPORTUNISMO	Prefeituras buscam benefícios sem necessidade e grupos criminosos oportunistas obtendo vantagens pessoais.
14/05/2024	EFEITO COLATERAL	Efeitos que podem ocorrer após salvamentos em locais alagados, doenças transmissíveis.

Tabela 1 – Editoriais do jornal *Zero Hora* referentes ao desastre climático ocorridos no Estado no mês de maio de 2024.

DATA DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	RESUMO DO CONTEÚDO
15/05/2024	ALÍVIO TEMPORÁRIO	Não cobrar os débitos do Estado por parte da União auxilia na arrecadação de valores.
16/05/2024	AJUDA POLITIZADA	Risco da politização da tragédia, discursos aparentando estar tudo sob controle.
17/05/2024	O DESAFIO DA BUROCRACIA	A liberação de ajuda precisa de controle para evitar desvios; liberação de valores para quem perdeu tudo e está na casa de familiares e amigos.
18/05/2024	RECONSTRUIR MELHOR	Reprojetar casas, pontes, locais, fortalecer locais para que não aconteça novamente, por conta de tantas mudanças climáticas.
20/05/2024	ACOLHIDA DIGNA	Muitos centros comunitários do RS ainda servem de abrigo para milhares de famílias que perderam tudo e dependem das doações até irem para um local habitacional definitivo.
21/05/2024	ESFORÇO REDOBRADO PELA EDUCAÇÃO	A recuperação necessária para recuperar itens e materiais escolares para que as escolas voltem a funcionar o quanto antes e assim permitam o retorno às aulas.
22/05/2024	REERGUER O RS	Não há cálculos exatos prevendo o valor necessário a ser investido na recuperação do estado.
23/05/2024	O USO VIL DA TRAGÉDIA	Mesmo em atraso, a disposição das várias mídias digitais em frear a onda de desinformação relacionada à tragédia climática.
24/05/2024	OMITIR-SE É MAIS CARO	A despreparação do estado em suportar danos à infraestrutura. Muitas obras colapsaram em virtude da não manutenção, com todos estudos e alertas emitidos.
25/05/2024	RECUPERAR O AEROPORTO	Um dos principais modos de entrada no Estado ainda precisa de ajuda; concessionária e união devem agir para se ter o retorno das atividades econômicas do RS.

(continuação)

Tabela 1 – Editoriais do jornal *Zero Hora* referentes ao desastre climático ocorridos no Estado no mês de maio de 2024.

(conclusão)

DATA DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	RESUMO DO CONTEÚDO
27/05/2024	QUEREMOS UNIÃO, RECONSTRUÇÃO E GOVERNANÇA EFICAZ	A ideia de uma coordenação para a manutenção e reconstrução do Estado desvinculando de interesses políticos.
28/05/2024	A RECOMPOSIÇÃO DAS ESTRADAS	A grande dependência das estradas foi vista em meio à tragédia climática e aumenta a relevância de acelerar a recuperação.
29/05/2024	AGIR LOCAL	Conscientização sobre mudanças climáticas, ações locais, nas cidades e pelas pessoas, cada um fazendo a sua parte.
30/05/2024	APOIO TEM DE CHEGAR À PONTA	Diminuição de burocracias para empreendedores conseguirem empréstimos e assim voltar a fomentar a indústria com empregos.
31/05/2024	IMPORTAÇÃO ATABALHOADA	Importação de arroz pelo governo por conta da destruição causada pelas chuvas nas lavouras.

5 ANÁLISE DO CORPUS

5.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O início das primeiras chuvas ocorreu no dia 27 de abril, ganhando ainda mais força entre os dias 28 e principalmente no dia 29, mantendo aproximadamente dez dias com aumento considerável de pluviosidade. A primeira notícia registrada no jornal *Zero Hora* sobre o início das enchentes se deu no primeiro dia do mês de maio, trazendo na capa o seguinte título: “Enchente causa mortes no RS”. Nessa edição, 6 das 40 páginas informavam sobre o início da terrível enchente.

O primeiro editorial tratando diretamente o assunto de mudanças climáticas foi publicado no dia 2 de maio, com o título “Gravidade extrema”. Esse foi um tema recorrentemente abordado durante o mês de maio. Entre os 27 editoriais, quatro deles abordaram de forma direta o tema. Logo no primeiro parágrafo do editorial, a RBS faz um chamamento de alerta para todos os gaúchos, apresentando todas as previsões meteorológicas que viriam a se confirmar dias após, salientando que o mais importante naquele momento era preservar vidas. Na edição do dia anterior, a linha de apoio da chamada da capa trazia a informação de cinco óbitos confirmados e 18 pessoas desaparecidas.

As previsões meteorológicas para os próximos dias são verdadeiramente alarmantes e precisam ser consideradas por todos os gaúchos. O Rio Grande do Sul está vivendo um momento tormentoso de sua existência: inundações sem precedentes, um número crescente de mortes, populações inteiras desabrigadas, cidades alagadas, estradas interrompidas, pontes destruídas, solo encharcado e deslizamentos de encostas, uma verdadeira calamidade pública de proporções inimagináveis. Nesse contexto quase apocalíptico, nada pode ser mais importante do que a preservação de vidas (Gravidade..., p. 22, 2024).

No segundo parágrafo, o editorial do dia 2 inicia com uma solicitação, ao mesmo tempo que já eram vistas manifestações nas redes sociais, que não era o momento correto de procurar culpados, o editorial da RBS nos fez refletir sobre todos nós “estarmos todos no mesmo barco, lutando contra uma armadilha da natureza” (Gravidade..., p. 22, 2024), na mesma situação acompanhado de uma crítica direta às manifestações populares, de entidades religiosas ou não, que criavam teorias como se tudo que

aconteceu pudesse ser também um castigo divino. Continuando no mesmo parágrafo, o editorial cita existirem comprovadamente estudos científicos sérios que apontam que a culpa do desequilíbrio climático é, em grande parte, do ser humano. O editorial também salienta a dificuldade de conter os avanços da emissão de gases e a resistência dos países poluidores, que contribuem para as mudanças climáticas. O texto afirma novamente que a principal ação deve ser de lutar pela sobrevivência das populações em risco e mais vulneráveis e evitar postagens acusatórias em redes sociais. Seguindo na mesma linha de pensamento, o editorial destaca a solidariedade e o empenho de todas as pessoas, bem como das autoridades públicas que não medem esforços para socorrer a população.

Nesse primeiro editorial o discurso da empresa é enfático ao dar sua opinião. O Grupo RBS cita assuntos comentados nas redes sociais que acabam dividindo as pessoas em um momento em que, o que mais era necessário, era a união. Caso existissem culpados, a prioridade deveria ser utilizada para salvar vidas, e, claro, depois que tudo estivesse normalizado, as responsabilidades deveriam ser apuradas. Na mesma página do editorial do dia 2, ao lado direito, *Zero Hora* traz a opinião dos leitores, que compartilham suas ideias e opiniões sobre os fatos acontecidos. As quatro opiniões publicadas coincidem com o tema das mudanças climáticas, com os títulos, “Fúria do clima”, “Negacionismo climático”, “Lixão” e, mais abaixo, “Onde estão”, compartilhados por pessoas das mais diversas áreas, professores, empresários, turismólogos e aposentados.

O segundo editorial, ainda sobre o tema das mudanças climáticas, intitula-se “Segurança climática” e foi publicado no final de semana, com datas do jornal impresso nos dias 11 e 12. O editorial lembra em seu início as três enchentes ocorridas em 2023, buscando destacar como indicativos as mudanças climáticas trazidas por ambientalistas, os quais destacam as fortes chuvas acompanhadas de uma forte onda de calor no centro-oeste, sudeste e no sul. O jornal da *Zero Hora* em sua edição do dia anterior, na sexta-feira, já trazia por completo, em suas 40 páginas, praticamente somente assuntos relacionados sobre as enchentes, apresentando alertas de meteorologia sobre nova onda de chuvas.

[...] já não basta que o governo federal continue atuando apenas no socorro às unidades federativas atingidas por intempéries,

ainda que a ajuda continue sendo imprescindível. O poder central precisa cada vez mais participar do planejamento preventivo, centralizando operações e compartilhando decisões que hoje ficam a cargo apenas dos Estados e municípios, tais como urbanização, proteção ambiental, construção de infraestrutura nas cidades e dotações orçamentárias para o enfrentamento de catástrofes decorrentes de mudanças climáticas (Segurança..., p. 24, 2024).

Ao lado direito da opinião do Grupo RBS segue um texto do Conselho Editorial da empresa, escrito por Cláudio Toigo Filho, com o título “Vamos reerguer nosso Estado”, citando que o Grupo mobilizou todas suas equipes de jornalismo, seja esporte ou entretenimento, e que todas as áreas de apoio estão mobilizadas para levar informação com qualidade. O texto observa também a união das empresas de comunicação, agradecendo ao Grupo Sinos pelo importante ajuda na impressão do jornal *Zero Hora*, que foi afetado pelas enchentes e ficou incapacitado de produzir. Toigo Filho destaca também a força do povo gaúcho, cobrando planejamento e apontando cases de sucesso em outras áreas afetadas por mudanças climáticas. Reforçando o posicionamento do grupo, ele pede para que diferenças ideológicas sejam deixadas de lado e que forças sejam unidas em busca de um futuro melhor, citando, na última frase, que a RBS estará sempre ao lado de todos os gaúchos nessa missão.

O Grupo RBS faz fortes cobranças ao governo federal por um planejamento preventivo e o compartilhamento de decisões; cobra ainda a criação de um organismo central para planejamento ambiental, ressaltando seu papel como empresa jornalística. Nesse editorial, a empresa chama atenção para o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que desde setembro de 2023 havia realizado apenas uma reunião e quase não contribuiu para a prevenção de novas ocorrências ocasionadas pelo clima. Seguindo a mesma linha de cobrança, lembrou que o governo do presidente Lula, que tanto atacou o governo antecessor sobre as mudanças climáticas, deveria atuar de forma mais enérgica. Cobrou também a criação de uma autoridade nacional de segurança climática, como foi apenas anunciado pelo Ministério do Meio Ambiente, reforçando que a população espera por medidas práticas e não apenas mais órgãos públicos de nomes sofisticados.

O editorial traz uma pesquisa realizada pela empresa mineira *Quaest* sobre a tragédia climática ocorrida no Estado, na qual foram consultadas 2.045 pessoas em 120

municípios do país entre os dias 2 e 6 de maio. Segundo o levantamento, mais da metade das pessoas acreditam na relação entre as enchentes e as mudanças climáticas; 35% acreditam que pode se relacionar à mudança climática e 1% acredita que não há interferência alguma. A opinião da RBS traz no último parágrafo que é evidente que, se a pesquisa fosse ampliada ao país todo, essa porcentagem de 1% das 120 cidades seria muito maior. A opinião do grupo ainda ressalta que grande parcela das pessoas demonstra estar consciente sobre o descaso com a conservação ambiental do planeta e cobra mudanças de seus representantes na política.

No dia 29, final do mês de maio, o editorial volta a tocar no tema de mudanças climáticas. Com o título “Agir local”, ele traz a participação do doutor em meteorologia e climatologista Carlos Nobre, que participou do programa *Atualidades*, na *Rádio Gaúcha*, no dia anterior.

A inserção de uma referência global sobre assuntos climáticos como Carlos demonstra a preocupação em alertar e informar sobre as consequências que as mudanças climáticas podem trazer para a humanidade. O editorial enfatiza que o Rio Grande do Sul passou pela maior catástrofe climática da história do Brasil, na forma de um alerta para seus leitores dimensionarem o tamanho dos estragos causados pelas enchentes entre abril e maio de 2024. O climatologista aponta que os eventos acontecem a cada década, em diferentes dimensões, e indica diferentes ações que podem interferir diretamente nas catástrofes ocorridas no Estado futuramente. A opinião da RBS traz a reflexão do dever de diminuir as emissões de gases causadores do efeito estufa para tentar frear a tendência de aquecimento global e evitar, assim, o aumento da destruição ocasionada pelas mudanças climáticas.

Doutor em meteorologia pelo afamado Massachusetts Institute of Technology (MIT), um dos principais centros produtores de ciência e tecnologia do mundo, Nobre cita ações com diferentes graus de custos e de complexidade para diminuir estragos causados por episódios do gênero. Entre elas, recompor a mata ciliar nas principais bacias hidrográficas e proteger florestas em áreas de encostas como forma de abrandar enchentes e a força de enxurradas. São medidas que, por combaterem a erosão do solo, também colaboram para reduzir o assoreamento dos rios, outro fator que influencia as cheias (Agir..., p. 22, 2024).

Ao trazer a opinião de um especialista no assunto, o jornal reforça o comprometimento em informar, formar opinião e despertar reflexões diante dos fatos ocorridos. O editorial observa que a conscientização e o cumprimento do Código Florestal

são suficientes para frear e amenizar estiagens, erosões de solo e assoreamento dos rios. Além disso, exige investimentos em infraestrutura para suportar novos eventos.

O editorial salienta ao final do texto que, ao negar a existência de mudanças climáticas, estamos fadados a esperar pelo pior, cobrando por mudanças urgentes em infraestrutura.

Ao lado direito na página do editorial, um artigo de opinião de um empresário traz como título “Unidos, sem rótulos para salvar o Rio Grande”. Klaus Riffel, que assina o texto, é o fundador de uma plataforma de apoio aos abrigos no Estado, por inspiração de um relato sobre a dificuldade no fluxo de doações. Riffel cita em seu artigo a dificuldade de comunicação com o governo estadual e federal para direcionamento de doações.

O apelo feito pelo Grupo RBS em seus editoriais que abordam as mudanças climáticas vai além da necessidade de urgência em salvar vidas. Os argumentos indicam uma forma impositiva de cobrar os governos por mudanças nas políticas do clima, uma vez que o que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul tinha relação direta com as mudanças climáticas. Além disso, esses editoriais exigem menos burocracias na liberação de verbas, criação de comitês e planos de infraestrutura. Para amparar o seu posicionamento, a empresa apresenta pesquisas e traz especialistas no assunto para informar e conscientizar.

5.2 MOBILIZAÇÃO PARA SALVAR VIDAS

O primeiro editorial sobre as enchentes saiu no dia 1º de maio e tratava sobre a mobilização e ação para salvar vidas durante o início das chuvas. No *Zero Hora* do dia anterior, uma das únicas notícias sobre o assunto ocupava 1/3 da página, alertando para a previsão de chuva em todo o Estado, com alerta em vermelho e anúncio de tempestades para várias regiões do Rio Grande do Sul. Até então não se tinha tamanho do real problema que viria a ser enfrentado nos dias seguintes. As chuvas mais fortes já haviam ocorrido anteriormente, mas por se tratar de uma edição impressa que tem horário de fechamento e de distribuição, a cobertura não correspondia aos eventos que passam a ser registrados no dia 1º.

O editorial "A catástrofe e a mobilização", publicado no dia 1º de maio, traz um apelo enfático à união e ao esforço coletivo diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, especialmente em um contexto de tragédia no Rio Grande do Sul. Desde o início, o texto enfatiza a gravidade da situação, com chuvas intensas e volumosas que causaram destruição em várias cidades, destacando o impacto direto nas populações mais vulneráveis.

De acordo com os especialistas em clima, nas próximas horas o Estado ainda corre o risco de ser atingido por chuva intensa, vendaval, granizo e raios. Por conta desta anormalidade, em dezenas de municípios gaúchos, a população está sendo desalojada de suas casas e precisando de abrigo, alimentação e apoio. Portanto, a hora é de ação, de salvar vidas, e toda ajuda é bem-vinda (A Catástrofe..., p. 20, 2024).

A mensagem principal do editorial é clara: em momentos de crise, a prioridade deve ser salvar vidas e fornecer assistência imediata àqueles que precisam. Logo nos primeiros parágrafos, o texto ressalta a importância de ações rápidas e coordenadas, elogiando a mobilização da Defesa Civil e das autoridades locais para minimizar os danos. A linguagem utilizada carrega um tom de urgência, especialmente ao destacar que "a hora é de ação, de salvar vidas, e toda ajuda é bem-vinda". Isso reflete a tentativa do Grupo RBS de mobilizar os leitores para participarem ativamente do esforço de solidariedade, seja por meio de doações, seja contribuindo com a logística de apoio às vítimas. No entanto, o editorial também se preocupa em olhar para além do momento imediato, trazendo uma crítica à falta de planejamento preventivo por parte das autoridades públicas.

Citando problemas como a dificuldade de oferecer habitações seguras e a negligência na manutenção de infraestruturas, como pontes e estradas, o editorial aponta para uma lição mais ampla, que é a necessidade de aprender com as tragédias do passado para evitar que novas catástrofes tenham consequências tão graves no futuro. Outro ponto relevante da análise é a menção à resiliência da população gaúcha, que é apresentada como um símbolo de força e solidariedade. O editorial faz questão de exaltar as comunidades que se unem para enfrentar adversidades, mas também aponta que essa mobilização não pode ser uma substituição permanente para políticas públicas que sejam eficazes.

Ao final do texto, o editorial reforça a necessidade de transformar a crise em uma oportunidade de aprendizado, com o objetivo de construir um futuro mais seguro para todos. De forma geral, o discurso do editorial se equilibra em comoção e crítica. Por um lado, há uma forte valorização do espírito comunitário e da capacidade de resposta às emergências, e, por outro, há um chamado explícito à responsabilidade das autoridades para implementar ações de longo prazo. Assim, o Grupo RBS utiliza sua posição para informar, mobilizar e cobrar mudanças, colocando-se como um personagem ativo no debate público sobre os impactos das mudanças climáticas e suas consequências.

O editorial "Ajuda Coordenada", publicado em 3 de maio, destaca a urgência de uma resposta organizada às consequências das catástrofes recentes no Rio Grande do Sul. Reconhece a presença de líderes políticos, como o presidente da República e o governador, como um gesto importante para reforçar compromissos e demonstrar solidariedade às comunidades atingidas. Contudo, o texto não deixa de criticar a insuficiência nas operações de resgate e a necessidade de ações mais ágeis e estruturadas.

O verdadeiro dilúvio que atinge a região deixa, além de irreparáveis perdas humanas, um cenário de destruição nas cidades alagadas e na infraestrutura de serviços públicos, incluindo hospitais, escolas, estradas, transporte, água, energia elétrica e habitação. Resgates dramáticos registrados diariamente pelas forças de segurança e por populares, especialmente de pessoas retiradas dos telhados de suas casas por helicópteros e barcos, dão uma ideia da dimensão da catástrofe. Apesar da grande mobilização de soldados, bombeiros, integrantes da Defesa Civil e voluntários, muitos deles protagonizando heroicas ações de salvamento, as operações de resgate ainda se mostram insuficientes para a necessidade e a urgência (Ajuda..., p. 22, 2024).

Ao abordar o trabalho de bombeiros, soldados e voluntários, o editorial exalta o papel essencial desses grupos no enfrentamento da crise. No entanto, chama atenção para a magnitude da destruição e para as limitações enfrentadas, evidenciando que o esforço coletivo, embora valioso, ainda não é suficiente diante das necessidades. Esse ponto ressalta a importância de maior apoio às operações em curso. O texto também enaltece o papel da sociedade civil, incentivando a população a contribuir com atitudes simples e práticas, como evitar deslocamentos desnecessários e evitar o consumo excessivo.

Ao lado direito da Opinião da RBS, *Zero Hora* traz a seção *Opinião do Leitor*, com quatro textos sobre variados temas; os dois textos da parte superior tratam do assunto das enchentes, trazendo o ponto de vista de dois leitores.

Essa mobilização, segundo o editorial, é fundamental para complementar as ações do poder público e minimizar o impacto da crise, reforçando o espírito de solidariedade como uma força indispensável. Por fim, o editorial alerta que a desorganização entre as esferas governamentais e sociais pode comprometer os esforços já realizados. Com um tom de apelo, a mensagem final reforça a necessidade de coordenação eficiente, cobrando responsabilidades das autoridades e da população para garantir uma recuperação eficaz e preparar o Estado para enfrentar desafios futuros.

O editorial “Compromisso com o Estado”, publicado na edição de 4 e 5 de maio, aborda o papel de *Zero Hora* durante seus 60 anos história, que se completam no dia 4, destacando o compromisso com a informação e o seu apoio à população gaúcha, especialmente em momentos de tragédia, como as recentes enchentes no Rio Grande do Sul.

O Grupo RBS utiliza esse marco histórico para reforçar sua posição como veículo de comunicação que não apenas informa, mas também busca colaborar com a mobilização social e o enfrentamento de crises. Tem uma clara ênfase na responsabilidade, além da prestação de serviços e no apoio nas comunidades atingidas, o que reflete um alinhamento entre a comemoração pelo aniversário do jornal e a necessidade de ser útil à sociedade gaúcha. O editorial destaca que, mesmo diante da tragédia climática, o jornal não deixa de cumprir seu papel ao aumentar os espaços de cobertura, reforçando um diálogo próximo com o público e apoiando ações que visam salvar vidas. A linguagem utilizada é direta e reforça a necessidade de união, solidariedade e responsabilidade, tanto das autoridades quanto da própria população. É interessante ver como o compromisso é reafirmado de forma a unir celebração e urgência, mostrando que o momento exige mais do que apenas reportar os fatos, mas também ser um agente de suporte. A relação entre a comemoração dos 60 anos e a tragédia climática vivida no Estado é um ponto central do editorial, que busca transformar o aniversário de *Zero Hora* em uma demonstração de solidariedade.

[...] o Grupo RBS decidiu registrar este aniversário com a discrição e a responsabilidade que o momento exige, ao mesmo tempo que, num processo natural de sua operação, mantém a mobilização de seus profissionais e de seus veículos na ampla cobertura da tragédia que se abate sobre o Estado. O Rio Grande do Sul passa por uma calamidade climática sem precedentes. Em diversas áreas de seu território, há pessoas morrendo, há desaparecidos, há comunidades inteiras desabrigadas e há a necessidade de muita informação para orientar a população, potencializar a ação das autoridades e ajudar na preservação de vidas humanas. Nada pode ser mais importante do que isso neste momento (Compromisso..., p. 20, 2024).

A mobilização de profissionais e veículos do grupo é destacada como um exemplo de comprometimento, ressaltando a importância da comunicação responsável em momentos de crise. Assim, *Zero Hora* assume seu papel como mediadora entre o público e as informações críticas, ao mesmo tempo em que se posiciona como integrante ativa no esforço de reconstrução do Estado. Por fim, o editorial reforça o compromisso com o futuro e a adaptação constante às mudanças, não apenas climáticas, mas também tecnológicas e sociais. A promessa de inovação e proximidade com o público se mistura com a reafirmação de valores tradicionais do jornalismo, criando mensagens que unem passado e o presente, sempre com um olhar voltado para o futuro.

5.3 RECONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA

O assunto mais abordado nos editoriais de *Zero Hora* dentro do mês de maio trata com muita veemência do assunto reconstrução, tendo em vista que o Rio Grande do Sul foi inteiramente devastado e perdeu boa parte de sua infraestrutura de mobilidade nos principais pontos entre municípios. Um plano de reconstrução, reforma e reestruturação das cidades mais atingidas necessitava de urgência, o Grupo RBS deixa isso evidente em sua opinião. Na edição do dia 4 de maio do jornal *Zero Hora*, a colunista Marta Sfredo traz uma coluna com o seguinte título: “RS vai precisar de um plano Marshall”, uma alusão ao plano de reconstrução liderado pelos Estados Unidos da América junto aos países afetados pela Segunda Guerra Mundial.² Apesar de não se tratar da opinião da RBS, o

² O Plano Marshall (oficialmente *European Recovery Program*, ou Programa de Recuperação Europeia) recebeu esse nome graças a seu idealizador, o general George Catlett Marshall, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército dos EUA e, à época do lançamento do plano, secretário de Estado do presidente

texto de Sfredo mostra-se alinhado ao que vinha sendo apontado nos editoriais em relação à campanha de mobilização pela reconstrução. É o que se verifica no editorial intitulado “Um passo para a reconstrução”, publicado no dia 6 de maio, que traz como foco central a necessidade de ações urgentes e coordenadas para reconstruir o Rio Grande do Sul, após a tragédia que atingiu o Estado.

No texto, a presença do presidente Lula e de outras autoridades em Porto Alegre é destacada como um gesto simbólico e prático de união entre os diferentes poderes, em um esforço conjunto para enfrentar os desafios impostos pelo desastre. De forma enfática, o texto cobra das autoridades a liberação de recursos e a remoção da burocracia, identificando esses pontos como barreiras que podem comprometer o auxílio à população afetada.

A RBS utiliza um tom que busca mobilizar tanto os governos quanto a sociedade, mencionando exemplos históricos, como o Plano Marshall, para reforçar que a reconstrução exige um planejamento eficiente, sem partidarismos e com foco na coletividade. Além disso, o jornal ressalta a importância de recuperar rapidamente hospitais, escolas e comércios, apresentando isso como medidas essenciais para restabelecer a normalidade. Há também um esforço para reforçar o papel da solidariedade e da união, com a mensagem de que todos os setores da sociedade devem participar ativamente do processo de reconstrução.

Ao lado direito da página do editorial, a edição traz novamente a seção *Opinião do Leitor*, ocupando um pouco menos de metade da página, com cinco textos curtos publicados, dos quais três também abordam o evento climático.

No entanto, o editorial não se exime de criticar a demora administrativa e a resistência que, muitas vezes, impede avanços. Essa postura demonstra que o jornal assume um lado pró-eficiência, priorizando soluções rápidas e efetivas. Por fim, ao destacar sua própria contribuição, como a disponibilização gratuita de suas edições digitais durante o período, a RBS reforça sua responsabilidade social, ao passo que se posiciona como um elo importante na mediação das informações e na mobilização

estadunidense Henry Truman. O Plano Marshall foi um ambicioso projeto de empréstimos e doações financeiras realizados pelos EUA e seus capitalistas aos países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial.

popular. Com isso, o editorial se posiciona de forma clara: a reconstrução deve ser tratada como prioridade absoluta, acima de divisões políticas ou ideológicas.

O editorial publicado no dia 8 de maio, com o título “Lideranças Assertivas”, destaca como a tragédia climática enfrentada pelo Rio Grande do Sul serviu como teste para a capacidade gerencial de lideranças políticas em um contexto de urgência e vulnerabilidade. O editorial aborda a atuação de dois governantes centrais, o governador Eduardo Leite e o prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, valorizando o compromisso e a assertividade demonstrados por ambos.

O texto enfatiza a importância de decisões rápidas, a clareza na comunicação e o enfrentamento direto de situações críticas, como o desligamento das casas de bombas nos bairros Menino Deus e Cidade Baixa. Essas ações ilustram, segundo o editorial, o esforço para mitigar os danos de enchentes e prevenir tragédias maiores. Além disso, o editorial destaca a mobilização nacional e a solidariedade como essenciais neste momento de crise, ressaltando a importância de apoio de outras regiões do país.

Embora o sol tenha retornado temporariamente na última segunda-feira, o alagamento continua e as previsões meteorológicas dos próximos dias indicam novos motivos para preocupação. Nesse contexto caótico e desanimador, dois aspectos alentadores merecem ser evidenciados: a mobilização solidária de brasileiros de todos os quadrantes do país para ajudar o Estado e a bravura do povo gaúcho na resistência e no enfrentamento das dificuldades (Lideranças..., p.26, 2024).

No entanto, existe um alerta quanto ao desempenho das lideranças, que deve ir além de promessas e discursos. Para o Grupo, as ações devem atender as demandas imediatas das comunidades afetadas. Assim, o texto reforça a necessidade de que a gestão pública mostre resultados, e que as lideranças estejam à altura das expectativas sociais.

Conclui apontando que a tragédia climática é um divisor de águas para a administração pública no Estado, representando uma oportunidade de demonstrar competência e compromisso com a população. A capacidade de responder assertivamente a crises como essa é vista como um reflexo direto da conexão entre governantes e as necessidades de suas comunidades, destacando que o sucesso não está apenas em evitar desastres, mas também em aprender com eles e se preparar para o futuro. Ao lado da publicação da *Opinião da RBS*, o jornal publica um artigo assinado

pelo juiz federal Gerson Godinho da Costa, com o título “Esperança é preciso”, trazendo uma análise sobre os alagamentos e comparando historicamente o caos de conflitos bélicos e seus pontos em comum com os salvamentos em massa nas enchentes.

No contexto da reconstrução no Rio Grande do Sul após uma catástrofe climática, o editorial "O desafio da burocracia", publicado no dia 17 de maio, evidencia os desafios enfrentados por conta da burocracia. O editorial destaca a necessidade urgente de utilizar os recursos disponíveis de forma eficiente e garantir a segurança jurídica para os gestores responsáveis pelos projetos de reconstrução. Um ponto crucial é a simplificação dos processos burocráticos, permitindo que as famílias afetadas recebam ajuda de maneira ágil e eficaz.

Uma das principais angústias em relação a medidas e à ajuda necessária para a reconstrução do Rio Grande do Sul após o Estado passar pela maior catástrofe climática de sua história reside na burocracia. O emprego de recursos públicos requer controles para evitar desvios, mas o tamanho da urgência do socorro e as diversas frentes à espera de resposta vão exigir um significativo grau de flexibilização. As iniciativas imprescindíveis, para serem viabilizadas no prazo necessário, precisam de segurança jurídica para os gestores (O Desafio..., p.26, 2024).

O editorial também sublinha a mobilização das autoridades públicas e da sociedade como um todo. A solidariedade e o empenho de todos os envolvidos são fundamentais para superar as barreiras burocráticas e acelerar o processo de recuperação. A cooperação entre diferentes setores é essencial para mitigar os impactos da tragédia e promover a reconstrução eficiente das comunidades afetadas.

O texto não apenas expõe os entraves burocráticos, mas também aponta para a necessidade de uma resposta coordenada eficaz e que seja certa. A urgência em simplificar processos e garantir a utilização adequada dos recursos é apresentada como um caminho indispensável para a recuperação das áreas atingidas. A solidariedade e a cooperação são destacadas como pilares fundamentais para enfrentar e superar os desafios da reconstrução do Rio Grande do Sul.

Ao lado direito, dividindo a página com o editorial, foi publicado um *Artigo* com o título “Atuação na defensoria na tragédia do RS”, em que o defensor público-geral do Rio Grande do Sul defende o compromisso com a comunidade, citando que mesmo com todas as adversidades da catástrofe, com sedes alagadas e sistemas prejudicados eles não pararam. Falando sobre o trabalho, ele comenta que a Defensoria tem se empenhado

para garantir isenção de contas de água de quem teve sua casa invadida pelo forte acúmulo de água.

Publicado na edição do final de semana, dos dias 18 e 19 de maio, a *Opinião da RBS* traz o seguinte título: “Reconstruir melhor”. Esse editorial continua a abordagem do principal tema, mais citado recorrentemente pelo *Zero Hora* durante o mês de maio, voltado para a reconstrução do Estado. O início do texto traz uma entrevista realizada pelo jornalista Rodrigo Lopes, publicada na sexta-feira anterior, com o mestre em psicologia social Marcio Gagliato, com experiência de atuação em desastres socioambientais e conflitos armados em diversos lugares do mundo. A entrevista traz relatos de quem foi testemunha de diversas catástrofes, enfatizando o que deve ser tirado como lição e realizado em projetos de infraestrutura para que as novas estruturas resistam a impactos mais severos. O editorial traz também sugestões para reedificação das estruturas danificadas no Estado, com um conceito arquitetônico que ainda estava sendo elaborado, desde 2023, por um grupo de especialistas, encomendado pelo Ministério da Integração Nacional. O editorial faz um apelo contra o que chamam de “estímulo à divisão, que parte de minorias barulhentas, deve ser desconsiderado e dar lugar ao incentivo à soma de esforços” (Reconstruir..., p. 20, 2024), Gagliato faz uma importante observação, destaca pelo editorial, que a coordenação geral das ações realizada pelo poder público seria insuficiente para prestar auxílio necessário a todos que foram atingidos em grandes tragédias.

O editorial agradece a todos os voluntários que propuseram auxiliar quem foi atingido pelas enchentes, salvando vidas sem receber nada em troca, apenas pelo conforto de poder fazer o bem, somando esforços com os agentes públicos de inúmeras áreas. Finalizando, o texto traz outro agradecimento as doações direcionadas de todos os lugares do Brasil, mesmo em meio conturbado de polarizações políticas.

Junto ao texto da *Opinião da RBS*, ao lado direito, *Zero Hora* publica a opinião do *Conselho Editorial*, com um texto escrito pelo jornalista e membro do Conselho, Marcelo Rech. Ele expressa em sua coluna o sentimento de milhões de gaúchos, em forma de agradecimento à disposição de outros Estados em fornecer ajuda por conta da crise que o estado enfrenta. Rech procura fazer o leitor refletir que, como povo, diante de um

desastre ambiental, deixamos de lado diferenças e nos unimos em solidariedade ao próximo.

O editorial "Acolhida Digna", publicado em 20 de maio de 2024 pelo jornal *Zero Hora*, faz uma cobrança incisiva aos governos estadual e federal sobre a falta de estrutura e planejamento no acolhimento dos milhares de desabrigados pelas enchentes no Rio Grande do Sul. A publicação destaca que mais de 870 locais, como escolas, igrejas, clubes e ginásios esportivos, abriram suas portas para abrigar os afetados pelas inundações, mas esses espaços carecem de infraestrutura básica para garantir o mínimo de dignidade às vítimas. A crítica vai além da ausência de recursos materiais, apontando para a falta de uma organização mais eficaz e integrada entre os poderes públicos, que ainda não conseguiram estabelecer uma solução habitacional definitiva para os milhares de desabrigados. A RBS, ao evidenciar essas falhas, chama a atenção para a necessidade de uma ação coordenada e urgente que garanta a reconstrução do estado e o restabelecimento das condições mínimas de vida para a população.

Cerca de 870 locais, como escolas, universidades, clubes esportivos, ginásios municipais, CTGs, igrejas e centros comunitários do Estado, abriram suas portas nas últimas semanas para receber dezenas de milhares de desabrigados das enchentes no Rio Grande do Sul. Quase 80 mil pessoas, em 103 municípios, buscaram abrigo emergencialmente nesses pontos improvisados após terem de sair de suas casas, tomadas pelo avanço das águas ou destruídas pela força da correnteza. O acolhimento mobilizou um grande contingente de voluntários que, ao lado da Defesa Civil, se esforçou ao máximo para garantir alimentação, proteção do frio, roupas, atendimento de saúde e mínimas condições de higiene a esse grande número de gaúchos. A despeito da comovente corrente de solidariedade, é uma mobilização difícil de ser mantida por muito mais tempo (Acolhida..., p. 26, 2024).

Essa cobrança ao poder público é acompanhada por uma análise crítica do papel do jornalismo em momentos de crise, no qual o Grupo RBS, por meio de sua cobertura contínua e detalhada, não apenas informa, mas também exerce uma função de vigilância e cobrança sobre as autoridades.

O posicionamento do Grupo RBS inicia de uma forma sutil, informando que muitos desses centros, como escolas e universidades, necessitam retornar seus afazeres diários. O editorial aponta como sugestão a criação de cidades temporárias para abrigar

essas pessoas, na região metropolitana, onde estão cerca de 70% dos desabrigados, como informa o texto. O editorial lembra dos prazos dados pelo governo do Estado para criação desses centros de convivência e reforça que os pedidos de doações devem continuar. O texto continua com uma cobrança firme sobre aceleração de moradias definitivas, que geralmente são mais lentas devido aos processos burocráticos envolvidos. No mesmo tema, o editorial destaca a demora para entregar as primeiras casas temporárias em abril, sete meses após a enchente de setembro de 2023.

No lado direito desse editorial, temos um artigo assinado pelo presidente do Instituto Cultural Floresta, Leonardo Fração, com o título “Eficiência no caos”. Nele, Leonardo trata de assuntos sobre a centralização e burocracias, fazendo uma crítica à ineficiência do Estado com sua entrega incompatível com a arrecadação. Segundo Fração, as forças militares e federais do Estado recorreram ao seu instituto para suprir necessidades urgentes de equipamentos. Por fim, o presidente do ICF agradece as doações e pede para que sigam confiando e ajudando os necessitados.

O editorial do dia 22 de maio publicado em *Zero Hora* tratou o assunto de reconstrução e economia no mesmo texto, com o título “Reerguer o RS”. O texto informa logo no primeiro parágrafo que as estimativas para reconstrução do estado ultrapassam as dezenas de bilhões de reais. O texto aponta os danos econômicos e estruturais causados pelas chuvas, destacando que o custo da reconstrução será elevado e demandará esforços prolongados. A RBS chama atenção para a importância da solidariedade coletiva, tanto da sociedade quanto das esferas governamentais, e ressalta que o momento exige ações práticas para restaurar a infraestrutura, preservar vidas e apoiar os setores produtivos mais atingidos.

Empresários, trabalhadores, poder público e sociedade civil têm diante de si um desafio sem precedentes no país, tamanha a destruição causada pela tragédia climática. Não há dúvida quanto à perseverança e ao espírito irredimido do povo rio-grandense. É tocante ainda a solidariedade emanada de todos os cantos do Brasil e a disposição em colaborar para recolocar o Estado em pé. Por parte do governo federal, ante com maior capacidade financeira para prestar auxílio, aguarda-se que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Será necessário acompanhamento constante e cobrança para assegurar que o apalavrado será materializado (Reerguer..., p. 22, 2024).

Com o mesmo tom de cobrança em diferentes editoriais, a RBS espera, assim como todos os gaúchos, que compromissos assumidos pelo governo federal sejam

cumpridos principalmente por ter maior capacidade financeira. O editorial defende crédito desburocratizado e em condições de pagamento “realistas”, de acordo com o que o povo gaúcho vivia naquele momento. Na mesma linha de cobranças, o editorial elenca as prioridades de ações emergenciais, entre elas a reconstrução das estradas, para que o apoio necessário chegue em todos os locais necessitados.

O editorial também critica a lentidão nas respostas e a falta de uma abordagem sustentável que enfrente os desafios climáticos. Ele destaca que o Rio Grande do Sul, como outras regiões, precisa liderar ações resilientes, adotando medidas para mitigar impactos futuros das mudanças climáticas. Nesse sentido, o texto alerta para a urgência de aprovar projetos legislativos que garantam recursos financeiros e direcionem esforços para se evitar novas tragédias. A mensagem central reforça a necessidade de união e de um planejamento estratégico que equilibre crescimento econômico com responsabilidade ambiental, para reerguer não apenas as cidades atingidas, mas a confiança e estabilidade do estado.

Por fim, o Grupo apresenta um tom esperançoso ao afirmar que a "certeza das melhores ideias e disposição" são as chaves para superar os desafios. O texto reflete a gravidade da situação, mas também inspira ação, conclamando líderes e cidadãos a priorizarem soluções efetivas e sustentáveis, não apenas no curto prazo, mas como legado para futuras gerações

Dividindo a página 22 do jornal *Zero Hora*, o artigo escrito pela Juíza do Trabalho Maria Teresa Vieira da Silva enfatiza que o Rio Grande do Sul era um estado modelo para o restante do país, com aprovações de diversas leis ambientais. No entanto, segundo ela, autorizações para ampliação do uso indevido de solo, bem como as especulações imobiliárias, colaboraram para o aumento significativo do aquecimento global, aumentando as chances de desastres climáticos. A juíza compara o Estado e o Brasil com a Europa, observando que lá se busca o equilíbrio ambiental, mas aqui o tema acaba sendo visto como um empecilho ao desenvolvimento econômico.

O editorial "Queremos união, reconstrução e governança eficaz", publicado em 27 de maio de 2024, destaca a amplitude dos esforços necessários para a recuperação do Rio Grande do Sul após a tragédia climática que atingiu o Estado. Enfatiza o papel de diversas instituições públicas, privadas e da sociedade civil em ações conjuntas para

reconstruir as cidades destruídas, restabelecer a infraestrutura e reerguer a economia local. A RBS sublinha a importância de medidas rápidas e eficazes, como a aprovação do Plano de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado, um marco na tentativa de trazer soluções estruturais e sustentáveis.

São muitos, diversificados e bem-vindos os planos para reconstrução do Rio Grande do Sul, atingido pela maior catástrofe climática já registrada no país. Governo federal, governo estadual, empresários, trabalhadores, universidades, Forças Armadas, organizações policiais e Defesa Civil, autoridades e servidores de todos os níveis da administração pública, voluntários e cidadãos em geral, gaúchos, demais brasileiros e instituições nacionais e internacionais – todos esses entes públicos e privados demonstram elogiável disposição para abrigar as vítimas do desastre e para reconstruir as cidades destruídas, a infraestrutura e a economia do Estado (Queremos..., p. 24, 2024).

O texto reforça que, além das ações emergenciais, é fundamental implementar iniciativas de longo prazo que incluam coordenação transparente e inclusiva, capaz de atender as populações mais vulneráveis e promover oportunidades de desenvolvimento. O texto enfatiza a relevância de uma governança que una esforços em um contexto político e econômico fragilizado, alertando que somente um estado vigoroso e produtivo poderá oferecer alívio aos afetados e impulsionar um crescimento sustentável para toda a sociedade.

Dessa forma, editorial defende que a superação da crise climática no Rio Grande do Sul depende de lideranças competentes e de um planejamento coletivo robusto. Com isso, o texto inspira otimismo, ao mesmo tempo em que cobra responsabilidade e eficiência de todas as esferas envolvidas, ressaltando que apenas com união e governança eficaz será possível reconstruir o estado de forma resiliente e preparar a sociedade para os desafios futuros.

Esse editorial divide a página com o artigo de opinião do desembargador Antônio Vinicius Amaro da Silveira, intitulado “TJRS na vanguarda tecnológica”. O texto destaca o avanço do judiciário após a migração de processos para armazenamento em nuvem. Com seus prédios invadidos pela água, o Tribunal de Justiça conseguiu manter mais de 10 milhões de processos ativos e inativos no ar, utilizando-se de geradores para manter os servidores em funcionamento. Assim, o Judiciário gaúcho continuou ativo mesmo em uma catástrofe ambiental sem precedentes.

O editorial "A recomposição das estradas", publicado em 28 de maio de 2024, destaca a gravidade dos danos à infraestrutura rodoviária do Rio Grande do Sul, causados pelas enchentes, e reforça a urgência de ações coordenadas para a recuperação das vias essenciais para o estado. As interrupções em rodovias estratégicas, como a BR-116 e a RS-287, ilustram o impacto direto na circulação de pessoas e mercadorias, comprometendo a conectividade entre regiões-chave e afetando gravemente a economia local. O texto sublinha que, com 90% do transporte do Estado dependente das rodovias, a situação reforça a vulnerabilidade de uma infraestrutura já sobrecarregada.

Apenas na BR-116, uma das mais importantes a cortar o território gaúcho, eram 11 trechos, sendo nove completamente obstruídos. Na RS-287, principal ligação entre a Grande Porto Alegre e a região central do Estado, quatro partes restavam totalmente interrompidas, como mostrou reportagem de Anderson Aires publicada na superedição de fim de semana de *Zero Hora*. Um estudo com participação de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) estima que ao menos 2,7 mil quilômetros de estradas foram afetados pela enchente (A Recomposição..., p. 23, 2024).

A RBS enfatiza o papel fundamental de iniciativas rápidas e eficazes envolvendo governos, concessionárias, empresas e voluntários para superar os desafios. O texto menciona, como exemplo, os esforços para restaurar a RS-287 e destaca que ações provisórias, como desvios, já estão sendo implementadas enquanto se busca uma recuperação definitiva. O editorial também aborda a necessidade de uma gestão ágil para superar entraves burocráticos, garantindo não apenas a reconstrução, mas também a modernização das estradas, tornando-as mais resilientes a desastres futuros.

No fim, o editorial alerta para o risco de agravamento da crise caso os reparos não sejam realizados com celeridade, impactando negativamente tanto a economia quanto a qualidade de vida da população. O texto conclama esforços integrados para reestabelecer a malha rodoviária e, com ela, a estabilidade do estado. Assim, reforça-se que o sucesso dessa empreitada não apenas aliviará os impactos imediatos da tragédia, mas também representará um passo decisivo para preparar o Rio Grande do Sul para desafios futuros.

Dividindo a página com o editorial, *Zero Hora* traz a opinião do superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUCRS, Jorge Audy, num texto intitulado "A inovação

gaúcha frente ao seu maior desafio”. Nele, Audy destaca o trabalho desenvolvido em universidades e instituições que utilizam da inovação para gerar melhorias e buscar soluções para diminuir impactos, com o auxílio de *startups* e parques tecnológicos, cujos novos estudos possibilitam auxiliar e ajudar na recuperação do Estado.

O editorial “Apoio tem de chegar à ponta”, publicado no dia 30 de maio, aborda a liberação de R\$ 15 bilhões pelo Governo Federal para mitigar os impactos da enchente que devastou o Rio Grande do Sul. Com um tom de cobrança, o texto enfatiza que, mais importante do que o anúncio do pacote financeiro, é garantir que os recursos cheguem efetivamente às empresas e às populações afetadas, com agilidade e sem entraves burocráticos.

No Brasil, todavia, costuma existir um hiato entre medidas governamentais anunciadas com estardalhaço e o que chega de fato à ponta. A prioridade, a partir de agora, é se certificar de que os empreendedores poderão acessar os recursos com a menor burocracia possível e sem as exigências convencionais. A promessa de agilidade e simplificação de processos por parte do governo federal foi reiterada ontem. Será preciso permanecer atento e cobrar caso surjam obstáculos até justificáveis em épocas de normalidade, mas não neste momento (Apoio..., p. 22, 2024).

A prioridade apontada pela RBS deve estar em simplificar os processos para que empreendedores e trabalhadores possam acessar o suporte financeiro. O texto critica o hiato entre o anúncio de medidas governamentais e sua implementação prática, destacando a necessidade de maior eficiência administrativa. Nesse contexto, a promessa de juros reduzidos e condições especiais de financiamento é vista como positiva, mas insuficiente sem um mecanismo eficiente de execução.

Outro ponto central do editorial é a preocupação com a sobrevivência econômica das regiões atingidas. O texto menciona as dificuldades logísticas que empresas enfrentam para operar e transportar mercadorias, destacando que essas barreiras podem agravar a crise. Além disso, o impacto na produção industrial é mencionado como um reflexo direto da tragédia climática, com consequências nacionais, como a alta da inflação. O texto sugere que o Rio Grande do Sul precisa de um plano integrado, com soluções que transcendam a recuperação imediata e contribuam para o desenvolvimento sustentável e econômico a longo prazo.

O editorial assume um tom pragmático, posicionando-se como uma voz que cobra soluções reais e efetivas de Brasília. Ao mesmo tempo, reforça a necessidade de solidariedade entre governos, empresas e a sociedade como um todo. A mensagem final aponta para a urgência de alinhar promessas e ações concretas, destacando que o momento exige uma gestão técnica e sensibilidade para responder aos desafios do Estado. Mantendo o projeto editorial, a página que apresenta a opinião do Grupo RBS vem acompanhada de um artigo, desta vez do ministro da Secretaria Extraordinária de Ajuda a Reconstrução do RS, Paulo Pimenta. Intitulado “Jutos pelo Rio Grande”, o texto descreve a missão que a Secretaria tem ao coordenar ações que o Governo Federal desenvolve em resposta ao desastre climático. Pimenta recorda o leitor sobre as viagens que o presidente Lula fez ao Estado com diversos anúncios de ajuda, além de tratar o apoio ao Rio Grande do Sul como prioridade do Governo. Ao fim, Paulo Pimenta coloca assistências de programas criados pelo governo exclusivamente para famílias atingidas pela chuva e pede sensibilidade e cooperação.

5.4 DESINFORMAÇÃO E *FAKE NEWS*

Durante os eventos climáticos no Rio Grande do Sul, a circulação de notícias rápidas foi essencial para salvar vidas e organizar resgates, mas também trouxe o problema do compartilhamento de informações falsas. A desinformação dificultou o trabalho de autoridades e voluntários, gerou pânico na população e ampliou a polarização política. Esse cenário destacou a importância de fontes confiáveis e do papel da imprensa em momentos de crise.

Os editoriais da RBS analisaram esses problemas com um tom crítico, mostrando os impactos das *fake news* e cobrando mais responsabilidade das plataformas digitais na contenção da desinformação. Ao mesmo tempo, defenderam o jornalismo profissional como peça-chave para combater mentiras e proteger a sociedade. A posição adotada reforça o compromisso com a verdade e a necessidade de união e solidariedade em momentos tão difíceis.

O editorial “Os riscos da desinformação”, publicado no dia 7 de maio de 2024, utiliza um episódio recente no Rio Grande do Sul, marcado pela tragédia climática e pela

disseminação de boatos, para destacar os perigos que a desinformação representa à sociedade. A narrativa explora como informações falsas, como a suposta ruptura de um dique, geraram pânico entre a população e dificultaram o trabalho de autoridades e voluntários. Nesse contexto, o texto enfatiza o impacto destrutivo das mentiras em um momento crítico, ampliando as dificuldades de gestão e reforçando os prejuízos à coesão social. Ao mesmo tempo, ressalta a necessidade de um jornalismo responsável e comprometido com a verdade, posicionando-se como uma barreira contra o "veneno da desinformação".

Nesse contexto em que as mentiras têm potencial para causar prejuízos irreparáveis aos cidadãos e à própria democracia, o jornalismo profissional se destaca como um eficiente antídoto para o veneno da desinformação. Sem a pretensão de serem donos da verdade, os veículos e profissionais de imprensa atuam com transparência (têm nome, endereço e CPF), podem ser responsabilizados legalmente por suas divulgações e dependem da própria credibilidade para sobreviver. Essas especificidades e mais o compromisso vocacional dos jornalistas com a profissão representam um diferencial na comparação com a anárquica difusão de notícias anônimas pelos meios digitais sem identificação e pelas redes sociais (Os Riscos..., p. 26, 2024).

A RBS utiliza o editorial para reiterar o papel central da imprensa tradicional como um antídoto eficaz nesse cenário. O texto constrói uma crítica implícita às plataformas digitais, que frequentemente disseminam informações não verificadas, apresentando-as como vilãs em um ambiente desregulado. Ao fazer essa contraposição, o editorial não apenas defende a relevância do jornalismo corporativo, mas também insinua sua superioridade ética e técnica em comparação com os novos meios de comunicação. Essa postura reflete um interesse direto da RBS em reforçar a legitimidade de seu papel como veículo essencial em tempos de crise.

O texto ainda articula um argumento mais amplo sobre poder e responsabilidade na comunicação. Ao destacar a transparência e a prestação de contas como características exclusivas da imprensa tradicional, a RBS busca legitimar sua posição em uma disputa maior entre veículos consolidados e plataformas digitais. Essa narrativa, ao mesmo tempo em que alerta sobre os perigos da desinformação, serve para promover a imagem do jornalismo profissional como fiador da estabilidade democrática e da proteção social, especialmente em momentos de emergência.

Nesse contexto em que as mentiras têm potencial para causar prejuízos irreparáveis aos cidadãos e à democracia, o jornalismo profissional se destaca como um eficiente antídoto para o veneno da desinformação. (OS RISCOS..., p. 26, 2024)

Por fim, a mensagem subjacente do editorial é a de que combater a desinformação requer coordenação, ética e uma sociedade que privilegie fontes confiáveis. Ao fazer essa defesa, o texto reafirma a importância dos jornais não apenas como disseminadores de informações, mas como protagonistas na preservação da ordem social e no apoio às vítimas. A RBS, portanto, não apenas analisa o problema, mas também se posiciona como parte da solução, destacando sua relevância institucional em um cenário de incertezas.

No dia 17 de maio, a reportagem “Estudo inédito da UFRJ aponta as principais ‘fake news’ sobre a tragédia da chuva no RS”, um levantamento realizado na Universidade do Rio de Janeiro apontou diversas narrativas de desinformação, esse estudo apontou de que forma e como isso prejudicou toda assistência às vítimas.

O editorial “O uso vil da tragédia”, publicado em 23 de maio, aborda de forma crítica os desdobramentos da desinformação disseminada durante a tragédia climática no Rio Grande do Sul. A posição do texto reforça a urgência de medidas efetivas contra a propagação de notícias falsas e a utilização oportunista do sofrimento alheio para fins políticos e financeiros.

A crítica central recai sobre a atuação das plataformas digitais e a sua responsabilidade em conter o fluxo de desinformação. O editorial destaca iniciativas como o protocolo firmado entre a Advocacia-Geral da União e empresas de tecnologia, mas também enfatiza a necessidade de uma postura mais proativa e rigorosa dessas plataformas. O texto sugere que a demora em agir ampliou o impacto das *fake news*, prejudicando o esforço de solidariedade e desviando a atenção das verdadeiras necessidades das vítimas.

É lamentável que uma das passagens mais dolorosas da história do Rio Grande do Sul seja vista como oportunidade para lucrar com o engajamento gerado por falsidades espalhadas no meio digital. Também entristece constatar o uso da catástrofe para gerar mais divisão política na sociedade, quando o momento deveria ser de incentivo

à união. Ainda que tarde, espera-se que as plataformas digitais sejam mais proativas para conter o caudal de desinformação (O Uso..., p. 24, 2024).

A narrativa adotada pela RBS sugere uma clara defesa do papel do Estado e de instituições públicas no combate à desinformação. Contudo, há também uma cobrança para que organizações privadas assumam suas responsabilidades sociais. O editorial demonstra preocupação com o impacto das mentiras na polarização política e na erosão da confiança pública, ao mesmo tempo que ressalta a importância da liberdade de expressão como um princípio a ser equilibrado com a responsabilização de atores que propagam conteúdos nocivos.

O texto apresenta um tom alarmante e crítico, mas também propõe soluções. Ele ressalta que as campanhas informativas e as ações conjuntas entre governos, plataformas e sociedade civil são fundamentais para combater os efeitos da desinformação. Com isso, a RBS busca se posicionar como uma defensora do jornalismo ético e da disseminação de informações verificadas como antídotos à manipulação e ao oportunismo em momentos de crise.

6 CONCLUSÕES

Neste trabalho, procuramos analisar o posicionamento do Grupo RBS, uma das maiores empresas jornalísticas do Brasil e a maior do Rio Grande do Sul, durante as enchentes que devastaram o Estado em 2024. Para isso, foram escolhidos os editoriais do jornal *Zero Hora* publicados ao longo do mês de maio. Ao todo, analisamos vinte e sete editoriais que abordaram diretamente as enchentes e seus desdobramentos. O objetivo central foi compreender como o jornal se posicionou diante dessa tragédia, evidenciando os principais temas debatidos e suas implicações sociais e políticas.

A metodologia aplicada foi a análise de conteúdo, que consistiu em examinar os textos editoriais para identificar recorrências temáticas, estratégias discursivas e posicionamentos institucionais. Além disso, buscamos contextualizar os resultados da análise com notícias nacionais e internacionais sobre o evento, bem como com o histórico de desastres climáticos no estado. Essa abordagem possibilitou a identificação de padrões narrativos e a relação entre o discurso editorial e os impactos sociais das enchentes.

Os editoriais de *ZH*, enquanto textos opinativos que refletem o posicionamento oficial do veículo de comunicação, cumpriram um papel relevante ao destacar questões como a ineficiência de políticas públicas, a urgência de ações para mitigar as mudanças climáticas e a necessidade de planejamento urbano mais responsável além da desinformação durante a tragédia. Contudo, o estudo revelou lacunas importantes, como a pouca exploração de temas estruturais, incluindo a ocupação irregular do solo, o desmatamento e a gestão de recursos hídricos.

As enchentes no Rio Grande do Sul, especialmente em 2024, não foram eventos isolados. O estado já enfrentou tragédias semelhantes, como a enchente histórica de 1941, que, durante 22 dias, causou 70 mortes na região metropolitana de Porto Alegre. No entanto, o desastre de 2024 superou qualquer registro anterior, tanto em escala quanto em impacto, afetando 471 dos 497 municípios do estado e resultando em mais de 170 mortes. Esse contexto reforça a importância de uma cobertura jornalística que possa ir além da descrição dos fatos, promovendo análises profundas sobre as causas e possíveis soluções para eventos dessa magnitude.

Outro ponto analisado foi a disseminação de desinformação e *fake news* durante a crise. Assim como em outros desastres, as enchentes de 2024 foram acompanhadas por uma proliferação de informações falsas, muitas vezes amplificadas pelas redes sociais. Essa realidade ressaltou a necessidade de um jornalismo responsável e comprometido com a checagem de informações. Nesse sentido, os editoriais de *Zero Hora* desempenharam um papel crucial ao combater narrativas equivocadas e trazer uma visão mais fundamentada e crítica sobre os acontecimentos.

O trabalho também trouxe reflexões sobre o tratamento de tragédias naturais pela imprensa em âmbito global. Observou-se que, em outros países, catástrofes semelhantes têm gerado debates amplos sobre sustentabilidade, infraestrutura e políticas climáticas. No Brasil, embora essas discussões também tenham emergido, ainda há um longo caminho a percorrer para que se traduzam em ações concretas.

Concluímos, assim, que os editoriais analisados cumpriram uma função social relevante ao gerar opinião, informar e fomentar debates públicos durante um momento de crise. No entanto, há espaço para aprimoramentos, especialmente no que diz respeito a uma abordagem mais profunda sobre as causas estruturais dos desastres e as soluções de longo prazo. A análise também evidenciou que o jornalismo precisa reforçar sua posição como uma barreira contra a desinformação, sobretudo em situações emergenciais.

O estudo mostrou que a atuação da imprensa durante desastres climáticos é indispensável para a construção de uma narrativa que informe, alerte e mobilize a sociedade. No caso específico de *Zero Hora*, os editoriais foram um canal importante para expor falhas e cobrar ações efetivas. Com esses complementos, espera-se que esta pesquisa contribua para uma reflexão mais ampla sobre o papel do jornalismo em tempos de crise e para o fortalecimento de práticas jornalísticas mais conscientes e eficazes.

O Grupo RBS posiciona-se como um veículo comprometido com a ética, a transparência e a responsabilidade social, utilizando seus editoriais para estimular debates críticos e construtivos sobre questões relevantes para a sociedade. Observamos, na análise dos editoriais selecionados, que o grupo busca promover o diálogo entre governo, empresas e cidadãos, cobrando eficiência e justiça nas ações públicas e privadas, especialmente em momentos de crise como o de 2024. Além disso,

destaca o papel essencial do jornalismo profissional no combate à desinformação e na preservação da democracia, ao mesmo tempo em que reforça valores como solidariedade, união e comprometimento coletivo para superar desafios e construir soluções mais eficazes.

Ao longo da análise, percebe-se uma grande preocupação do Grupo RBS com o Estado, com o salvamento de vidas, além da cobrança por ações imediatas dos governos estadual e federal. Em diversos dos editoriais estudados, a RBS reforça o seu posicionamento de compromisso com o Estado e busca trazer união no momento mais triste da história recente do Rio Grande do Sul. O jornal, por meio da opinião do Grupo RBS, tem um posicionamento que não só informa, mas inspira e mobiliza a sociedade para enfrentar os desafios impostos por uma tragédia dessa magnitude.

REFERÊNCIAS

A AJUDA federal e a incerteza. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.984, p. 26, 10 maio 2024.

A CATÁSTROFE e a mobilização. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.976, p. 20, 1º maio 2024.

A RECOMPOSIÇÃO das estradas. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.999, p. 23, 28 maio 2024.

ACOLHIDA digna. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.992, p. 26, 20 maio 2024.

AGIR local. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 21.000, p. 22, 29 maio 2024.

ALÍVIO temporário. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.988, p. 26, 15 maio 2024.

ALMEIDA, D. Rio Grande do Sul tem 616 mil pessoas fora de casa pela calamidade. *Agência Brasil*, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/rio-grande-do-sul-tem-616-mil-pessoas-fora-de-casa-pela-calamidade>. Acesso em: 18 out. 2024.

ANTUNES, Débora. *A retórica no jornalismo opinativo: uma análise da argumentação de Hélio Schwartsman*. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009.

APOIO tem de chegar à ponta. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 21.001, p. 22, 30 maio 2024.

BARBOSA, Walmir de Albuquerque. O Jornalismo em busca de sua episteme. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 1, p. 151-157, 2004.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARICHELO, Julia; MISTURA, Rebecca; BERTOL, Sonia; BERTONCELLO, Wagner. *Jornalismo opinativo: uma análise dos gêneros opinativos no jornal Folha de São Paulo*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Porto Alegre, RS, 2019.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BRASILE, inondazioni nel Rio Grande do Sul: 147 morti e 600 mila sfollati. *Sky TG24*, 14 maio, 2024. VIDEO. Disponível em: <https://tg24.sky.it/mondo/2024/05/14/brasil-inondazioni-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 18 out. 2024.

CABRAL, Sara Regina Scotta; BARROS, Nina Célia Almeida de. *Linguagem e avaliação: uma análise de texto opinativo*. International Systemic Functional Congress, XXXIII, São Paulo, p. 722-734, 2006.

CALAMIDADE e oportunismo. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.986, p. 26, 13 maio 2024.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do jornal do Brasil e do correio da manhã entre 1964 e 1968*. Trabalho de Conclusão do Curso (Pós-Graduação em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 15. ed., 2004.

COMPROMISSO com o estado. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.979, p. 22, 4 e 5 maio 2024.

CORREA, A.-D. Porto Alegre, submergée par des inondations massives, mesure son manque de préparation: “Tout est à reconstruire”. *Le Monde*, 20 maio 2024. Disponível em: https://www.lemonde.fr/planete/article/2024/05/20/porto-alegre-submergee-par-des-inondations-massives-prend-la-mesure-de-son-manque-de-preparation-tout-est-a-reconstruire_6234462_3244.html. Acesso em: 18 out. 2024.

CORRÊA, M. V. G. *Censura na ditadura militar - História do Brasil*. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/censura-na-ditadura-militar>. Acesso em: 25 out. 2024.

Correio Braziliense (Londres, ING) - 1808 a 1822. *Biblioteca Nacional*. DocReader Web. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=700142x&pagfis=21985>. Acesso em: 20 out. 2024.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. John W. Creswell, 2. ed, v. 13, n. 1. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DORNELLES, Beatriz. Evolução da coluna social ao longo do século XX. *Revista Brasileira de História da Mídia*, Pinheiros, SP, v. 6, n. 2, 2017.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. *Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915*. Estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais *Correio do Amanhã* e *A Federação*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social/Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Oswald Ducrot; revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

EFEITO colateral. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.987, p. 26, 14 maio 2024.

ELY, D. Saques, assaltos e abusos geram medo em meio à crise das enchentes no RS. *Uol*, 8 maio. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/05/08/saques-assaltos-e-abusos-geram-medo-em-meio-a-crise-das-enchentes-no-rs.htm>. Acesso em: 18 out. 2024.

ESFORÇO redobrado pela educação. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.993, p. 24, 21 maio 2024.

FABAL, C.; GENOT, L. “El agua me llegaba a la cintura cuando me fui; no pude salvar nada”: más lluvias y devastación en el sur de Brasil. *Clarín*, 2024. Disponível em: https://www.clarin.com/mundo/muertes-devastacion-panorama-desolador-sur-brasil-esperan-lluvias-agravan-inundaciones_0_f1qzE4TLmo.html. Acesso em: 18 out. 2024.

Gazeta do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/gazeta-do-rio-de-janeiro-2/>. Acesso em: 10 set. 2024.

GRAVIDADE extrema. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.977, p. 22, 2 maio 2024.

HISTÓRICO de enchentes no Rio Grande do Sul: impactos e medidas de mitigação. *GeoSmart*, 17 maio 2024. Disponível em: <https://www.geosmart.pt/historico-de-enchentes-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 28 set. 2024.

IMPACTOS das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024. *Emater/RS, Boletim Evento Adverso*, n. 1, maio 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-em-maio-2024.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

IMPORTAÇÃO atabalhoada. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 21.002, p. 22, 31 maio 2024.

INUNDAÇÕES, deslizamentos, queda de pontes, resgates e mortes; imagens da destruição da chuva no Rio Grande do Sul. *G1*, 2 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/02/inundacoes-deslizamentos-queda-de-pontes-resgates-e-mortes-imagens-da-destruicao-da-chuva-no-rio-grande-do-sul.ghtml>. Acesso em: 18 out. 2024.

JOSÉ, P. Governo federal libera R\$ 5 bilhões para RS e famílias afetadas por enchentes. *Correio Braziliense*, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/10/6971488-governo-federal-libera-rs-5-bilhoes-para-rs-e-familias-afetadas-por-enchentes.html>. Acesso em: 18 out. 2024.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e iniciação à pesquisa*. 22. ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2004.

LEITE, Carlos Roberto da Costa. O legado do Correio Braziliense. *Observatório da Imprensa*, Memória, 6 jun. 2016. Disponível em:

<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/o-legado-do-correio-braziliense/>. Acesso em: 24 out. 2024.

LIDERANÇAS assertivas. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.982, p. 26, 8 maio 2024.

MAGTULIS, P.; KELLERMAN, B.; KAWOOSA, V. M. Southern Brazil's worst flooding in 80 years. *Reuters*, 9 maio 2024.

MEDEIROS, Joatan David Ferreira; CÂMARA, Wander Borges. *Gênero editorial: um breve estudo da sua estrutura discursiva*. Anais do Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, Maceió, 2010.

MELO, José Marques. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3.ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, José Marques; ASSIS, Francisco. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan.-abr. 2016.

MENGUE, P. O que está longe do normal no RS após quase um mês de enchentes e deslizamentos? Entenda. *Estado de São Paulo*, 2024 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/o-que-esta-longe-do-normal-no-rs-apos-quase-um-mes-de-enchentes-e-deslizamentos-entenda/>. Acesso em: 18 out. 2024.

MINEIRO, Márcia; SILVA, Mara; FERREIRA, Lúcia Gracia. pesquisa qualitativa e quantitativa: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. *Momento - Diálogos em Educação*, v. 31, n. 3, p. 201-218, Bahia, 2022.

MONITCHELE, Marília. De 1941 a 2024: porque as enchentes são desafio constante no RS. *Veja*, 8 maio 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/ciencia/de-1941-a-2024-porque-as-enchentes-sao-desafio-constante-no-rs/>. Acesso em: 16 out. 2024.

MUNHOZ, Fábio. Chuva em Porto Alegre: compare fotos das enchentes históricas de 1941 e de 2024. *CNN Brasil*, 8 maio 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/chuva-em-porto-alegre-compare-fotos-das-enchentes-historicas-de-1941-e-de-2024/>. Acesso em: 16 out. 2024.

OMITIR-SE é mais caro. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.996, p. 24, 24 maio 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

OS RISCOS da desinformação. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.981, p. 26, 7 maio 2024.

PAIXÃO MARCOS, Patrícia Sheila Monteiro. Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. *Revista Alterjor*, São Paulo, Brasil, v. 17, n. 1, p. 90–108, 2018.

PEREIRA, Adriana Soares; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; PEREIRA, Fábio José; SHITSUKA, Ricardo. *Metodologia do trabalho científico*. Santa Maria: UAB / NTE / UFSM, 2018. E-book. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 nov. 2024.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.

PROTEÇÃO negligenciada. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.983, p. 26, 9 maio 2024.

QUEREMOS união, reconstrução e governança eficaz. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.998, p. 24, 27 maio 2024.

RECONSTRUIR melhor. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.991, p. 20, 18 e 19 maio 2024.

RECUPERAR o aeroporto. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.997, p. 20, 25 e 26 maio 2024.

REERGUER o RS. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.994, p. 22, 22 maio 2024.

SEGURANÇA climática. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.985, p. 24, 11 e 12 maio 2024.

SEIXAS, Lia. *Redefinindo os gêneros jornalísticos*: proposta de novos critérios de classificação. Covilhã: LabCom, 2009.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Daniel Afonso. A duras e pesadas penas: imprensa, identidade e nacionalidade no Brasil imperial. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul-dez, p. 55-69, 2009.

SILVA, Emerson de Castro Firmo. Jornalismo opinativo, ética e democracia. A importância da opinião no jornalismo para o aprimoramento democrático. *Cadernos da Escola de Comunicação UNIBRASIL*, v. 1, n. 1, p. 98-106, 2003.

UM PASSO para a reconstrução. *Zero Hora*, Porto Alegre, ano 60, n. 20.980, p. 26, 6 maio 2024.

VALLIM, José Renan; SCHOENHERR, Rafael. Opinião nos jornais: uma discussão sobre o jornalismo opinativo atual como construção histórica. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*, Londrina, PR, 2011.

ZHONG, R.; ANDREONI, M. Deadly Floods in Brazil Were Worsened by Climate Change, Study Finds. *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2024/06/03/climate/brazil-floods-climate-change.html>. Acesso em: 3 jun. 2024.

ANEXO A – Editoriais analisados do jornal Zero Hora no mês de maio de 2024.

OPINIÃO DA RBS

A CATÁSTROFE E A MOBILIZAÇÃO

No momento em que o Rio Grande do Sul está sendo atingido por uma catástrofe climática sem precedentes em sua história, com volumosas precipitações pluviométricas em pouco tempo, cidades inundadas, habitações destruídas e tragédias humanas, mais uma vez o espírito de luta e de solidariedade do povo gaúcho aparece como fator de superação. Desta vez, as pessoas foram menos surpreendidas do que em setembro do ano passado, quando um ciclone atingiu o Vale do Taquari e provocou mortes e destruição. Nesta semana, graças aos alertas dos serviços meteorológicos, amplamente divulgados pelos meios de comunicação, e à mobilização rápida das autoridades e da Defesa Civil, muitas vidas estão sendo salvas.

Mas a tempestade ainda não passou. De acordo com os especialistas em clima, nas próximas horas o Estado ainda corre o risco de ser atingido por chuva intensa, vendaval, granizo e raios. Por conta desta anormalidade, em dezenas de municípios gaúchos, a população está sendo desalojada de suas casas e precisando de abrigo, alimentação e apoio. Portanto, a hora é de ação, de salvar vidas, e toda ajuda é bem-vinda.

Neste contexto de preocupações, serve de alento constatar que algumas lições de tormentas passadas parecem ter sido aprendidas. Algumas, inclusive, estão sendo bem aplicadas. Pelo que se sabe, em várias áreas de risco, as sirenes tocaram na madrugada, alertando os moradores sobre a subida repentina dos rios. Em outras, as autoridades municipais promoveram ações preventivas, retirando as pessoas de locais críticos e encaminhando-as para abrigos. Ao

mesmo tempo, uma imensa rede de solidariedade começa a se formar nas comunidades, com vizinhos, amigos, parentes e até desconhecidos colocando-se à disposição para socorrer e dar proteção aos desabrigados. O Rio Grande da solidariedade é sempre mais forte do que seus percalços.

Porém, embora seja prematuro passar à próxima etapa quando esta ainda nem foi superada, cabe lembrar que nem todas as lições de desastres passados foram assimiladas. Uma delas é a dificuldade dos administradores públicos para evitar que habitações irregulares se instalem em áreas de risco. Os habitantes dessas áreas periféricas, que na maioria das vezes não têm outro lugar para morar, costumam ser os primeiros atingidos por alagamentos e deslizamentos de terra. Também é atribuição do poder público zelar pela infraestrutura das cidades e das estradas. Pontes que não resistem à correnteza, asfaltos que se desintegram, estradas interrompidas por pedras e árvores, esgotos que entopem, barragens que transbordam, tudo isso pode ser colocado na conta de gestores que se descuidaram da qualidade e da manutenção de suas obras.

Mas, neste momento de urgência, parece-nos mais adequado focar os acertos e as providências que estão sendo adotadas em vários pontos do Estado para atenuar o sofrimento da população atingida. Mais uma vez, os gaúchos estão sendo desafiados a lutar e a resistir. Bravura nunca nos faltou. Por isso, não é hora de apontar culpados nem de lamentar a má sorte. É, isto sim, mais uma oportunidade para o Rio Grande mostrar que sempre cresce na adversidade.

Em dezenas de municípios gaúchos a população está sendo desalojada de suas casas e precisando de abrigo, alimentação e apoio. Portanto, a hora é de ação, de salvar vidas, e toda ajuda é bem-vinda

ZERO HORA, QUARTA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 2024 20

OPINIÃO DO LEITOR

leitor@zerohora.com.br - Instagram @gthdigital - WhatsApp (51) 99667-4125
Facebook facebook.com/gthdigital - Twitter @gthdigital

1º DE MAIO

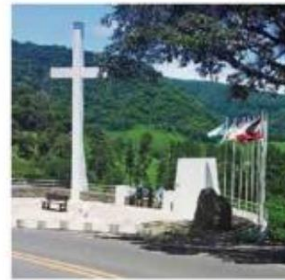
A data não celebra o Dia do Trabalho, como querem alguns. A efeméride lembra o dia de lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras de todo o mundo. O 1º de maio, portanto, é o Dia Internacional dos Trabalhadores. Tive origem na luta dos operários pela redução de sua jornada de trabalho a partir de movimentos de trabalhadores estadunidenses. A partir do ano de 1884, recrudescceu a luta pela redução da jornada, e dois anos depois, como nada fora feito, em 1 e 4 de maio de 1886, centenas de milhares de pessoas foram às ruas em várias cidades dos EUA. A intensa mobilização resultou na morte de operários, alguns condenados à forca, e de um integrante das forças policiais, que os haviam reprimido severamente. O 1º de maio transformou-se então em data universal.

PEDRO LUÍS VARGAS VIEGAS
Funcionário público - Porto Alegre

LEIS SEM FISCALIZAÇÃO

As excelentes reportagens de ZH sobre o inadmissível incêndio na Avenida Farrapos mais uma vez confirmam a frase: "O Brasil tem a melhor legislação do mundo, mas também a pior fiscalização". Neste caso, conclui-se que, mesmo com exigências reduzidas para pequenos estabelecimentos, medida correta para facilitar o ganha-pão dos donos e empregados, se os funcionários e seus chefes tivessem ido examinar as condições da "pousada", esta jamais teria sido autorizada. A ausência de fiscalização constante e eficiente neste e em setores como, por exemplo, restaurantes, mercadinhos e outros locais que guardam alimentos, além da forte punição aos funcionários e supervisores relapsos, é algo que persiste sem correção.

ADELINO SOARES
Advogado - Porto Alegre



Monumento do Imigrante Italiano, às margens da VRS-304, no município de Silveira Martins, na localidade de Val de Buia, no registro do leitor **EDIMAR RIBEIRO**

DOC

Parabéns à jornalista Karine Dalla Valle pela magnífica matéria sobre a Ospa (ZH, 27 e 28/4). À medida que desenvolvia a leitura, senti-se produzir em mim um sentimento de prazer indescritível, como se entrasse nos bastidores daquele local e fosse acompanhando a descrição da história e da trajetória dessa Sinfônica que

tanto nos orgulha, desde sua composição até o número de músicos e instrumentos. Parabéns ao maestro Evandro Matté pela iniciativa de aproveitar aquele recinto para, finalmente, alicerçar o conjunto, assim como ao presidente Gilberto Schwartzmann, que a conduz com sua sabedoria e erudição.

LOURDES DADALT
Advogada - Porto Alegre

Opiniões, fotos ou histórias de leitores devem ser endereçadas à seção leitor com nome, profissão, endereço e telefone. Os textos devem ter, no máximo, 700 caracteres. ZH reserva-se o direito de selecioná-los e resumí-los para publicação.

Grupo **RBS**

Conselho de Acionistas

Carlos Meier
Fernando Tomazini
Genivaldo Corrêa
Gilberto Meiches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anísio Suzuki
Claudio Torgi
Débora Pradella
Jorge Avello
José Gallo

Comitê Executivo

CEO: Claudio Torgi Filho

Jornalismo e Esportes: Marta Gleich

Opiniões e Entretenimento Rádio: Marco Gomes

Mercado: Patrícia Fraga

Digital e Transformação: Marcelo Leite

Gestão e Finanças: Mariana Silveira

Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em

4 de maio de 1964

zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nelson Vargas

Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araújo

Notícias: Leandro Hambora

Comportamento: Rosângela Monteiro

Cultura e Lazer: Renata Maynard

Jornado Esportiva: Felipe Borborella

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

OPINIÃO DA RBS

GRAVIDADE EXTREMA

As previsões meteorológicas para os próximos dias são verdadeiramente alarmantes e precisam ser consideradas por todos os gaúchos. O Rio Grande do Sul está vivendo um momento tormentoso de sua existência: inundações sem precedentes, um número crescente de mortes, populações inteiras desabrigadas, cidades alagadas, estradas interrompidas, pontes destruídas, solo encharcado e deslizamentos de encostas, uma verdadeira calamidade pública de proporções inimagináveis. Nesse contexto quase apocalíptico, nada pode ser mais importante do que a preservação de vidas.

Por isso, é também um momento de desarmamento de espíritos. Não contribui em nada, neste momento de aflição, ficar procurando culpados, como já se percebe em algumas manifestações inconformadas, especialmente nas redes sociais. Estamos todos no mesmo barco, lutando contra uma armadilha da natureza. Todos sabemos que o ser humano é, em grande parte, responsável pelo desequilíbrio climático, como já comprovaram fartamente estudos científicos sérios. O mundo está consciente disso. Governantes de todos os continentes vêm se reunindo periodicamente em conferências sobre o clima com o propósito comum de buscar soluções para o aquecimento planetário, para o desmatamento e para os desequilíbrios que ameaçam a humanidade.

Também é verdade que os avanços são lentos e que tem sido difícil superar a resistência dos países poluidores e do sistema de produção predatório que ainda é predominante nas nações mais desenvolvidas. Mas esse é o desafio de sempre. Não é agora, em

meio a um desastre que a cada hora assume proporções mais aterradoras, que poderemos alterar o rumo da economia ou punir eventuais responsáveis. Vamos, primeiro, lutar pela sobrevivência das populações mais vulneráveis. Nesta semana trágica, gaúchos e brasileiros precisam, antes de qualquer coisa, unir esforços para enfrentar a catástrofe que desaba sobre o Estado.

E esse enfrentamento precisa ser feito muito mais com colaboração e trabalho do que com postagens acusatórias. Basta observar os noticiários dos meios de comunicação para se constatar que as autoridades públicas, em todos os níveis, estão comprometidas com o resgate das populações atingidas. A crescente onda de solidariedade, que inclui o envolvimento direto de pessoas no socorro aos flagelados e as doações para os desabrigados, também comprova que a maioria dos gaúchos já se deu conta da real dimensão do problema.

Até em respeito às vítimas e ao heroico envolvimento de anônimos na tarefa mais difícil, é preciso deixar a indignação para depois. Primeiro, vamos salvar vidas e nos salvar. Quem puder colaborar com os outros, que pelo menos procure se preservar de riscos, evite viajar, evite sair de casa quando não houver necessidade, pelos menos até que os riscos cessem. Não se trata de conformismo, mas, sim, de racionalidade.

O Rio Grande vive uma situação de gravidade extrema e precisa de todas as mãos, todas as vontades e todas as orações para atravessar essa correnteza de infortúnios e retomar a normalidade. Aí, sim, poderemos apurar responsabilidades por erros e buscar as devidas correções.

O Rio Grande vive uma situação de gravidade extrema e precisa de todas as mãos, todas as vontades e todas as orações para atravessar essa correnteza de infortúnios e retomar a normalidade

OPINIÃO DO LEITOR

leitor@zerohora.com.br - Instagram @gzhdigital - WhatsApp (51) 99667-4125
Facebook facebook.com/gzhdigital - Twitter @gzhdigital

FÚRIA DO CLIMA

Os últimos acontecimentos climáticos que assolam nosso Estado deixam claro que todos nós somos responsáveis pelo que está acontecendo. As políticas públicas para prevenir estes fenômenos são deixadas para trás, já que não rendem votos. Cada dia que passa, o lixo segue acumulando em valos e bocas de lobo, que ficam entupidos de entulhos. Ruas cheias de restos de construção, móveis jogados ao relento. As imagens e reportagens desta semana são assustadoras! Onde vamos parar? Claro que devemos levar em conta o fator do clima, que tem sido severo conosco, mas é necessário que o governo e a população se conscientizem. Chegamos ao extremo e precisamos fazer algo urgente. Chega de ver a população chorando por perder suas casas, chega de ver mortes e cidades devastadas pelas chuvas. É necessário um debate e medidas, o povo não aguenta mais tanto sofrimento.

JOÃO BATISTA CACIANO
Professor de história - Xangri-lá

NEGACIONISMO CLIMÁTICO

Nada é mais poderoso do que a ignorância. Nada abala o ignorante, o inculto, que, do alto de sua suprema e inquestionável onisciência, nega as mudanças climáticas. Mesmo com os recentes eventos que começaram em setembro de 2023 e a chuva que se impõe sobre o Estado, eles seguem creditando as constatações de mudança do clima a cientistas burros e ecochatos.

LAURO BECKER
Empresário - Porto Alegre

LIXÃO

A confluência da Rua Dona Alzira com a recém-inaugurada Avenida Severo Dullius está se tornando um lixão a céu aberto. Foco de mosquitos e outros transmissores de doenças. População mal-educada. Socorro, Dmlu e prefeitura!

JOSÉ VALMIR DA COSTA
Guia de turismo - Porto Alegre



O gato Nenê é acompanhante assíduo da leitora **ANA MARIA PETENUZZO** no momento da leitura de ZH

ONDE ESTÃO?

Estão ficando comuns essas tragédias vindas da natureza, e não fazemos mais nada para tentar controlá-las. Está se tornando um novo normal. Nós nos ajudamos. O Estado, as prefeituras, todos se unem. Mas os vereadores, os deputados estaduais e federais, os senadores: onde estão com suas polpudas verbas? Irão aparecer em época de campanha. Vergonhoso.

GERSON BLAUTH
Aposentado - Tramandaí

OPINIÃO DA RBS

AJUDA COORDENADA

O Rio Grande do Sul passa pelo pior desastre de sua história, como bem definiu o governador Eduardo Leite e como puderam constatar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua comitiva de ministros na rápida visita ao Estado. Neste contexto de sofrimento, foi alentadora a presença do primeiro escalão do governo federal em Santa Maria, ontem, quando ficou definido um plano de ação integrado entre a União, o Estado e os municípios para socorrer os desabrigados e reconstruir a infraestrutura destruída. Em manifestação pública compartilhada por seus assessores diretos, o presidente da República garantiu que não faltarão recursos para ajudar o Rio Grande.

E precisamos muito desta ajuda. O verdadeiro dilúvio que atinge a região deixa, além de irreparáveis perdas humanas, um cenário de destruição nas cidades alagadas e na infraestrutura de serviços públicos, incluindo hospitais, escolas, estradas, transporte, água, energia elétrica e habitação. Resgates dramáticos registrados diariamente pelas forças de segurança e por populares, especialmente de pessoas retiradas dos telhados de suas casas por helicópteros e barcos, dão uma ideia da dimensão da catástrofe. Apesar da grande mobilização de soldados, bombeiros, integrantes da Defesa Civil e voluntários, muitos deles protagonizando heroicas ações de salvamento, as operações de resgate ainda se mostram insuficientes para a necessidade e a urgência. Por isso, a atenção para com a vida humana, neste momento crucial, deve ser a prioridade de todos, do poder público e dos cidadãos.

A pesar da grande mobilização de soldados, bombeiros, integrantes da Defesa Civil e voluntários, muitos deles protagonizando heroicas ações de salvamento, as operações de resgate ainda se mostram insuficientes para a necessidade e a urgência

Cabe aos governantes e às autoridades justificar a representação que receberam da população, cumprindo o que prometeram nas suas posses e os compromissos agora renovados. Nesse sentido, é impositivo reconhecer que tanto o governo do Estado quanto os prefeitos dos municípios atingidos e suas respectivas administrações vêm se esforçando para cumprir suas atribuições. Mas o trabalho dos agentes públicos precisa realmente ser organizado, para que ações dispersas não o tornem improdutivo. Por isso, é bem-vinda a proposta do governo federal de manter no Estado uma espécie de sala da situação, em conjunto com as autoridades locais, para que o trabalho seja coordenado e eficiente. O trabalho dos agentes públicos não se restringe a resgatar pessoas e acomodá-las em local seguro. Inclui, também, os cuidados médicos e sanitários, a alimentação e a distribuição racional

das doações que chegam aos postos de coleta.

Porém, ninguém precisa ter credencial de autoridade para colaborar numa situação de crise. Cada cidadão pode fazer a sua parte. Mesmo que a pessoa não tenha meios para participar diretamente do mutirão de salvamento, ela já estará ajudando se evitar deslocamentos desnecessários e tratar da própria proteção. Este posicionamento será ainda mais efetivo se as pessoas mantiverem a calma e a sensatez, evitando corridas aos postos de combustíveis e aos supermercados, que só servem para gerar pânico e para agravar eventuais dificuldades de abastecimento.

ZERO HORA, SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2024 22

OPINIÃO DO LEITOR

leitor@zerohora.com.br - Instagram @gzhdigital - Whatsapp (51) 99667-4125
Facebook facebook.com/gzhdigital - Twitter @gzhdigital

MAIS UMA TRAGÉDIA

Mais uma tragédia provocada por fortes chuvas assola o Estado do Rio Grande do Sul. A catástrofe resultou na morte de mais de duas dezenas de pessoas, além dos muitos desaparecidos, tudo isso somado aos prejuízos que causou em muitos municípios. Rogamos a Deus que em breve a chuva diminua e que amenize o sofrimento de tanta gente.

VIRGÍLIO MELHADO PASSONI
Aposentado - Jandaia do Sul (PR)

"NOVO NORMAL"

Uso abusivo do remanejo das águas de rios e arroios, desmatamento descontrolado para aumentar a produção da agropecuária, excessos na construção de prédios. Não é necessário ser meteorologista ou geólogo para entender que essa tragédia que assolou nosso Estado é resultado da ganância sem limites. A situação é assustadora.

GENIL PIZZINI
Aposentado - Porto Alegre



O leitor **DANIEL FLECK** compartilha foto das nuvens carregadas em Novo Hamburgo

OPINIÃO DA RBS

O editorial "Ações pela educação" (ZH, 29/4) destaca o movimento Todos pela Educação, em nível nacional, e o Instituto Caldeira, no RS. Instituições (ONGs) que, como a nomenclatura diz, independem do governo. Se dependermos dessas ONGs, tudo certo, mas do governo, não. Simples: os políticos e o governo, por extensão, não têm interesse que a população seja instruída. De qualquer forma, um belo texto da Opinião da RBS, parabéns! Congratulações, também, a essas duas ONGs. Um povo educado e instruído é tudo em uma nação que pensa no futuro lá na frente e no bem-estar de seus cidadãos.

RUI FISCHER
Escritor - Taguaçu

TOTENS DA CAPITAL

Nenhuma surpresa que somente 4,5% dos 1.187 acionamentos nos totens de segurança no Centro Histórico eram relativos a crimes ou ameaças e que quase 80% eram tentativas de trote ou foram feitos por mera curiosidade (ZH, 30/4). O totem mais irônico é o da Avenida Salgado Filho, que recomenda aos pedestres transitarem com segurança numa avenida transformada em rodoviária, na qual dezenas de milhares de passageiros esperam seus demorados ônibus em acanhados terminais e em filas até triplas na hora do pique. Rodoviária a céu aberto, sem mictório e com poucas lixeirinhas.

SÉRGIO BECKER
Jornalista - Porto Alegre

Opiniões, fotos ou histórias de leitores devem ser endereçadas à seção Leitor com nome, profissão, endereço e telefone. Os textos devem ter, no máximo, 100 caracteres. ZH reserva-se o direito de selecionar e resumir os textos para publicação.

Grupo **RBS**

Conselho de Acionistas

Carlos Melzer
Fernando Tomazini
Genivaldo Corêa
Gilberto Melchior
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Neilson R. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Neilson R. Sirotsky
(Publisher)
Anis Suzuki
Marcelo Rech
Marta Glorich
Débora Pradella
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes
Jorge Aulay
João Galvão

Comitê Executivo

CEO: Claudio Torgio Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Glorich
Operações e Exatamento Rádio: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Hage
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundado em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Editores

Capa: Diego Araújo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornalismo Esportivo: Felipe Borborella

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky
Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

OPINIÃO DA RBS

COMPROMISSO
COM O ESTADO

Zero Hora completa 60 anos de existência neste sábado com uma história singular e muitos motivos para celebrar, mas nenhuma celebração pode ser mais significativa do que a reafirmação diária de seu compromisso com a informação, com a prestação de serviços e com os interesses do povo gaúcho. Por isso, o Grupo RBS decidiu registrar este aniversário com a discrição e a responsabilidade que o momento exige, ao mesmo tempo que, num processo natural de sua operação, mantém a mobilização de seus profissionais e de seus veículos na ampla cobertura da tragédia que se abate sobre o Estado. O Rio Grande do Sul passa por uma calamidade climática sem precedentes. Em diversas áreas de seu território, há pessoas morrendo, há desaparecidos, há comunidades inteiras desabrigadas e há a necessidade de muita informação para orientar a população, potencializar a ação das autoridades e ajudar na preservação de vidas humanas. Nada pode ser mais importante do que isso neste momento. O Grupo RBS está consciente desta realidade. Não vamos ignorar o aniversário do jornal, nem deixar de apresentar, em breve, uma edição impressa reformulada e várias outras novidades na sua versão digital. Estamos preparados para anunciar produtos e serviços inovadores, que se estendem também à plataforma GZH, à Rádio Gaúcha e aos demais veículos do grupo, numa conexão planejada para atender a todos os segmentos dos nossos públicos. O evento de lançamento deste pacote de inovações para parceiros e clientes será reagendado em data oportuna, assim como a veicula-

ção da edição reformulada de Zero Hora. Acreditamos – e continuaremos trabalhando muito nesse sentido – que logo o Estado terá superado o momento mais agudo da atual crise. Independentemente dessa previsão, porém, nos comprometemos a continuar acompanhando com total atenção os fatos relacionados à catástrofe ambiental, como estamos fazendo exaustivamente nesses dias angustiantes de chuva e lama. Em cumprimento ao compromisso de parceria que mantêm com a população gaúcha, o Grupo RBS decidiu ampliar os espaços noticiosos de seus veículos para acompanhar melhor o atual evento cli-

Em cumprimento ao compromisso de parceria que mantêm com a população gaúcha, o Grupo RBS decidiu ampliar os espaços noticiosos de seus veículos para acompanhar melhor o atual evento climático e as demandas das comunidades por ele afetadas

mático e as demandas das comunidades por ele afetadas. Consideramos que essa proximidade com o público é essencial para alcançarmos o nosso propósito de prestar um bom serviço de comunicação por meio de informações úteis e opiniões construtivas e responsáveis. Por tudo isso, ao completar sua sexta década de existência, Zero Hora adia a celebração de seu aniversário, mas aproveita a data emblemática para registrar sua gratidão aos leitores, assinantes, anunciantes e profissionais que, ao longo dos anos e

diariamente, vêm ajudando a escrever a história deste jornal comprometido com o Estado e com a sua população. Esta parceria com o público nos fortalece e nos desafia. Somos gratos aos leitores pela escolha, mas também pelas sugestões, pelas críticas e pelos incentivos. O retorno valoriza nosso trabalho e nos estimula a melhorar. Por isso acreditamos que, juntos, haremos de superar as dificuldades do presente para continuarmos construindo um futuro digno para todos nós.

CONSELHO EDITORIAL

MARTA GLEICH
Diretora-executiva de Jornalismo e Esporte e
secretária do Conselho Editorial da RBS

JORNALISMO
EM TEMPOS
DE CATÁSTROFE

Para que serve o jornalismo em uma emergência climática extrema?

Em momentos agudos como o da tragédia que infelizmente assola o Rio Grande do Sul mais uma vez, em primeiro lugar, serve para ajudar as pessoas a sobreviverem: para onde ligar se precisar ser resgatado. Quais estradas estão interrompidas. Qual a probabilidade de os rios subirem em determinados lugares e quando a evacuação deve ocorrer.

Em momentos como este, a diretoria nas redações segue esta prioridade: primeiro, o que chamamos de “serviço e alertas”: tudo o que ajudará as pessoas a sobreviverem e a passarem melhor pela emergência, como neste momento dramático como nunca se viu no Estado.

A segunda prioridade é mobilizar pela solidariedade e pela reconstrução. O tamanho desta tragédia ainda não permitiu que se entrasse de vez nesta frente, porque a situação ainda está muito crítica. Mas, assim como fizemos nos últimos eventos climáticos graves, o Grupo RBS novamente vai ajudar de todas as maneiras para que o Rio Grande do Sul se una em esforços para, mais uma vez, recuperar as cidades, as estradas, as pontes, as casas, o comércio etc. E isso se faz com o clamor pelas doações, nos locais adequados, sempre em compasso com a Defesa Civil. Fazemos isso por meio da campanha e dos programas Ajuda Rio Grande.

Nos últimos dias, RBS TV, Gaúcha, GZH, Zero Hora, Diário Gaúcho, Pioneiro voltaram 100% dos seus esforços para informar, informar, informar. Derrubamos programações normais para, em todos os espaços possíveis, levar ao público o máximo de informações. Autoridades não têm como fazer chegar à população imediatamente, salvo por meio dos veículos de comunicação de jornalismo profissional, as mensagens que precisam ser transmitidas.

Foram centenas de repórteres, apresentadores, editores, cinegrafistas, fotógrafos, comunicadores, em dezenas de cidades diferentes do Estado, para trazer o quadro completo, minuto a minuto.

Por mais que nos esforcemos, com todas as nossas equipes junto à população, numa catástrofe como esta nunca parece ser suficiente. A sensação de impotência e o pesar pelas perdas de vidas são gigantescos. Mas seguiremos trabalhando duro, no que é nosso papel, de tentar informar e mobilizar ao máximo, para que o jornalismo cumpra seu papel em mais este desafio extremo do Rio Grande do Sul.

• Leia a Carta da Editora Dione Kuhn à página 4 com depoimentos de nossos repórteres e comunicadores.

contatoconselhoeditorial@gruporbs.com.br



Grupo **RBS**

Conselho de Acionistas

Carlos Metzger
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Meiches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Marcelo Rech
Claudio Toigo
Marta Gleich
Débora Pradella
Ricardo Gandour
Jorge Audy
Rodrigo Lopes
José Galló

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho

Jornalismo e Esporte: Marta Gleich

Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes

Mercado: Patrícia Fraga

Digital e Transformação: Marcelo Leite

Gestão e Finanças: Mariana Silveira

Marketing: Caroline Torma



zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas

Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araújo

Notícias: Leandro Fontoura

Comportamento: Rosângela Monteiro

Cultura e Lazer: Renata Maynard

Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

OPINIÃO DA RBS

UM PASSO PARA A RECONSTRUÇÃO

Embora o Estado continue em situação de emergência, sem uma avaliação conclusiva da profundidade da tragédia, já é necessário planejar a reconstrução. Nesse contexto, foi de grande relevância a presença ontem em Porto Alegre da comitiva liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e integrada pelos chefes dos demais poderes e ministros do governo, além de representantes do Ministério Público, do Tribunal de Contas e das Forças Armadas. Num raro momento de união nacional e apertadismo, as principais autoridades da República comprometeram-se publicamente em liberar recursos e remover entraves burocráticos para socorrer a população gaúcha e ajudar o Estado a superar com o máximo de celeridade as dificuldades impostas pelo pior desastre climático de sua história.

“O Brasil deve muito ao Rio Grande do Sul. Agora está devolvendo o que ele merece” – assegurou o primeiro mandatário da nação ao final de sua manifestação, dirigindo-se diretamente ao governador Eduardo Leite. A mobilização de autoridades formalizou a imediata execução de um plano de reconstrução do Estado.

Alguns oradores chegaram a mencionar como modelo o Plano Marshall, programa lançado pelos norte-americanos para a reconstrução da Europa depois da Segunda Guerra Mundial. É um bom exemplo. Porém, para ser igualmente bem-sucedido, o programa de recuperação do Rio Grande deve ter uma gestão profissional de excelência, compatível com o tamanho do desafio.

Ainda que o plano esteja atrelado ao governo federal, ao Congresso Nacional e ao Judiciário, cabe ao governador Eduardo Leite assumir a liderança dos trabalhos e mobilizar todos os setores da sociedade gaúcha para que também participem ativamente da reconstrução.

A tarefa é desafiadora. Evidentemente que a atenção maior do governo deve ser dispensada à preservação de vidas e à saúde das pessoas, mas aspectos aparentemente materiais também são importantes para que as vítimas do desastre retomem suas rotinas. As estradas precisam ser recuperadas para que não haja desabastecimento e para que os viajantes cheguem a seus destinos. Os hospitais e postos de saúde precisam funcionar para que os doentes sejam atendidos. As escolas precisam ser recuperadas para que as crianças e jovens tenham futuro. As empresas e estabelecimentos comerciais precisam movimentar a economia e manter empregos.

Num raro momento de união nacional e apertadismo, as principais autoridades da República comprometeram-se publicamente em liberar recursos e remover entraves burocráticos para socorrer a população gaúcha e ajudar o Estado

Compreende-se a preocupação pelo bom uso dos recursos públicos. Mas este plano emergencial, a exemplo do que foi lançado para combater os efeitos da pandemia da covid-19, exige flexibilização da legislação, boa vontade do Legislativo, compreensão dos órgãos fiscalizadores e atenção do Judiciário para que a burocracia legal não obstaculize nem retarde o trabalho. Nesse sentido, merece reconhecimento a disposição manifestada ontem por todos os chefes de poderes e que já começou a ser transformada em medida prática pelos ministros que acompanharam o presidente Lula na viagem a Porto Alegre.

A capital gaúcha recebeu esse alento no dia em que foi mais prejudicada pela enchente, com o extravasamento de um dique na Zona Norte, a expansão do alagamento em vários bairros e a extensão dos danos a locais até então resguardados, como o parque gráfico do Grupo RBS, nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho, o que impôs restrições à entrega das edições impressas dos jornais Zero Hora, Diário Gaúcho e Pioneiro. Em decorrência disso, para atender a seus leitores, o Grupo RBS está disponibilizando o acesso gratuito à edição digital dos três jornais com a curadoria de seus profissionais das informações sobre a inundação.

ZERO HORA, SEGUNDA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2024 26

OPINIÃO DO LEITOR

leitor@zerohora.com.br - Instagram @gzhdigital - WhatsApp (51) 99667-4125
Facebook facebook.com/gzhdigital - Twitter @gzhdigital

DISSE TUDO

Em sua charge no final de semana (ZH, 4 e 5/5), o genial Gilmar Fraga traduz em desenho e palavras nossos sentimentos de perda, insegurança e desesperança diante do pior evento climático que já se abateu sobre o RS, e nos convoca à união de forças para que, solidariamente, reconstruamos tudo que a força avassaladora das águas levou consigo, cada qual contribuindo conforme suas possibilidades pessoais, políticas e materiais, além de investir para que futuros dilúvios não causem tantas perdas humanas e patrimoniais. Depois de salvar vidas e reverenciar os mortos e desaparecidos, temos um desafio gigantesco que nos aguarda. Mais do que nunca, não “tá” morto quem peleia.

JOSÉ CARLOS MORSCH
Publicitário - Porto Alegre

ALMANAQUE GAÚCHO

Kadão realmente merece ter uma vida mais tranquila, cuidando da saúde e curtindo os netos. Muito obrigado a ele por tanta coisa interessante que trouxe aos seus leitores nos últimos 12 anos.

Por certo, ele há de continuar sendo o jornalista e fotógrafo ativo e criativo que sempre foi.

PÉRCIO DE MORAES BRANCO
Geólogo - Porto Alegre

RS ALAGADO

O Rio Grande virou mar. Porto Alegre ficou triste. Quem não tinha nada, perdeu tudo. O amargo não é do mate, é das perdas materiais e humanas.

O medo e a desconfiança de novas tragédias se instala na mente de todos nós, sobreviventes. Até quando? Que São Pedro, padroeiro dos gaúchos, interceda por nós.

CLAUCI MORTARI
Engenheiro - Porto Alegre

FALTA EMPATIA

Impressionante o egoísmo de certas pessoas em meio à pior calamidade pública que passa o Estado do Rio Grande do Sul. Muita gente encheu os carrinhos no supermercado, levando produtos em excesso em detrimento do próximo. Profundamente lamentável. Vergonhosos!

REGIS NESTROVSKI
Jornalista - Porto Alegre

BOA LEITURA

Eu sempre leio a coluna do Mário Corso, o melhor articulista do jornal, sem desmerecer os demais, também ótimos. No seu último texto (ZH, 1/5) foi ainda melhor, se é possível. Falou sobre a escravidão em Portugal, que passou ao Brasil. Segundo Laurentino Gomes, autor de três volumes acerca da escravidão (recomendo), os brasileiros trouxeram para cá em torno de 4,9 milhões de pessoas e devem ter destruído a vida de 50 milhões entre 1538 e 1888. A escravidão e sua consequência racista de hoje são uma vergonha para qualquer ser humano de verdade. Mário Corso está um dia melhor do que o outro.

EDUARDO JABLONSKI
Professor - Porto Alegre

Opiniões, fotos ou histórias de leitores devem ser endereçadas à seção Leitor com nome, profissão, endereço e telefone. Os textos devem ter, no máximo, 700 caracteres. ZH reserva-se o direito de selecioná-los e resumí-los para publicação.

Grupo RBS

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

OS RISCOS DA DESINFORMAÇÃO

O último domingo foi um dia de pânico na zona norte da capital gaúcha, já bastante abalada pela maior enchente de sua história e pelo desastre climático que atinge o Estado. Áreas de grande concentração urbana, os bairros Humaitá e Sarandi, que juntos reúnem mais de 100 mil habitantes, foram afetados por duas situações verdadeiramente traumáticas: a invasão efetiva da água em centenas de residências e a disseminação de um boato sobre a ruptura do dique do Arroio Feijó, que protege a região das cheias. Na verdade, a subida do nível do Lago Guaíba fez com que a água superasse a barreira de terra e provocasse alagamentos, mas não na dimensão possível em caso de rompimento. Só que a notícia falsa se espalhou pelas redes sociais e provocou correria generalizada, engarrafamentos no trânsito e até agressões entre pessoas que procuravam fugir de forma desesperada.

Não foi o único caso de desinformação a causar prejuízos para o trabalho empreendido pelas autoridades e por voluntários no socorro e no acolhimento das vítimas da tragédia. Também no fim de semana, multiplicou-se pelas plataformas digitais a notícia de que dezenas de corpos eram vistos boiando nas comunidades inundadas da cidade de Canoas – falsidade desmentida com veemência pelo prefeito do município. Circularam, ainda, mentiras sobre o rompimento do muro da Mauá, sobre invasões de saqueadores a residências alagadas e até uma maledicência de teor político, de que o governo estaria arrecadando tributos sobre as doações.

Nesse contexto em que as mentiras

têm potencial para causar prejuízos irreparáveis aos cidadãos e à própria democracia, o jornalismo profissional se destaca como um eficiente antídoto para o veneno da desinformação. Sem a pretensão de serem donos da verdade, os veículos e profissionais de imprensa atuam com transparência (têm nome, endereço e CPF), podem ser responsabilizados legalmente por suas divulgações e dependem da própria credibilidade para sobreviver. Essas especificidades e mais o compromisso vocacional dos jornalistas com a profissão representam um diferencial na comparação com a anárquica

Nesse contexto em que as mentiras têm potencial para causar prejuízos irreparáveis aos cidadãos e à própria democracia, o jornalismo profissional se destaca como um eficiente antídoto para o veneno da desinformação

difusão de notícias anônimas pelos meios digitais sem identificação e pelas redes sociais.

Na prática, a população gaúcha está recebendo uma oportunidade ímpar para comparar os dois sistemas de acesso à informação. Desde os primeiros dias da tragédia climática, as principais empresas de comunicação ampliaram seus espaços editoriais e escalaram seus melhores profissionais para a cobertura incessante e detalhada do evento. É pelo rádio, pela televisão,

pelos jornais e pelas plataformas digitais ligadas a essas empresas reconhecidas que as autoridades vêm se manifestando e orientando a população sobre o acesso ao socorro e aos serviços públicos essenciais.

O compromisso do jornalismo é exatamente este: dar oportunidade, voz, informação correta e poder de comunicação ao cidadão, para que ele forme sua própria visão do mundo, se manifeste livremente e se capacite a fazer suas escolhas com convicção e segurança.

ARTIGO

DOM JAIME SPENGLER
Arcebispo de Porto Alegre
e presidente da CNBB



O NOSSO POVO É BOM!

Em 2023, algumas regiões do Rio Grande do Sul sofreram terrivelmente com enchurradas. Nestes dias, é praticamente todo o Estado que sofre as consequências de chuvas torrenciais, em níveis jamais vistos.

Tais situações podem ser expressão de um grito silencioso por socorro que a Mãe Terra esteja bradando aos céus. De fato, não faltam sinais de que o planeta necessita urgentemente de atenção e cuidado.

Por que tamanhas tragédias? O que elas estariam mostrando? Como seria possível mitigar suas consequências? Essas podem ser algumas questões a ocupar cientistas, setores políticos, financeiros e empresariais a médio prazo. Elas certamente não podem se converter na tediosa rotina da normalidade, como não raramente acontece após experiências sociais traumáticas.

A Casa Comum está em crise! A humanidade está em crise! Nós, gaúchos, estamos sofrendo as consequências dessa terrível crise. E, dessa crise, não há outra saída senão a solidariedade. Urge, pois, engajar-se, apoiar e promover as iniciativas de solidariedade. Não são poucos os que experimentam tempos terrivelmente longos, inquietos e dilacerantes. Em amplas áreas geográficas o cenário é desolador. A solidariedade é testemunho de que é possível superar os desafios. E o nosso povo é bom! A reciprocidade é muito arraigada.

A experiência traumática vivida pelo Rio Grande do Sul requer o esforço de todos na busca do necessário para reconstruir as comunidades necessitadas de auxílio. É oportunidade para superar ideologias, diferenças individuais e grupais, empenhando esforços para atender o maior número possível de flagelados. A união dos setores empresarial, financeiro, comercial e político, ONGs e igrejas, em sintonia com o poder público, pode oferecer um show de solidariedade e eficiência.

O empenho para promover a solidariedade, sobretudo neste momento trágico de nossa história, nos ajuda a compreender a urgência de fomentar uma cultura que favoreça a vida para todos e a aprofundar, em nossas consciências, o sentido de pertença comum e de autêntica reciprocidade.

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

LIDERANÇAS
ASSERTIVAS

O Rio Grande do Sul ainda não superou o ponto de virada da tragédia climática que destruiu cidades inteiras, provocou mortes e desabrigou milhares de pessoas. Embora o sol tenha retornado temporariamente na última segunda-feira, o alagamento continua e as previsões meteorológicas dos próximos dias indicam novos motivos para preocupação. Nesse contexto caótico e desanimador, dois aspectos alentadores merecem ser evidenciados: a mobilização solidária de brasileiros de todos os quadrantes do país para ajudar o Estado e a bravura do povo gaúcho na resistência e no enfrentamento das dificuldades.

Cada integrante deste grande exército de salvação merece o reconhecimento e a gratidão dos rio-grandenses, seja ele um anônimo voluntário ou uma autoridade constituída. Mas o êxito deste gigantesco esquema de socorro e acolhimento das vítimas, etapas obrigatórias e prioritárias antes de ser deflagrada a tarefa da reconstrução, depende muito dos governantes e das lideranças políticas que comandam as operações. Cabe a eles decidir sob pressão, atender às demandas da população e também submeter-se ao julgamento diário de pessoas compreensivelmente inconformadas e até revoltadas com a crise que alterou suas rotinas de vida.

Expostos à maior visibilidade entre as autoridades diretamente envolvidas na grande operação, o governador Eduardo Leite e o prefeito da Capital, Sebastião Melo, vêm demonstrando assertividade e transparência nas suas ações. O chefe

do Executivo estadual destaca-se pela clareza na comunicação com a população, pela firmeza nas negociações com o governo federal e pela rapidez na tomada de decisões. O prefeito porto-alegrense também vem demonstrando incansável disposição para percorrer os pontos críticos da inundação e para enfrentar com coragem até mesmo situações embaraçosas que independem de suas decisões, como o recente alagamento dos bairros Menino Deus e Cidade Baixa, causado pelo inesperado, mas necessário, desligamento de uma das casas de bombas que expulsam os conteúdos dos esgotos pluviais e cloacais da Capital.

O desastre climático está pondo à prova a capacidade gerencial de nossas lideranças políticas – e a maioria, felizmente, vem correspondendo às expectativas de suas comunidades

ças políticas – e a maioria, felizmente, vem correspondendo às expectativas de suas comunidades.

Evidentemente, nossos representantes na administração pública não estão – e nem devem estar – isentos de cobranças e críticas. Porém, até mesmo como contraponto ao implacável tribunal das redes sociais, que não hesita em condenar sem provas e em usar a maledicência como argumento, consideramos importante fazer este registro focado muito mais nas ações do que propriamente nas pessoas.

ARTIGO

GERSON GODINHO DA COSTA
Juiz federalESPERANÇAR
É PRECISO

Como leitor diletante de narrativas históricas, sempre me impressionou a evacuação dos milhares de soldados britânicos, no litoral francês, sob a iminência do ataque das tropas alemãs no desenrolar da Segunda Guerra. O envolvimento da população civil, operando embarcações para o resgate, foi comovente e impressionante.

Cogitava então sobre como nós, brasileiros, em contexto correlato, agiríamos. Seria o movimento dessa magnitude algo característico dos britânicos? Afinal, eram pessoas se colocando em risco – de bombardeio ou naufrágio – para salvar conterrâneos.

Pois é num dos momentos mais dramáticos da história do Rio Grande do Sul que o mundo testemunha a formação de uma imensa rede de solidariedade, produtora de infindáveis heróis anônimos. Não é ficção. Diuturnamente, não poucos, expondo as próprias vidas, agem em prol dos atingidos por uma catástrofe.

O Guaíba, cenário de magníficos entardeceres, se tornou uma avenida líquida por onde transitam jet skis e as mais variadas embarcações para salvamentos. Em solo não é diferente. Uma intensa rede de voluntários administra doações e alojamentos para recepcionar os desabrigados.

Há registros lamentáveis, como furtos e vigarices de toda ordem, de quem se aproveita da debilidade da situação. Mas são a exceção. As ações estão predominantemente dirigidas à minimização da tragédia.

Conflitos bélicos não se comparam a calamidades naturais, embora tenha passado do momento de se considerar seriamente a responsabilidade do ser humano no desencadeamento dos desastres ambientais. De todo modo, se há algum otimismo a extrair dessas tristes experiências, é o sentido de pertencimento a uma comunidade. Tomara que essa energia, manifesta em momentos de flagelo, possa ser também animada em situações ordinárias.

Não foi preciso um Churchill e o seu “jamais nos renderemos”. Sabemos, podemos e devemos permanecer mobilizados. Esperançar é preciso. Só assim, e pranteando as vidas perdidas, reconstruiremos o Estado.

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS****Presidente Emérito**
Jayme Sirotsky**Fundador**
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)**Conselho de Acionistas**Carlos Melzer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky**Conselho Editorial**Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes**Comitê Executivo**CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma**ZH**Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br**Gerente-executivo de Jornalismo:** Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn**Editores****Capa:** Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynard
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

PROTEÇÃO NEGLIGENCIADA

Difícilmente um sistema de proteção contra cheias evitaria que a capital gaúcha sofresse as consequências da descomunal precipitação pluviométrica que se abateu sobre o Estado nos últimos dias. Mas é inegável que o polêmico muro da Mauá e o conjunto de diques construídos em torno da cidade apresentaram falhas estruturais graves, muitas delas decorrentes da negligência histórica de sucessivas administrações públicas com a manutenção desse equipamento destinado ao bloqueio de enchentes.

Prova inequívoca do descuido foram as brechas verificadas nas pesadas comportas de ferro do muro tão logo a água chegou à altura da contenção. O rompimento da comporta 14 no último dia 3, quando o nível do Guaíba ainda estava em 4m50cm, evidenciou a fragilidade da cortina em suas aberturas. Considerando-se o aumento da frequência de fenômenos climáticos nos últimos anos, é incompreensível que o sistema de vedação das comportas não tenha sido aperfeiçoado entre uma cheia e outra.

Construída entre 1971 e 1974, na administração do prefeito Telmo Thompson Flores, a barreira de concreto da Avenida Mauá nunca havia sido testada como foi agora, numa inundação que superou as marcas da histórica enchente de 1941. Desde então, as principais polêmicas em torno do muro concentraram-se nas questões estéticas e no fato de esconder parte do Lago Guaíba dos porto-alegrenses. Agora o ponto fulcral volta a ser a segurança.

Parece não haver mais dúvidas de que o muro é imprescindível para deixar o Centro Histórico menos vulnerável a alagamentos. Mas também fica evidente, com a atual tra-

gédia climática, que o equipamento precisa ser melhorado e receber manutenção técnica permanente, para que efetivamente cumpra a sua função protetora.

Igual providência precisará ser adotada em relação aos diques de terra e pedras que protegem a zona norte da cidade, num total de 60 quilômetros às margens do Guaíba, do Rio Gravataí e dos arroios que neles desembocam. As imagens de operários despejando pedras nas proximidades do Arroio Feijó, quando a água já extravasava e provocava correria dos moradores da região, mostram um improviso incompatível com o planejamento que se espera das administrações municipais.

Parece não haver mais dúvidas de que o muro é imprescindível para deixar o Centro Histórico menos vulnerável a alagamentos. Mas também fica evidente, com a atual tragédia climática, que o equipamento precisa ser melhorado e receber manutenção técnica permanente

Além das comportas ineficientes e das falhas estruturais dos diques, precisa ser revisado com urgência o sistema de drenagem de Porto Alegre. Não se pode mais aceitar que as estações de bombeamento sejam tão vulneráveis a incidentes naturais e previsíveis numa enxurrada, como a falta de energia elétrica ou o próprio alagamento das áreas em que estão localizadas. A falha num desses equipamentos que retiraram o acúmulo de água das partes baixas da cidade foi a causa da inundação que desalojou milhares de pessoas dos bairros Cidade Baixa e Menino Deus quando a chuva já havia cessado e o Guaíba parecia estabilizado.

O conjunto de problemas relatados não pode ser atribuído unicamente aos atuais gestores públicos da cidade, pois foram se acumulando ao longo de sucessivas governanças. Mas cabe a eles deflagrar o processo de correção, tão logo seja superada a urgência de socorro e abrigamento da população vitimada pela tragédia.

ARTIGO

JOSÉ ALBERTO AZAMBUJA

Engenheiro, professor de Engenharia Civil da UFRGS
jazambuja55@gmail.com



ENGENHARIA PROTAGONISTA

É consenso que a catástrofe climática do Rio Grande do Sul não deveria se repetir no nosso Estado ou em qualquer outro Estado do Brasil. Para evitar novas catástrofes desse nível, precisamos conhecer suas causas. Elas podem ser divididas em dois grupos: as de origem global e as de origem local. Pouco podemos fazer em relação às causas globais. Mas podemos olhar criticamente as causas locais.

Em todas elas, quer seja a pequena alocação de recursos para obras de prevenção, quer sejam os processos licitatórios que não colocam em relevo aspectos tecnicamente relevantes, quer seja a falta de recursos para estudos e pesquisas que avaliem e encontrem soluções técnicas que apresentem resiliência, robustez e redundância – um trio de conceitos sagrado para os engenheiros –, temos um fator comum: a falta de protagonismo dos engenheiros e da engenharia.

Essa falta de protagonismo, em grande parte culpa dos próprios engenheiros e engenheiras, precisa ser revertida com urgência. Não se pretende alijar políticos, economistas, sociólogos e advogados do processo decisório sobre soluções que afetam toda a sociedade. Mas temos que entender que decisões sobre a infraestrutura física não podem prescindir da visão técnica dos engenheiros. E não estamos falando apenas de projeto e execução de obras, que são atividades já reservadas aos engenheiros. Estamos falando da formulação das políticas, do futuro que pretendemos construir juntos. Essa visão dos engenheiros deve convergir para soluções nas quais outras visões também sejam protagonistas. Sem ela, as decisões carecem de sustentação técnica e os riscos de termos decisões equivocadas, com o desperdício de vultosos recursos, é evidente.

Esse protagonismo precisa ser construído por entidades representativas de engenheiros, mas também precisa ser reconhecido, com urgência, como essencial por entidades e organismos que controlam os processos decisórios na sociedade.

Temos que entender que decisões sobre a infraestrutura física não podem prescindir da visão técnica dos engenheiros

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Melzer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

A AJUDA FEDERAL E A INCERTEZA

As medidas de ajuda econômica anunciadas ontem pelo governo federal representam alento e esperanças para a população gaúcha no seu momento de maior infortúnio, mas ainda parecem insuficientes para assegurar a reconstrução da infraestrutura do Estado. Além disso, vão depender da gestão adequada das autoridades de Brasília e da diligência dos administradores públicos locais para serem corretamente implementadas e para efetivamente chegarem à ponta com a celeridade necessária.

Ao traduzir em números o aporte financeiro prometido, o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, disse que o Planalto está garantindo uma injeção de R\$ 50 bilhões ao Estado, somados aos recursos destinados a ações emergenciais que já estão em curso e à revisão da dívida do Rio Grande do Sul com a União, prevista para a próxima semana. O número impressiona, mas é preciso ficar claro que esse dinheiro todo não está vindo para o Estado de uma só vez, nem a fundo perdido. Resultará, se alcançar a quantificação anunciada, de liberações de fundos existentes, concessão ou antecipação de créditos, isenções e adiamento de débitos.

Todas essas iniciativas, corroboradas na cerimônia de ontem, em Brasília, por outros ministros do governo, pelas lideranças do Legislativo e do Judiciário e pelos presidentes dos bancos públicos, representam também um desafio para o governo do Estado e para os prefeitos dos mais de 400 municípios atingidos, que precisarão documentar minuciosamente suas demandas, cobrar os

repasse nos prazos prometidos e prestar contas permanentemente dos gastos e das soluções efetivadas.

Ainda que as decisões voltadas para os trabalhadores e suas famílias sejam bem-vindas e adequadas para o momento, fica em aberto no pacote governamental como será o auxílio para a reconstrução das cidades e para a recuperação das estradas e dos equipamentos públicos destruídos pela inundação. A facilitação na liberação de fundos de estruturação de projetos e a abertura de créditos por parte dos bancos oficiais, também projetadas ontem, tendem a cobrir parte mínima dos R\$ 19 bilhões estimados inicialmente pelo governador Eduardo Leite para as obras indispensáveis.

A ajuda federal é bem-vinda e certamente serve para atenuar a angústia momentânea de um Estado que ainda salva vidas e chora mortes, mas a verdadeira dimensão da tragédia, em valores materiais e econômicos, só poderá ser conhecida quando as águas baixarem

Apesar dessas ressalvas, cabe reconhecer a prontidão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ajudar o Estado, assim como sua iniciativa de mobilizar seus ministros e os demais poderes para o mesmo propósito.

A mobilização do governo federal em relação à catástrofe gaúcha chama a atenção da comunidade internacional para a questão do desequilíbrio climático, o que é positivo, ainda que o governo Lula venha se mostrando hesitante em relação

a questões ambientais.

Em resumo: a incerteza permanece. A ajuda federal é bem-vinda e certamente serve para atenuar a angústia momentânea de um Estado que ainda salva vidas e chora mortes, mas a verdadeira dimensão da tragédia, em valores materiais e econômicos, só poderá ser conhecida quando as águas baixarem.

ARTIGO

DÉLTON WINTER DE CARVALHO
Professor de Direito da Unisinos e advogado



NÃO EXISTEM DESASTRES NATURAIS

O Estado acaba de ser atingido pelo maior desastre climático de nossa história. O número de danos e vidas perdidas está longe de ser definitivo. O cenário é de uma guerra, após um verdadeiro tsunami climático. O momento é de socorro, acolhimento e restabelecimento dos serviços essenciais. A solidariedade contagia e emociona, mas não é suficiente. Temos um dever moral e jurídico de entender e aprender com o evento.

Após o Grande Terremoto de Lisboa (1755), Rousseau endereçou à Voltaire uma carta, contestando a opinião do amigo filósofo, que entendia ter sido a natureza a grande responsável por todos os prejuízos e mortes. Para Rousseau, ao contrário, a principal causa das mortes e prejuízos era o comportamento humano. A "carta da providência", como é chamada, lançou luzes para o fato de que os desastres não são naturais, pois decorrem da negligência humana aos riscos e às vulnerabilidades. Além disso, a (in)capacidade de resposta denota o quão devastador será um desastre.

Desastres precisam ser prevenidos ou, no mínimo, mitigados por políticas públicas. Em nosso país, não existe um sistema coerente e funcional! Nem sequer existem investimentos compatíveis com o cumprimento das leis existentes. Segundo a ONG Contas Abertas, os investimentos públicos em prevenção a desastres vêm diminuindo progressivamente na última década. De outro lado, o cenário climático mostra-se cada vez mais desafiador, com fenômenos mais frequentes e intensos. Rousseau ficaria estupefocado, mas não surpreso.

Desde 2012, é lei que municípios devem ter mapas de áreas de risco e internalizá-los nos Planos Diretores, a fim de limitar a sua ocupação. Municípios, Estados e União devem ter planos de contingência para orientar a resposta emergencial, mas apenas 13% dos municípios gaúchos têm mapas de risco. Nem ao menos há dados sobre a implementação das medidas para evitar ocupação e monitoramento de riscos. Sem o apoio do Estado e da União, os entes municipais pouco conseguem e o ciclo vicioso dos desastres continua.

Desastres precisam ser prevenidos ou, no mínimo, mitigados por políticas públicas

artigozh@zerohora.com.br

Grupo RBS

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Journalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

SEGURANÇA CLIMÁTICA

Os sucessivos e frequentes desastres ambientais que provocaram destruição e mortes em cidades gaúchas – três enchentes em 2023 e uma maior agora – são indicativos claros de que as mudanças climáticas prenunciadas pelos ambientalistas chegaram para ficar no Brasil. A catástrofe no Rio Grande do Sul foi acompanhada por uma forte e continuada onda de calor em Estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, o que também ocorre pela quarta vez neste ano.

Considerando-se essa realidade, já não basta que o governo federal continue atuando apenas no socorro às unidades federativas atingidas por intempéries, ainda que a ajuda continue sendo imprescindível. O poder central precisa cada vez mais participar do planejamento preventivo, centralizando operações e compartilhando decisões que hoje ficam a cargo apenas dos Estados e municípios, tais como urbanização, proteção ambiental, construção de infraestrutura nas cidades e dotações orçamentárias para o enfrentamento de catástrofes decorrentes de mudanças climáticas.

Para tanto, é impositivo que um organismo central de planejamento ambiental tenha poder, seja reconhecido por todos e funcione. Não é, infelizmente, o que ocorre hoje com o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, principal órgão da governança climática brasileira, que reúne 17 ministérios sob o comando da ministra Marina Silva, mas que até hoje, desde seu relançamento em setembro de 2023, realizou apenas uma reunião e pouco contribuiu para a prevenção nas regiões mais vulneráveis.

O momento é apropriado para o governo do presidente Lula, que tanto criticou o negacionismo de seu antecessor, desengavetar o projeto de criação de uma autoridade nacional de segurança climática, como chegou a anunciar o Ministério do Meio Ambiente por ocasião da retomada do Comitê. Mas a população espera medidas práticas, e não apenas mais órgãos públicos de nomes sofisticados para engrossar a burocracia estatal.

Pesquisa realizada pelo instituto mineiro Quaest sobre a tragédia ambiental no Rio Grande do Sul indica que o negacionismo climático perde força no

O poder central precisa cada vez mais participar do planejamento preventivo, centralizando operações e compartilhando decisões que hoje ficam a cargo apenas dos Estados e municípios

Brasil. Pela amostragem das 2.045 pessoas consultadas em 120 municípios do país, entre os dias 2 e 6 de maio, percebe-se que uma maioria significativa de 64% relaciona a enchente às mudanças climáticas do planeta, outros 35% consideram que tem alguma ligação e apenas 1% acredita que não tem ligação nenhuma.

Evidentemente, se esses percentuais forem aplicados à totalidade da população do país, ainda parecerá elevado

o número de brasileiros que rejeitam explicações científicas para os desastres ambientais, preferindo atribuir os desastres ao acaso ou a causas sobrenaturais. Mas uma parcela cada vez mais expressiva de cidadãos demonstra estar consciente de que o descaso humano com a preservação do planeta é o motivo maior do desequilíbrio ambiental. E as pesquisas também mostram que esse contingente de brasileiros bem informados está cobrando mais responsabilidade dos seus representantes políticos.

CONSELHO EDITORIAL

CLAUDIO TOIGO FILHO
CEO da RBS Mídias e membro do Conselho Editorial da RBS



VAMOS REERGUER O NOSSO ESTADO

O Rio Grande do Sul vive a maior tragédia de todos os tempos. É um momento muito triste, com perda de vidas, desaparecidos e milhares de pessoas desabrigadas. Mas precisamos de mobilização, união e compromisso para enfrentá-lo.

Cumprindo com nosso propósito, estamos com 100% das nossas equipes de jornalismo, esporte e entretenimento e todas as áreas de apoio mobilizadas para levar aos gaúchos informação de qualidade, prestando serviço, buscando soluções e combatendo fake news.

Em nome dessa missão, empresas de comunicação se dão as mãos. Estamos agradecidos ao Grupo Sinos, que nos apoia na impressão de Zero Hora e Pioneiro. A distribuição desses jornais vem sendo retomada gradativamente, à medida que estradas e ruas vão sendo reabertas. Da mesma forma, recebemos mais de 20 profissionais da Rede Globo, que vieram ao Estado para informar todo o país da gravidade da situação que estamos vivendo e da necessidade de uma mobilização nacional.

Seguiremos cuidando dos nossos colaboradores e garantindo a continuidade de nossa operação a serviço dos gaúchos. Mas sabemos que é preciso ir além. Com a campanha e os programas especiais Ajuda Rio Grande, buscamos reforçar orientações e alertas das autoridades e incentivar a corrente de solidariedade para arrecadar doações e encorajar o trabalho voluntário. E logo daremos um passo a seguir: fomentar a mobilização da sociedade para a reconstrução do nosso Estado.

O Rio Grande do Sul não pode e não vai parar. O povo gaúcho é forte, aguerrido, e vamos reerguer nosso Estado. Mas, para isso, precisamos de planejamento, coalização de forças e ousadia. Precisamos buscar especialistas e aprender com casos de sucesso de regiões que viveram tragédias climáticas e encontraram soluções e melhores práticas para se reinventar.

A solução está nas nossas mãos. Devemos estar preparados. Deixando de lado diferenças ideológicas, vamos somar forças para focar naquilo que nos une: um futuro melhor para o Estado, que é de todos nós. E a RBS estará ao lado dos gaúchos nessa missão.



contatoconselhoeditorial@gruporbs.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

CALAMIDADE E OPORTUNISMO

O desastre climático que se abate sobre o Rio Grande do Sul está impondo desafios sem precedentes para os administradores públicos dos municípios atingidos pelas cheias e também para os poucos que não foram afetados diretamente pela enxurrada. Os primeiros, especialmente os prefeitos de cidades devastadas pela água, devem ter como prioridades salvar os munícipes ameaçados, acolher os desabrigados e assegurar o funcionamento de serviços básicos, para só então começarem a pensar na reconstrução. Será uma tarefa igualmente árdua. Há casos, inclusive, de comunidades inteiras que precisarão ser realocadas para outras áreas dos municípios. Dos demais gestores, os de áreas livres da inundação, o que se espera é que sejam solidários, auxiliem os vizinhos necessitados, cuidem de suas populações e, principalmente, que não tentem tirar vantagem da desgraça alheia.

O episódio envolvendo a prefeitura de Imbé, no litoral norte do Estado, acendeu o sinal de alerta. Por equívoco ou má-fé (o que já está sendo devidamente apurado pelos órgãos fiscalizadores), o prefeito local decretou calamidade pública sob o pretexto de que seu município não tem estrutura suficiente para atender o público que para lá se deslocou para se refugiar da enchente. O problema é real, pois os serviços de saúde, abastecimento e alimentação ficam sobrecarregados com a chegada repentina de um grande número de pessoas a uma cidade pequena. É o que sempre ocorre com os balneários em períodos de verão. A diferença, agora, é que foi imprevisto. Ainda assim,

é uma situação de rotina para a prefeitura administrar, não pode ser considerada uma calamidade. Tanto que o próprio prefeito tratou de revogar o decreto em decorrência da repercussão e das críticas. Ainda assim, age com presteza o Ministério Público do Rio Grande do Sul ao anunciar uma investigação rigorosa de decretos semelhantes que estão sendo emitidos pelas prefeituras gaúchas para receber recursos estaduais e federais com maior celeridade. Embora caiba aos governos estadual e federal avaliar a pertinência e a legitimidade de cada pedido, há uma tendência de

Espera-se que os órgãos oficiais de controle e as forças de segurança do Estado e do país reforcem a vigilância sobre espertalhões que procuram se aproveitar da adversidade coletiva para obter vantagens pessoais

flexibilização num momento de comoção como o atual. Por isso, é importante que eventuais brechas para o oportunismo sejam fechadas.

Da mesma forma, espera-se que os órgãos oficiais de controle e as forças de segurança do Estado e do país reforcem a vigilância sobre espertalhões que procuram se aproveitar da adversidade coletiva para obter vantagens pessoais. Esse grupo de delinquentes oportunistas, que inclui criminosos comuns, golpistas e mercadores mal-intencionados, constitui um contraponto repugnante à imensa onda de solidariedade que se formou em torno do Rio Grande do Sul.

Por isso, a vigilância das autoridades e a ação punitiva se tornam necessárias mesmo quando todos os setores da sociedade deveriam estar concentrados na preservação de vidas. Como bem sabem os agricultores deste Estado produtor de alimentos, não se pode deixar que algumas laranjas podres contaminem o cesto inteiro.

ARTIGO

LARA LUTZENBERGER
Presidente da Fundação Gaia -
Legado Lutzenberger



RECEITA PARA O DESASTRE

Somos alertados há mais de meio século. Por meu pai, inclusive!

Em menos de cinco dias se estabeleceu uma tragédia de dores imensuráveis. O RS está desesperadamente buscando sobreviver, apenas sobreviver!

El Niño precipitou mais chuva devido ao aquecimento que afeta até os oceanos. A Amazônia, no que lhe resta de área, evapotranspira umidade vital para o clima do centro-sul brasileiro. Em condições normais, essa umidade se distribuía por imensa área geográfica, aportando, mais do que nada, frescor. Entretanto, com a elevação nada discreta das temperaturas no Centro-Oeste, onde o pouco fôlego do Cerrado tem sido torrado por extensos monocultivos, os rios voadores se canalizaram junto aos Andes, caindo com fúria sobre o Sul, que já vinha fragilizado por perda de florestas, campos e banhados e por ocupações urbanas inconsequentes. Várzeas naturalmente alagáveis e encostas frágeis foram ocupadas, adensamentos constituíram-se sem o devido cuidado com as estruturas de suporte para a segurança hídrica e alimentar e para a circulação tranquila, que dirá para a evacuação segura dos habitantes. Evidenciaram-se descuidos primários e de longa data com manutenção e adequação das redes pluviais e de esgoto, mais ainda com diques de proteção de áreas alagáveis.

A ganância impôs um ritmo alucinante de competitividade empresarial, que ignora toda e qualquer noção de limite e bom senso e festeja a boçalidade de seus consumidores. Governos e sociedades se orientam por uma cultura que aliena e cega para as reais necessidades humanas e planetárias.

Como aquecemos até os oceanos, primeiro ingrediente da receita? Queimando combustíveis fósseis sem dó, alterando a configuração das paisagens e assassinando os seres invisíveis dos solos com venenos e adubos sintéticos. Paisagens manejadas e com solos vivos equilibram a reflexão solar, absorvem carbono e produzem alimento.

Tudo isso é sabido, mas pouco disso é considerado. Negligenciamos alertas por conveniência e por acharmos que a vítima será o outro.

Insistiremos nessa receita?

Negligenciamos alertas por conveniência e por acharmos que a vítima será o outro

artigozh@zerohora.com.br

Grupo RBS

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

EFEITO COLATERAL

Enquanto a água da inundação que atinge o Estado não baixar, as prioridades dos governantes, autoridades e voluntários não podem ser outras além de salvar vidas, resgatar pessoas em situação de risco, abrigar flagelados e garantir-lhes alimentação, agasalho e condições dignas de subsistência até que recuperem seus lares, seus empregos e suas rotinas. Porém, antes que comece a etapa seguinte da reação coletiva ao desastre climático – limpeza, reconstrução e volta para casa –, é essencial que se previna e se alerte a população para um efeito colateral frequente em desastres ambientais deste tipo: a disseminação de doenças infecciosas.

Grandes enchentes acompanhadas de mudanças bruscas de temperatura, como está ocorrendo no Rio Grande do Sul, costumam ser seguidas de surtos de diarreia, problemas respiratórios, leptospirose, hepatite A e dengue. Porém, a adoção de atitudes preventivas pode evitar ou atenuar os riscos dessas enfermidades que tendem a sobrecarregar ainda mais um sistema de saúde já fragilizado pela própria cheia, que também atingiu hospitais e ambulatórios em várias cidades.

Com esta visão preventiva, a Associação Brasileira de Medicina de Emergência (Abramede) publicou na semana passada uma série de recomendações voltadas especificamente para as vítimas e para os socorristas das enchentes no Rio Grande do Sul, tendo como base a prática de especialistas que atendem em pronto-socorros e pronto-atendimentos. O alerta da entidade destaca que, além das doenças comuns decorrentes da exposição à água contaminada, às prioridades e ao clima, há também o risco

de acidentes provocados por animais, afogamentos, traumatismos e choques elétricos. Tudo isso tende a impactar a infraestrutura dos serviços de saúde.

Entre as principais medidas de prevenção recomendadas pelos médicos está o cuidado com o consumo de água e alimentos que podem sofrer algum tipo de contaminação. A desinfecção caseira da água é uma recomendação obrigatória, até mesmo porque o restabelecimento emergencial do fornecimento pela rede pública pode deixar margem para fragilidades no tratamento higiênico da canalização.

O contato direto com a água contaminada, tanto por parte das vítimas

O contato direto com a água contaminada, tanto por parte das vítimas da inundação quanto de socorristas e voluntários, também representa um grande risco para a entrada de patógenos no organismo humano

da inundação quanto de socorristas e voluntários, também representa um grande risco para a entrada de patógenos no organismo humano, alerta o presidente da Sociedade Gaúcha de Infectologia, Alessandro Pasqualotto. Estudos médicos baseados em eventos semelhantes mostram que, nos primeiros 10 dias após a catástrofe, as doenças que mais aparecem são infecções de pele, pneumonias por aspiração, infecções respiratórias virais e gas-

troenterites. E não é incomum que a contaminação ocorra durante o trabalho de limpeza das áreas alagadas, das residências e das lojas, pois a urgência faz com que muitas pessoas se exponham aos riscos sem o equipamento de proteção adequado.

Diante de tal perspectiva, não se pode esperar que o sistema oficial de saúde dê conta de tudo, ainda que seja de sua competência tratar os doentes, vacinar a população e orientá-la para se prevenir. Mas contribuir para atenuar esse efeito colateral da tragédia é tarefa de todos.

ARTIGO

ROSÂNGELA FLORCZAK

Decana da Escola de Comunicação, Artes e Design da PUCRS, professora e pesquisadora em Gestão de Riscos Reputacionais e Cultura do Cuidado



DEMOCRACIA DO RISCO

Em meio às grandes catástrofes, quando nos sentimos vulneráveis, costumamos reagir com nossos recursos mais primitivos. Negamos as ameaças e não queremos deixar nossa vida regular – o que explica, por exemplo, a resistência em abandonar nossos espaços.

Outro comportamento coletivo recorrente é o de procurar e identificar os culpados pelas nossas dores. Encontrar responsáveis e nomeá-los com raiva parece ajudar a aplacar o desespero. É uma forma de enfrentar o medo e a impotência que nos invade quando sofremos ou vemos a dor de amigos e familiares que tudo perdem em grandes desastres como o que estamos vivendo no Rio Grande do Sul neste maio de 2024.

Esse comportamento circunstancial pode ser compreendido e acolhido. O problema é que ele costuma perdurar e é sucedido por uma espécie de amnésia trazida pelo alívio de termos sobrevivido. Ou seja, passam-se alguns dias, esquecemos tudo e seguimos vulneráveis até o próximo acontecimento.

O aprendizado que se impõe depois de contar corpos, curar feridos, devolver pessoas para suas casas e consertar a infraestrutura é desenvolver estratégias de cuidado para todos. Vivemos em um país que, por muitos anos, não precisou se preocupar com prevenção aos desastres. Também porque os atingidos sempre foram os pobres, e nosso péssimo senso de justiça entendia como aceitável que eles sofressem. A lógica da desigualdade falava mais alto.

O que mudou com os novos cenários de risco é que hoje todos somos vulneráveis. Democraticamente vulneráveis. Talvez agora, quando os donos dos negócios, dos altos salários, os intelectuais e os governantes estão igualmente afetados pelas consequências dos desastres – mesmo que em proporções distintas dos que sempre foram penalizados –, os apelos para uma cultura de cuidado e prevenção comecem a ser ouvidos.

Mais uma vez, não esperemos por “responsáveis”. Começemos cada um de nós, em nossas casas, em nosso modo de consumo, em nossas escolhas políticas e em nossas prioridades públicas, a agir.

artigozh@zerohora.com.br

O que mudou com os novos cenários de risco é que hoje todos somos vulneráveis. Democraticamente vulneráveis

Grupo **RBS**Presidente Emérito
Jayme SirotskyFundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma**ZH**Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynard
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

ALÍVIO
TEMPORÁRIO

Embora o governo federal ainda esteja devendo um posicionamento mais conclusivo sobre a reconstrução do Rio Grande do Sul, que não se limite a ajudas eventuais contaminadas pelo viés político, a suspensão temporária do pagamento da dívida representa um alívio momentâneo para o Estado. Ao condicionar a aplicação das parcelas adiadas num fundo específico para minimizar os impactos da enchente, o Ministério da Fazenda dá fôlego ao governo estadual para melhor gerir suas finanças e, ao mesmo tempo, se previne de um eventual pedido de isonomia por parte dos demais Estados devedores. Mas o auxílio, anunciado com questionável alarde, deve ser considerado sob sua real dimensão. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que os recursos decorrentes da suspensão não resolvem todos os problemas gerados pela tragédia climática, que sequer podem ser mensurados na sua total extensão neste momento. Representam, é verdade, um desafio imediato para o Tesouro estadual, que já teria mesmo que direcionar a maior parte da sua receita para a recuperação da infraestrutura danificada pelas cheias. Nesse contexto, o ideal – como argumentou o governador Eduardo Leite – seria o perdão definitivo desta dívida estratosférica, atualmente estimada em R\$ 104 bilhões, que obriga o Estado a despendar mensalmente recursos volumosos e imprescindíveis para o seu desenvolvimento. Mesmo assim, o alívio temporário é bem-vindo neste momento em que o Rio Grande do Sul contabiliza os prejuízos da maior calamidade pública de sua história. De acordo com cálcu-

los preliminares, o Estado deixará de pagar o equivalente a R\$ 23 bilhões na soma das parcelas suspensas e dos juros que incidem sobre elas. Os valores terão que ser aplicados nas obras de reconstrução da infraestrutura destruída pela enchente, mediante rigorosa prestação de contas. É justo, quanto mais transparência, melhor para todos. Além disso, a vinculação desarma a pressão de outras unidades federativas endividadadas para terem igual tratamento. Outro detalhe significativo do anúncio feito pelo Ministério da Fazenda é que a suspensão temporária da dívida

A verdade é que a dívida histórica do Rio Grande do Sul continua sendo impagável – e continuará, caso não seja revisada no momento oportuno

gaúcha não obstaculiza a continuidade da renegociação com vista a novas amortizações – pleito antigo do Executivo estadual e dos governos de outros Estados. Também é importante considerar que o projeto de lei enviado ao Congresso não desobriga a União de continuar auxiliando o Rio Grande com outras medidas e recursos que lhe possibilitem se restabelecer da tragédia climática.

A verdade é que a dívida histórica do Rio Grande do Sul continua sendo impagável – e continuará, caso não seja revisada no momento oportuno. Mesmo com a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal em 2021, as parcelas e o montante continuaram crescendo nos últimos dois anos por conta do indexador atrelado à taxa Selic. Agora, porém, justifica-se plenamente o adiamento desse debate, uma vez que a prioridade de todos deve ser o resgate e o atendimento digno das vítimas do desastre climático que fez o Estado retroceder várias etapas na sua caminhada para o desenvolvimento.

ARTIGO

PAOLA COSER MAGNANI
Presidente do Instituto de Estudos
Empresariais (IEE)

A VITÓRIA
DO INDIVÍDUO

Cada pessoa, em sua esfera individual, está arregaçando as mangas como pode nesta tragédia que afeta o Rio Grande do Sul. Indivíduos com o mesmo propósito se unem e formam uma força só. O indivíduo é a parte menor da sociedade, mas, como o átomo e a célula, ela é numerosa e faz toda a diferença. Uma pessoa pode ser o farol que ilumina a escuridão para engajar todas as demais em se tornarem luz juntamente.

Temos visto no Estado diversos exemplos desse movimento. Um grupo de jipeiros que se encontram todos os dias para percorrer as ruas repletas de água e testar o limite da engenharia submergindo seus carros para resgatar quem está ilhado em casa. Três irmãs que adotaram uma região de Porto Alegre e começaram, apenas com um barco pequeno e sem motor, a salvar qualquer tipo de vida ao seu alcance. Amigos que se dispuseram a receber doações e entregá-las nos locais onde mais são necessárias, utilizando o poder das conexões para fornecer o que se pode na hora do desespero.

O ímpeto de querer ajudar é a força motriz de cada um. É um instinto essencial de sobrevivência. Não precisou de ordem ou lei para impor o esforço. Cada um, ao olhar para dentro de si, sabia qual era a sua obrigação.

Fala-se tanto em direitos que, na hora de exercermos a prática dos nossos deveres, as ações somem. Entretanto, ninguém precisou alcançar um bote e um remo para os voluntários para que eles soubessem o que era preciso fazer. A vontade de agir e ajudar urge dentro de cada um que tem os valores bem definidos, especialmente a empatia.

Assim como uma vela acende outra e pode acender milhares ainda, um coração ilumina outro e pode levar luz a milhares mais. O povo gaúcho, dia após dia, demonstra o que é ser forte, aguerrido e bravo. É preciso disposição para praticar o bem, força para reconstruir caminhos, virtude para se colocar no lugar do outro. Cada um ajuda da sua maneira e dentro de suas possibilidades, mas todos têm capacidade de usar o seu ímpeto pessoal para fazer mais. “Sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra”, e parabéns a cada um por seu esforço único movido por vontade própria de ajudar a quem precisa.

A vontade de agir e ajudar urge dentro de cada um que tem os valores bem definidos, especialmente a empatia

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

AJUDA POLITIZADA

O governo federal voltou a anunciar mais um pacote de medidas para auxiliar o Rio Grande do Sul a reerguer-se da devastação provocada pela atual tragédia climática, mas o que ficou de concreto na cerimônia de ontem em São Leopoldo, além das promessas feitas pelo presidente Lula e seus ministros, foi a estranha nomeação política para representar a coordenação do governo federal no Estado. Essa coordenação é atribuição natural do governador, que foi eleito para isso e está fazendo o possível para cumprir o encargo desde os primeiros instantes do desastre ambiental.

Como titular da Secretaria de Comunicação, o ministro Paulo Pimenta vinha desempenhando bem o trabalho de encaminhar demandas do governo estadual e das prefeituras gaúchas para a administração federal. Sua nomeação para a pasta extraordinária criada ontem por medida provisória acrescenta um indesejável viés político ao processo de reconstrução. Já é a terceira visita de uma comitiva do governo federal ao Estado e, apesar das promessas, a população flagelada ainda não recebeu benefícios efetivos. A única vantagem para o Estado, até agora, foi a suspensão temporária do pagamento da dívida.

Se saírem da palavra para a ação, serão bem-vindas as iniciativas no sentido de desburocratizar a liberação de recursos federais, pois há absoluta urgência em prestar atendimento digno aos desabrigados e, ao mesmo tempo, dar início à reconstrução. Mas até mesmo as boas intenções ficam prejudicadas quando o componente político sobressai.

Na cerimônia pública que ontem sucedeu a visita aos desabrigados, com muitas fotos de políticos para as redes sociais, os protagonistas do evento fizeram discursos altruístas. Apesar de não

ter havido uma coordenação prévia, o ministro Paulo Pimenta assegurou que continuará trabalhando em absoluta sintonia e parceria com o governo do Estado e com as prefeituras. Em complemento, corretamente, o governador Eduardo Leite lembrou que não pode haver divergências políticas e ideológicas quando se trabalha com o mesmo propósito. E o presidente Lula assegurou que não faltará dinheiro a Estados necessitados, independentemente do viés político e ideológico de seus governantes. Ainda assim, o risco de politização

Os discursos empolgados de alguns políticos podem passar a impressão de que tudo está resolvido, mas qualquer pessoa mais consciente sabe muito bem que a tarefa da reconstrução é longa, demorada e extenuante

da tragédia aumenta bastante com a duplicidade de liderança no processo de reconstrução se não houver um perfeito alinhamento entre o governador e o novo ministro de Estado da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul. Os discursos empolgados de alguns políticos podem passar a impressão de que tudo está resolvido, mas qualquer pessoa mais consciente sabe muito bem que a tarefa da reconstrução é longa, demorada e extenuante. Muitos obstáculos ainda precisarão ser removidos para que a normalidade seja restaurada. As águas da desgraça ainda não baixaram. Por isso, as prioridades continuam sendo socorrer as pessoas, abrigá-las dignamente, alimentá-las e garantir-lhes saúde. Mas elas só terão esses direitos humanos por mais tempo se o Estado restaurar sua infraestrutura e sua economia, para que todos possam ter serviços públicos adequados, emprego e renda. Nesse contexto, resta esperar que todos os agentes públicos envolvidos tenham a compreensão de suas responsabilidades e façam uso dos mecanismos colocados ao seu alcance para que os recursos sejam efetivamente liberados com a urgência necessária.

ARTIGO

CLAUDIO BIER

Vice-presidente da Fiegs e presidente do Sindicato das Indústrias de Máquinas e Implementos Agrícolas no RS (Simeirs)



A RETOMADA DA INDÚSTRIA É VITAL

Falar de indústria é falar de gente. O setor não é apenas um sistema de produção, mas um forte pilar que sustenta famílias, comunidades e economias. No Rio Grande do Sul, mais de 50 mil fábricas e estabelecimentos geram empregos diretos e indiretos para 30% dos gaúchos. O setor ainda abrange 58% da arrecadação de ICMS e 74% das exportações, ou seja, está em todo lugar, em praticamente todos os produtos.

Em função da catástrofe climática que afetou mais de 440 municípios gaúchos, responsáveis por mais de 85% da atividade econômica, o momento requer força e união de todos os setores da sociedade. O apoio às pessoas diretamente atingidas pelas inundações e a concentração de esforços na reconstrução da infraestrutura e das cidades devem ser conciliados com medidas que evitem um impacto ainda maior na economia. Um novo baque na indústria, a exemplo do que aconteceu durante a pandemia, poderá comprometer milhares de empregos e o próprio funcionamento pleno da sociedade.

As consequências das inundações são devastadoras para toda a sociedade, refletindo-se também nas indústrias. Os prejuízos, que incluem danos às instalações fabris e obstruções de estradas, aumentarão os custos logísticos e encarecerão os produtos. A recuperação do Estado exigirá não apenas reparos pontuais de vias, mas a reconstrução de infraestruturas fundamentais como estradas, pontes e viadutos. Até a normalização do aeroporto Salgado Filho será complexa.

Durante a chuva, o setor industrial sofreu junto e foi solidário. Os industriais instalaram abrigos em suas unidades, fortaleceram diques, como o localizado junto à Fiegs, e ajudaram a mitigar problemas de infraestrutura nos municípios. Agora, é essencial a tomada de medidas para preservar fábricas e empregos e garantir flexibilidade no pagamento de impostos e obrigações, facilitando a recuperação dos negócios abalados.

Diante desse cenário desafiador, é indispensável uma resposta rápida e coordenada por parte dos governos. A indústria, como pilar econômico, requer ações efetivas para minimizar impactos e garantir sua retomada. Somente com esforço conjunto poderemos superar essa crise e reposicionar o Rio Grande do Sul para o caminho do desenvolvimento.

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Journalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

O DESAFIO DA BUROCRACIA

Uma das principais angústias em relação a medidas e à ajuda necessária para a reconstrução do Rio Grande do Sul após o Estado passar pela maior catástrofe climática de sua história reside na burocracia. O emprego de recursos públicos requer controles para evitar desvios, mas o tamanho da urgência do socorro e as diversas frentes à espera de resposta vão exigir um significativo grau de flexibilização. As iniciativas imprescindíveis, para serem viabilizadas no prazo necessário, precisam de segurança jurídica para os gestores.

Um exemplo eloquente é o da habitação. A extensão da tragédia climática e a continuidade dos alagamentos ainda não permite uma avaliação sequer aproximada de quantas famílias precisarão de uma nova moradia no Rio Grande do Sul. Mas os números de desabrigados e desalojados mostram-se superlativos. São 77 mil pessoas acolhidas em ginásios, escolas, igrejas e centros comunitários e 538 mil em residências de amigos e parentes, conforme dados da Defesa Civil divulgados ontem pela manhã. Ainda que uma minoria tenha seus imóveis destruídos ou inviabilizados, é possível inferir que milhares de gaúchos precisarão de ajuda para encontrar um lar e retomar suas vidas.

O governo federal formalizou na quarta-feira um plano ambicioso de habitação para os flagelados do Estado. Para cumprir a promessa, no entanto, será preciso encontrar caminhos para contornar a burocracia, algo que até hoje o poder público não se mostrou devidamente capaz. Basta lembrar que ainda existem gaúchos vítimas das enxurradas no Vale do Taquari, em setembro do ano passado, vivendo precariamente em abrigos. São mais de sete meses de uma sofrida espera. Residências prometidas pelo Minha Casa Minha Vida (MCMV) nem sequer tiveram a construção iniciada, admitiu ontem em entrevista à Rádio Gaúcha o agora ministro extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta.

As enchentes de agora causaram estragos

muito maiores. Em setembro de 2023, não chegou a 30 mil a quantidade de desabrigados e desalojados. Neste momento, a soma ultrapassa 600 mil. São números que demonstram a magnitude do desafio. O mesmo princípio vale para a reconstrução da infraestrutura, como pontes e estradas, inclusive as que estão sob responsabilidade do Estado e dos municípios. Aqui o desafio é duplo e há um dilema. Ao mesmo tempo que existe pressa, são obras que não podem ser frágeis, sob pena de cederem no próximo episódio de chuvaradas.

A simplificação dos processos deve ser ampla. Ainda no tema habitacional, o governo federal promete financiamento subsidiado para famílias com renda superior a R\$ 4,4 mil reais que tiveram suas residências inviabilizadas. Espera-se que exista bom senso para que os empréstimos prometidos possam ser contratados sem entraves indevidos para o momento. Aguarda-se igual espírito quando chegar a vez de começar a garantir o crédito necessário para a recuperação da atividade das milhares de empresas prejudicadas. Caso contrário, o impacto no emprego será severo, e os danos na economia

As iniciativas imprescindíveis, para serem viabilizadas no prazo necessário, precisam de segurança jurídica para os gestores

gaúcha, mais duradouros. Regras trabalhistas, da mesma forma, podem ser menos rígidas enquanto perdurarem os efeitos da catástrofe.

A cada ação necessária para reerguer o RS que passa pelo poder público, poderia ser citada uma burocracia que deveria ser ao menos temporariamente reavaliada. Esta foi a principal reivindicação das lideranças políticas gaúchas desde os primeiros dias deste trágico episódio. A vinda ao Estado dos presidentes do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Supremo Tribunal Federal (STF) para testemunharem a dimensão da catástrofe há de colaborar para que se perceba a importância dessa excepcionalidade. O irretorquível é que não será com as amarras ordinárias que o Rio Grande do Sul recobrará suas forças em tempo aceitável. A tarefa é hercúlea e, por isso, exige prerrogativas singulares.

ARTIGO

NILTON ARNECKE MARIA
Defensor público-geral do RS



ATUAÇÃO DA DEFENSORIA NA TRAGÉDIA DO RS

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul comemora, em 2024, três décadas de atuação em prol da justiça e dos direitos dos mais necessitados. Ao longo desses 30 anos, a instituição tem sido uma referência na prestação de assistência jurídica integral gratuita para milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade. No entanto, este ano não é de celebração, mas sim de reconhecimento e destaque para o incansável trabalho realizado por defensoras e defensores e por servidores e servidoras.

Enfrentando a pior catástrofe climática já registrada no RS, a instituição mostrou sua resiliência e compromisso com a comunidade. Mesmo com sedes alagadas ou danificadas, sistemas internos prejudicados e condições totalmente adversas, não paramos. Desde o início da tragédia, as equipes têm se dedicado incansavelmente a vistorias nos abrigos, ao atendimento aos desabrigados, ao auxílio logístico para recebimento e entrega de donativos, à interlocução com os poderes e instituições, e a ações para garantir a emissão de documentos para as pessoas afetadas.

Além disso, a Defensoria tem se empenhado em garantir isenção das contas de água dos moradores de dezenas de municípios que tiveram suas residências alagadas ou afetadas, entre outras diversas ações de apoio à população. Diante das dificuldades, a Defensoria atuou incansavelmente na busca por soluções para amenizar os danos e possibilitar que o trabalho prossiga. É fundamental destacar e agradecer não apenas o comprometimento de nossas equipes, mas também dos terceirizados, dos voluntários e dos agentes dos órgãos públicos que atuam para assegurar o resgate e o abrigamento de milhares de pessoas.

A instituição permanece firme em seu propósito e empenhada em ajudar a reconstruir a vida de todas e todos. Unidos, superaremos essa catástrofe e seguiremos em busca de um futuro melhor.

A instituição permanece firme em seu propósito e empenhada em ajudar a reconstruir a vida de todas e todos

artigozh@zerohora.com.br

Grupo RBS

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

RECONSTRUIR MELHOR

Em entrevista ao jornalista Rodrigo Lopes, publicada na sexta-feira em Zero Hora, o mestre em psicologia social Marcio Gagliato expõe algumas premissas sobre as saídas a reconstrução do Rio Grande do Sul deve estar alicerçada para ser ainda mais sólida. Sua visão não advém somente da experiência acadêmica, mas da vivência ao atuar em outros desastres socioambientais e conflitos armados em vários pontos do mundo. Como consultor internacional, Gagliato tem colaborado com instituições como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Uma das principais lições reside na constatação de que, apesar da dor das catástrofes, crises também abrem a perspectiva de o reerguimento criar estruturas mais resistentes a intempéries, a partir de um planejamento voltado a minimizar a chance de repetição de estragos. “É fundamental que as ações de emergência, ao mesmo tempo que elas acontecem, possam ter uma visão de futuro”, resumiu Gagliato.

Na prática, significa que uma ponte derrubada por uma enxurrada deve ser reprojada para não ceder à fúria das águas em novos eventos extremos. É um conceito que vale também para estruturas de contenção de cheias de cidades ou mesmo para a realocação de áreas residenciais para terrenos sob menor risco. Ao longo do tempo, frente às ameaças das mudanças climáticas, prejuízos serão evitados e vidas serão poupadas.

Felizmente esta ideia de reconstruir levando em consideração que o novo deve ser mais robusto do que o antes existente permeou também a apresentação de sexta-feira do governador Eduardo Leite sobre os esforços do Piratini para reedificar estruturas danificadas no Estado. O conceito está ainda no Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNDC), elaborado desde o ano passado por um grupo de

especialistas de universidades e centros de pesquisa por encomenda do Ministério da Integração Nacional. Resta esperar que essa conscientização possa ser observada na prática, nas obras.

Mas, tão ou mais importante do que as questões técnicas, a coesão social e a união de diferentes atores são uma força diferencial na tarefa de reconstrução. O estímulo à divisão, que parte de minorias barulhentas, deve ser desconsiderado e dar lugar ao incentivo à soma de esforços para se produzir uma resposta à altura de uma crise sem precedentes no Rio Grande do Sul. Como coloca Gagliato, a coordenação geral das ações é papel do poder público, mas o aparato estatal – da União, do

Apesar da dor das catástrofes, crises também abrem a perspectiva de o reerguimento criar estruturas mais resistentes a intempéries

Estado e dos municípios – é insuficiente para prestar todo o auxílio necessário aos atingidos em grandes tragédias.

Nesse sentido, jamais será esquecido o desprendimento de voluntários anônimos, tanto das próprias comunidades afetadas quanto de outras regiões do país. Muitos se deslocaram ao Rio Grande do Sul por conta própria, apenas com o intuito de ajudar e salvar vidas, sem nada receber em troca, a não ser o conforto à alma pelo gesto de humanidade.

Voluntários e entidades privadas têm se somado a agentes públicos de várias áreas para levar aos desabrigados atendimentos de saúde, serviços odontológicos, atenção psicológica, entretenimento e educação para crianças, acolhimento especializado para famílias atípicas e cuidados com animais resgatados. Sem esquecer da solidariedade em forma de doativos que chegam sem parar para amparar quem perdeu tudo. São doações dos próprios rio-grandenses e dos demais brasileiros para os brasileiros do Rio Grande do Sul necessitados. Em um período de grave cisão política no país, é possível concluir que reconstruir melhor não se resume a obras físicas, mas às próprias relações humanas.

CONSELHO EDITORIAL

MARCELO RECH
Jornalista e membro do
Conselho Editorial da RBS

NUNCA
ESQUECEREMOS

Em linha reta, a distância do Oiapoque ao Chui é de 4,18 mil quilômetros, mais do que entre Lisboa e Moscou. Mas foi do Amapá que o governador Clécio Luís, a exemplo de tantos outros dirigentes estaduais, ligou para o governador Eduardo Leite para colocar os recursos de seu Estado, por mais modestos que sejam, à disposição do Rio Grande do Sul. Em Brasília, doadores congestionaram por horas os acessos à base aérea para levar doações; e o terminal do aeroporto de Guararapes, em Recife, ficou lotado de mantimentos e roupas trazidos às pressas pelos irmãos nordestinos.

Helicópteros, barcos, bombeiros, policiais civis e militares de todo o Brasil acorreram ao Rio Grande do Sul tão logo se configurou a dimensão da catástrofe. Caminhões com faixas de força aos gaúchos transportam de outros Estados milhares de toneladas de doações, que formam uma linha vital de salvação neste momento. Heroicos são também esses caminhoneiros que, com devoção, têm passado dias em rodovias semidestruídas, desvios e engarrafamentos para manter o abastecimento do Rio Grande do Sul.

Talvez não soubéssemos que éramos uma nação profundamente solidária, ou não nos lembrássemos mais, diante da divisão entre brasileiros escavada artificialmente para eleger políticos de diferentes matizes ideológicos que tiram vantagem do ódio entre conterrâneos. Mas a tragédia que se abateu sobre o Rio Grande do Sul nos deu uma janela para enxergar por cima dos cretinos das redes sociais que, do sofá, tripudiam dos esforços de servidores civis e militares que há duas semanas mal se alimentam e dormem para salvar vidas e tentar restabelecer um mínimo de normalidade.

Quem sabe não está nascendo aqui no Rio Grande do Sul, como uma flor no pântano da catástrofe, um Brasil com mais cara do Brasil onde as divergências não separavam famílias e amigos e nem catalogavam partidos como anjos ou diabos? Esse Brasil não concordava, e nem devia concordar, em tudo, mas não desejava a aniquilação daquelas partes que não pensavam como as outras. É essa chance que temos agora diante de nós, por obra de voluntários, doadores, servidores e poderes que não distinguem crenças políticas ao estender a mão.

No telefonema ao governador gaúcho, seu colega do Amapá aproveitou para agradecer o apoio do Rio Grande do Sul a 24 amapaenses tratados aqui por problemas renais crônicos. Esse é o Brasil que estava oculto e que pode emergir das águas de maio. Basta que, ali na frente, quando os rios baixarem e o noticiário voltar ao normal, as promessas e os discursos oficiais não sejam arquivados e que, principalmente, não percamos de vista que, um dia, o Brasil se uniu para salvar o Rio Grande do Sul. Nós nunca esqueceremos.

contato.conselhoeditorial@gruporbs.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló

Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo
CEO: Claudio Toigo Filho

Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes

Mercado: Patrícia Fraga

Digital e Transformação: Marcelo Leite

Gestão e Finanças: Mariana Silveira

Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas

Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo

Notícias: Leandro Fontoura

Comportamento: Rosângela Monteiro

Cultura e Lazer: Renata Maynart

Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

ACOLHIDA DIGNA

Cerca de 870 locais, como escolas, universidades, clubes esportivos, ginásios municipais, CTGs, igrejas e centros comunitários do Estado, abriram suas portas nas últimas semanas para receber dezenas de milhares de desabrigados das enchentes no Rio Grande do Sul. Quase 80 mil pessoas, em 103 municípios, buscaram abrigo emergencialmente nesses pontos improvisados após terem de sair de suas casas, tomadas pelo avanço das águas ou destruídas pela força da correnteza. O acolhimento mobilizou um grande contingente de voluntários que, ao lado da Defesa Civil, se esforçou ao máximo para garantir alimentação, proteção do frio, roupas, atendimento de saúde e mínimas condições de higiene a esse grande número de gaúchos. A despeito da comumente corrente de solidariedade, é uma mobilização difícil de ser mantida por muito mais tempo.

Muitos desses locais, como as escolas, têm de voltar a suas rotinas. Ao mesmo tempo, é natural o movimento de refluxo de voluntários, que necessitam retornar a seus afazeres. Muitos vieram de outros Estados. Além disso, onde as águas começam a baixar, se inicia a etapa de limpeza das residências que restaram de pé, o que permite o retorno para casa. Mesmo assim, ainda será significativo o número de pessoas que continuarão dependendo de abrigo até conquistarem uma solução habitacional definitiva. Em meados de junho, aproximadamente 10 mil pessoas estarão nesta condição precária, estima o governo gaúcho.

Nesse contexto, faz sentido a intenção do Executivo estadual de montar quatro "cidades temporárias" na Região Metropolitana _ em Porto Alegre, Guaíba, Canoas e São Leopoldo, municípios onde hoje estão cerca de 70% dos desabrigados. A promessa do Piratini, sob a coordenação do vice-governador, Gabriel Souza,

é erguer estruturas que assegurem uma permanência minimamente apropriada para os gaúchos flagelados que ainda vão necessitar de um teto temporário por um tempo incerto.

A intenção é assegurar alguma privacidade às famílias nesses locais de convivência, que contarão com dormitórios com divisórias, banheiros, cozinha coletiva, lavanderia, atividades e áreas de lazer para crianças e espaços inclusive para os animais de estimação. Serviços básicos de educação, saneamento, saúde e segurança também são imprescindíveis, e é compromisso fornecê-los. Segundo o governo, o contrato com o provedor das estruturas deve ser assinado nesta semana. Após este ato, os trabalhos poderiam ser iniciados

Ainda será significativo o número de pessoas que continuarão dependendo de abrigo até conquistarem uma solução habitacional definitiva

em cerca de cinco dias e montagem demoraria entre duas e três semanas. Não é nada imediato, portanto. Mas espera-se que não atrase muito mais do que este prazo. Ao mesmo tempo, será preciso manter acesa a chama de solidariedade que garante os doativos aos desabrigados, ainda na casa dos milhares.

O próximo passo será acelerar outras políticas de moradia definitiva, algo sempre mais lento devido

às etapas que necessitam ser vencidas. Mesmo imprimindo-se velocidade inédita, unidades habitacionais levam alguns meses para serem concluídas. Serve de exemplo o caso do Vale do Taquari. O próprio governo do Estado conseguiu entregar as primeiras casas temporárias apenas em abril, sete meses após a enxurrada de setembro do ano passado. A opção do aluguél social muitas vezes esbarra na pouca oferta de imóveis. Na região, os projetos do Minha Casa Minha Vida, do governo federal, também avançam lentamente pela burocracia. Quem perdeu a casa, portanto, ainda terá uma longa espera. Que ao menos, após os traumas vividos, tenham dignidade enquanto aguardam.

ARTIGO

LEONARDO FRAÇÃO
Presidente do Instituto Cultural Floresta



EFICIÊNCIA NO CAOS

Centralização, burocracia, excesso de controle. Estes são os princípios que fazem o Estado permanecer ineficiente. Como cidadão e empresário, fico impressionado como existem tantas pessoas de excelente qualidade no poder público – e mesmo assim não conseguem ter uma entrega compatível com nossos impostos e necessidades. Em situações de crise, estes problemas se acentuam.

O Instituto Cultural Floresta (ICF) funciona justamente por operar com base na descentralização e transparência. Existimos desde 2016, quando reunimos empresários para socorrer nossa polícia, que tem uma competência sem igual, mas carecia dos instrumentos adequados. Nossas ações geraram uma queda de mais de 90% em alguns indicadores de criminalidade. Na pandemia, fomos um dos principais agentes privados de ajuda.

Só que as emergências não pararam. O RS está vivendo a maior guerra que nosso país já viu em extensão, danos e número de atingidos. Antes mesmo de acionar o Estado, Polícia Militar, Bombeiros, Polícia Civil, Defesa Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e até o Exército recorreram ao ICF para suprir as suas necessidades urgentes. A primeira era a de restabelecer a comunicação. Até agora, foram cerca de 400 antenas de Starlink entregues. E milhares de lanternas, roupas de borracha, coletes e outros equipamentos de ajuda aos resgates. Mais de duas dezenas de embarcações – barcos e jet skis doados.

Ninguém consegue ser tão ágil e eficiente quanto o ICF. Todos temos que procurar nosso lugar nesta crise: aqueles que perderam tudo, cuidar de suas famílias. Aqueles que têm recursos, doar para entidades como a nossa. Aqueles que têm aptidão, ser voluntários. Peço que sejamos coerentes com nossos valores e racionais em nossa decisão de como ajudar. Não faz sentido fazer doações a fundos públicos ou burocráticos, especialmente se é justamente isso que estamos tentando transportar.

Entramos na terceira semana e agora temos que trabalhar para que os efeitos desta catástrofe não se prolonguem por anos. O maior desafio será devolver as pessoas aos seus lares e dar a elas o mínimo de dignidade para recomençar. E prover para as empresas a mínima infraestrutura para que voltem a gerar empregos e fomentar o crescimento. Agradeço aos inúmeros voluntários que sacrificaram sua saúde em prol de estranhos. E peço a todos: confiem e deem ao ICF. Nosso PIX: 27.631.481.0001-90.

artigozh@zerohora.com.br

Grupo RBS

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo
CEO: Claudio Toigo Filho

Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

ESFORÇO REDOBRADO PELA EDUCAÇÃO

A tenacidade dos gaúchos, colocada à prova com a destruição provocada pela enchente histórica, terá de ser redobrada na área da educação. Aos prejuízos à aprendizagem ocasionados pela pandemia se soma agora o transtorno de um grande número de escolas – privadas e das redes municipais e do Estado – danificadas pelas cheias. Outras, solidárias, ainda estão servindo de abrigo para os atingidos que tiveram de abandonar as suas casas e, apenas aos poucos, começam a retomar a rotina.

É verdade que nem todas as regiões gaúchas foram castigadas pelos efeitos

O grande desafio será a disponibilidade de recursos e a agilidade necessária para repor equipamentos e mobiliário, permitindo o retorno às aulas

da chuva e da calamidade instalada. Mas é bastante significativo, em áreas densamente povoadas, o número de educandos que sofreram danos severos. Basta observar o dado referente à rede estadual. Um em cada quatro estudantes dos colégios sob gestão do governo gaúcho, até ontem, não tinha previsão de volta para as salas de aula. São 178 mil alunos. Mais de mil escolas, cerca de metade da rede, enfrentam algum percalço para retomar as aulas. Se não tiveram estragos, servem de abrigo ou têm problemas de acesso, entre outros contratemplos.

Nas escolas administradas pelas prefeituras, mostrou levantamento da União dos Dirigentes Municipais de Educação do RS, 843 sofreram algum dano, número que representa 22% do total. Entre as instituições privadas, 26 estabelecimentos, com 11 mil alunos matriculados, tiveram avaria. Ademais, os transtornos causados pelas inundações, como o corte de acessos e a derrubada de estradas e pontes, dificultam a chegada de professores, funcionários e estudantes. Há ainda

quem enfrente o trauma da casa arrasada ou arrasada pela torrente.

O grande desafio, em especial na rede pública, será a disponibilidade de recursos e a agilidade necessária para repor equipamentos e mobiliário, permitindo o retorno às aulas. Assim como na área da infraestrutura, a burocracia terá de ser amenizada, sob pena de milhares de crianças e jovens permanecerem por um período demasiadamente longo afastados das salas de aula.

A exemplo do que ocorreu na pandemia, gestores públicos, professores e sociedade civil terão de lançar um olhar

especial para que os possíveis prejuízos ao ensino sejam minimizados. Antes mesmo da crise sanitária, a educação gaúcha já perdia terreno em comparação com outros Estados. As consequências da enchente aumentam os esforços necessários em frentes como a pedagógica, a de instalações e as voltadas a mitigar o risco de evasão.

A União, ente com maior disponibilidade de recursos, tem o dever de não faltar com o Rio Grande do Sul neste momento de grande incerteza. O Ministério da Educação agiu certo ao flexibilizar o calendário escolar para o Estado devido à tragédia climática, mas pode fazer bem mais. A pasta promete amparo financeiro às instituições atingidas por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), voltado à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, e do Plano de Ações Articuladas (PAR), de assistência técnica e financeira. É imperioso que o protocolo de atendimento emergencial criado pelo MEC para acelerar os trâmites para os repasses funcione de fato.

ARTIGO

EDUARDO CUNHA DA COSTA
Procurador-geral do Estado



AGILIDADE JURÍDICA PARA ENFRENTAR A CALAMIDADE

O Rio Grande do Sul vivencia a maior catástrofe climática de sua história, que foi implacável ao atingir milhares de pessoas, que perderam suas moradias, seus entes queridos e até mesmo as suas vidas.

Enquanto isso, para atender às necessidades da população, o poder público precisa de tempo para cumprir todas as exigências e ritos legais existentes para as licitações e contratos, que, em períodos de normalidade, são importantes para assegurar a lisura do processo, mas que não são compatíveis com a urgência que as situações de calamidade impõem.

Diante desse contexto, a PGE-RS elaborou e propôs uma normativa – numa histórica parceria com a Advocacia-Geral da União, a qual coordenou a construção envolvendo diversos órgãos do governo federal – que resultou na publicação de uma norma com força de lei, aplicável aos entes públicos em situação de calamidade, que trará resultados concretos à vida das pessoas atingidas por este verdadeiro desastre.

A Medida Provisória nº 1.221, publicada no último sábado, institui um regime especial de contratações para o poder público realizar a aquisição de bens, a execução de obras e a contratação de serviços necessários para o enfrentamento das consequências de uma calamidade pública.

Esse regime especial é constituído de instrumentos jurídicos que vão desde a possibilidade de realizar contratações diretas mediante dispensa de licitação, reduzir os prazos das licitações, ampliar as possibilidades de contratações diretas verbais para aquisições, serviços ou obras, e prorrogar contratos por até 12 meses além dos prazos ordinários da lei de licitações, até a simplificação dos requisitos de habilitação. Tudo isso sem descuidar dos instrumentos de fiscalização e controle.

Esses mecanismos permitem, por exemplo, ter muito mais agilidade na recuperação e reconstrução de escolas, postos de saúde, pontes e rodovias, assegurando também um tempo reduzido para a contratação de moradias temporárias, instalações de abrigos e outros serviços essenciais à população atingida.

É somente com o esforço conjunto de todos os órgãos do Estado e da sociedade civil que vamos reconstruir nosso Rio Grande do Sul – com a contribuição daquilo que os cidadãos, especialmente os servidores públicos, podem dar de melhor a nossa terra. E é com esse espírito que os procuradores do Estado estão trabalhando.

artigozh@zerohora.com.br

É somente com o esforço conjunto de todos os órgãos do Estado e da sociedade civil que vamos reconstruir nosso Rio Grande do Sul

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

REERGUER O RS

Há diferentes estimativas sobre os prejuízos econômicos causados pela cheia e as cifras necessárias para a reconstrução do Estado. Todas sinalizam para um custo de dezenas de bilhões de reais. Seja qual for a soma necessária, o certo é que será uma tarefa árdua e difícil de ser vencida no curto prazo. Da população gaúcha, não se espera nada diferente de uma determinação firme e inabalável para superar os obstáculos impostos, recuperar as perdas e devolver o Rio Grande do Sul aos trilhos do desenvolvimento.

Empresários, trabalhadores, poder público e sociedade civil têm diante de si um desafio sem precedentes no país, tamanha a destruição causada pela tragédia climática. Não há dúvida quanto à perseverança e ao espírito irredimido do povo rio-grandense. É tocante ainda a solidariedade emanada de todos os cantos do Brasil e a disposição em colaborar para recolocar o Estado em pé. Por parte do governo federal, ente com maior capacidade financeira para prestar auxílio, aguarda-se que os compromissos assumidos sejam cumpridos. Será necessário acompanhamento constante e cobrança para assegurar que o apalavrado será materializado.

A complexidade do quadro pode ser exemplificada pelo fato de que, mais de três semanas após o início das chuvas que arrasaram parte do Estado, em muitos municípios, como na Região Metropolitana, sequer foi possível contabilizar os prejuízos em residências, indústrias, comércios e estabelecimentos de todo tipo. Será necessário esperar a água recuar para se saber o quanto foi perdido, o que foi salvo e quando será possível retomar a rotina, voltar a produzir, comprar e vender. Além dos cidadãos atingidos, empresas de todos os portes precisarão de fôlego para voltar aos negócios. Significa crédito desburocratizado e em condições ajustadas à gravidade da situação. Se emprego e renda forem colocados em risco, a crise social pode ser maior.

Também é sem paralelo a extensão do estrago na infraestrutura. O trânsito im-

pedido ou dificultado em diversos pontos do Estado por estradas interrompidas ou que ruíram, queda de barreiras e pontes carregadas pela violência das águas elevam os desafios logísticos para a circulação de mercadorias e insumos a níveis nunca antes vistos. Ainda causa perplexidade a informação de que o aeroporto Salgado Filho ficará meses sem operações. O fato de o principal terminal aéreo do Estado permanecer um longo período fechado é um duro golpe nos setores ligados ao turismo.

Há muitas frentes prioritárias, que devem ser atacadas ao mesmo tempo. A busca por recompor a infraestrutura é uma delas. Ao mesmo tempo, capital de giro para as companhias. Mais medidas de respiro fiscal e iniciativas voltadas à manutenção de postos de trabalho, em moldes semelhantes às adotadas ao longo da pandemia, também seriam convenientes. Em um segundo momento, será imprescindível crédito adequado para a recuperação de estruturas físicas e equipamentos das empresas afetadas, entre outras ações sugeridas por entidades e analisadas por diferentes esferas governamentais. Merecerão atenção singu-

lar ações que assegurem a competitividade local na atração de investimentos e na manutenção de negócios. Passa a ser uma obrigação do Estado tornar-se um exemplo de adaptação e resiliência às mudanças climáticas, ponto incluído no plano estadual de recuperação aprovado ontem na Assembleia, que terá ainda um fundo financeiro para bancar ações voltadas ao reerguimento do RS.

Os últimos dias têm sido de consternação e dor. Além das mais de 160 vidas perdidas, estas irreversíveis, expressa-se desolação pela devastação em residências, propriedades rurais e negócios urbanos. Mas, ato contínuo, nota-se que nem a maior catástrofe climática da história do Estado foi capaz de tirar dos gaúchos a fibra e a convicção da volta por cima. A certeza de dias melhores e a disposição por recomendar e restabelecer a economia do Estado permanecem inquebrantáveis.

A certeza de dias melhores e a disposição por recomendar e restabelecer a economia do Estado permanecem inquebrantáveis

ARTIGO

MARIA TERESA VIEIRA DA SILVA
Juíza do Trabalho e vice-coordenadora da Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente do TRT-4



CRÔNICA DE UMA MORTE ANUNCIADA

Faz silêncio no Rio Grande do Sul. Faltou tudo. Luz, água, ainda faltam alimentos, faltam casas, falta a própria vida daqueles que pereceram por conta de uma tragédia absolutamente previsível, uma "crônica de uma morte anunciada", como diria o Gabriel García Márquez.

As chuvas que assolam o RS são as mais intensas registradas em oito décadas. Essa tragédia, contudo, não é fortuita. Não se trata de mero capricho da natureza.

Conquanto o RS ostente condições geográficas que favorecem a ocorrência de eventos climáticos, a verdade é que a tragédia tem causas outras facilmente identificáveis: a política de uso intensivo do solo, a autorização para o aumento das áreas de plantio da soja, a especulação imobiliária em zonas ribeirinhas, o desmonte da legislação ambiental, a falta de responsabilidade com o saneamento básico, com a transição energética e com a manutenção do sistema de defesa contra cheias na Capital.

E tudo isso no Estado que foi pioneiro na luta ambiental no Brasil, onde se ativaram Henrique Roessler e José Lutzenberger, onde foi criado o primeiro órgão ambiental, a primeira lei de agrotóxicos e uma Constituição voltada para a questão ambiental.

Triste dizer, mas essas conquistas foram perdidas pela perversa lógica capitalista. Enquanto o mundo todo busca o equilíbrio ambiental, o RS e o Brasil preconizam que a legislação ambiental atrapalha o desenvolvimento econômico e, pior, negam dados científicos sobre aquecimento global e desmatamento.

Vamos precisar de muita ajuda para reconstruir o Estado, que está economicamente abalado e emocionalmente fragilizado com as perdas humanas e materiais, mas sobretudo para interromper o processo de desmonte da legislação ambiental.

Mal nos recuperamos de uma pandemia e agora teremos que enfrentar os efeitos dessa tragédia. A hora é de pensar nas pessoas, cuidar de sua saúde mental. O tempo é de virar a chave: mais do que ver o outro, reparar, como nos alertou Saramago. Mais ainda, temos que cuidar da casa comum, como ensina Leonardo Boff, antes que seja tarde demais.

Vamos precisar de muita ajuda para reconstruir o Estado, que está economicamente abalado e emocionalmente fragilizado

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

O USO VIL DA TRAGÉDIA

Mesmo com algum atraso, deve ser saudada a disposição das principais plataformas digitais que operam no país de colaborar para colocar um freio na onda de desinformação relacionada à tragédia climática no Rio Grande do Sul. Um protocolo de intenções com esse objetivo foi assinado na segunda-feira entre a Advocacia-Geral da União (AGU) e representantes de Meta, TikTok, X, Google/Youtube, Kwai e LinkedIn. Aguarda-se que possa produzir resultados efetivos.

Tão logo se pode dimensionar a extensão da catástrofe e a mobilização necessária para fazer frente às consequências da chuva, se iniciou uma torrente de fake news e posts maliciosos, que geraram efeitos bem mais graves do que desgaste de figuras públicas ou governos. A desinformação causou episódios de pânico entre a população afetada, atrapalhou esforços de resgate, mobilizou equipes para verificar situações falsas e desincentivou doações. Também proliferaram golpes por meios digitais usando a tragédia como isca.

O acordo firmado prevê que as empresas ficarão mais atentas em relação a conteúdos que violem os seus termos de uso. As plataformas, muitas vezes omissas pelos próprios interesses financeiros, comprometem-se ainda a promover informações confiáveis sobre as enchentes. É preciso cuidado, no entanto, para não confundir desinformação prejudicial e produzida com o intuito deliberado de enganar com críticas a administrações estatais ou a gestores. A liberdade de expressão, princípio constitucional a ser protegido, abarca reparos e opiniões contrárias à atuação de políticos ou órgãos públicos. O fato é que o volume de mentiras e distorções gerado a partir das cheias no RS lembrou outros episódios dramáticos, como a pandemia, e de forte polarização, como os períodos eleitorais.

Pesquisa da Quaest apontou que 31%

dos brasileiros disseram ter recebido fake news sobre a tragédia gaúcha. Sabe-se lá quantos dos 69% restantes também foram destinatários de desinformação, mas não souberam identificá-la. Levantamento do Laboratório de Estudos de Internet e Redes Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro detectou os principais conteúdos dolosamente falseados e apontou a busca por dividendos políticos como um dos grandes motivadores da disseminação. A Escola de Comunicação Digital da FGV Rio notou que as discussões entre usuários relacionadas à desinformação em plataformas e aplicativos de mensagens superaram até os conteúdos relacionados à tragédia e à solidariedade às vítimas.

Ainda que tarde, espera-se que as plataformas digitais sejam mais proativas para conter o caudal de desinformação

Neste sentido, é meritório e oportuno o alerta conjunto de quatro entidades do sistema judiciário do Estado sobre os riscos da produção e do compartilhamento de fake news. As associações de juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), das defensoras e dos defensores públicos (Adpergs), do Ministério Público (AMP-RS) e dos procuradores do Estado (Apergs) lançaram na terça-feira o manifesto "Diga não à mentira", lembrando as consequências danosas da disseminação de notícias falsas. O objetivo é conscientizar a população. Em abril, a Associação Riograndense de Imprensa (ARI), em igual linha, deu início a uma campanha na qual ressalta a importância de informações serem chegadas com fontes confiáveis antes de serem compartilhadas.

É lamentável que uma das passagens mais dolorosas da história do Rio Grande do Sul seja vista como oportunidade para lucrar com o engajamento gerado por falsidades espalhadas no meio digital. Também entristece constatar o uso da catástrofe para gerar mais divisão política na sociedade, quando o momento deveria ser de incentivo à união. Ainda que tarde, espera-se que as plataformas digitais sejam mais proativas para conter o caudal de desinformação.

ARTIGO

GUILHERME PORTELLA

Presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados (Sindilat)
guilherme.portella@lactalis.com.br



RECONSTRUÇÃO DO SETOR LÁCTEO

Empregando mais de 62 mil pessoas e gerando renda para o sustento de 220 mil gaúchos, o setor lácteo é um importante alicerce da economia do Rio Grande do Sul. Sua presença capilar em 493 dos 497 municípios do Estado lhe dá o poder de disseminar riquezas, mas também lhe sujeita ao impacto de ocorrências climáticas em igual proporção. O efeito da enchente que devastou cidades e o campo foi sentido pelas empresas já nos primeiros dias, e só não foi maior pela imediata mobilização da cadeia produtiva.

O que se viu foi um esforço uníssono das empresas para socorrer seus colaboradores, produtores e os parques industriais em todo o Rio Grande. Com dificuldade de acesso pelas estradas, as empresas agiram em grande cooperação para coletar o leite dos produtores mais próximos, independentemente da relação de fornecimento habitual. Da mesma forma, cederam insumos, água, embalagens e todo o necessário para que a produção não cessasse, eis que a manutenção da captação de leite nos produtores depende da transformação do produto nas fábricas. Campanhas ecoaram em diferentes frentes:

empresas envasaram milhões de litros de água potável em embalagens de leite para doação, abasteceram hospitais, distribuíram alimentos e iniciaram ações de solidariedade.

Socorridas as vítimas, resta o desafio de reconstruir o Rio Grande. O setor lácteo, em especial, sabe que tem muito a fazer no campo e na indústria. Provavelmente, faltarão alimentos para os animais no inverno devido à degradação das pastagens, assim como recursos para reposição de equipamentos e estruturas afetados. O Sindilat entende que é urgente a adoção de políticas públicas e o acesso a todos os recursos possíveis para viabilizar essa reconstrução.

Precisamos agora, mais do que nunca, da liberação do Fundoleite para projetos emergenciais de indústrias e cooperativas em socorro aos produtores rurais. Temos certeza de que o governador Eduardo Leite sabe que chegou a hora de viabilizar acesso a esses recursos, que são privados e não terão momento mais oportuno para serem empregados. O mesmo pode se dizer do programa federal Mais Leite Saudável. O Sindilat solicitou a duplicação dos créditos presumidos e o incremento de 300% dos investimentos no campo. Isso possibilitará a ampliação em oito vezes da verba disponível para socorro aos produtores gaúchos. Isso é urgente!

Juntos, salvamos vidas, garantimos abastecimento do país e nutrimos um novo amanhã. Que sejamos resilientes para seguir uma jornada que não será fácil, assim como nunca são as batalhas do setor produtivo nacional.

Junte-se a nós.

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynard
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

OMITIR-SE
É MAIS CARO

Está bastante claro para os gaúchos que as consequências das mudanças climáticas não são algo abstrato ou uma ameaça que poderia se materializar no futuro. As perdas de vidas, os prejuízos materiais bilionários, os danos na infraestrutura e os transtornos estão se consumando agora. As chuvas das últimas semanas comprovam que o Estado e a Capital estão despreparados. Negligenciou-se o cenário, já previsto pela ciência, de precipitações mais frequentes em altíssimos volumes.

É improtável que prefeituras de municípios em áreas de risco e governo do Estado, com o apoio técnico e financeiro da União, comecem a apresentar para a sociedade planos detalhados, concretos e exequíveis para reformar sistemas de contenção de cheias e criar novas estruturas que consigam evitar novas tragédias. O governo federal, pela maior capacidade financeira, tem o dever de ser protagonista.

O dia de ontem, caótico em grande parte de Porto Alegre, alagada em um número ainda maior de bairros, confirmou a incapacidade de uma resposta minimamente adequada. Com a volta da chuva forte, o sistema de bombas da Capital, que deveria expulsar a água das ruas para o Guaíba, voltou a falhar. Assim como fracassou de forma retumbante no início do mês por planejamento deficiente e falta de manutenção. Assombra a constatação de que a estrutura criada para proteger Porto Alegre colapsou e, ao fim, colaborou com a inundação. A situação ontem se agravou também pelas falências do início do mês.

Reportagem publicada nesta semana em Zero Hora revelou que, em 2018 e no final de novembro do ano passado, engenheiros do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae) avisaram a prefeitura sobre problemas em casas de bombas. Alertaram acerca de fragilidades que poderiam causar alagamentos no Centro da Capital. Nenhuma

providência foi tomada e o resultado é conhecido. Também espanta a inércia da administração de Sebastião Melo quanto aos vazamentos nas comportas do Muro da Mauá, após mostrarem que não estavam devidamente vedadas na enchente de novembro do ano passado.

O país passará por eleições municipais neste ano. Em muitas cidades haverá mudança no comando dos Executivos. Não é possível, entretanto, aguardar o resultado do pleito para providências robustas comecem a ser endereçadas. Desde já exige-se a elaboração de projetos consistentes e imunes à troca de gestores. Da mesma forma, precisa ser fortalecida no Rio Grande do

Assombra a constatação de que a estrutura criada para proteger Porto Alegre colapsou e, ao fim, colaborou com a inundação

Sul a rede de monitoramento de níveis e vazões dos rios com informações enviadas em tempo real para evitar novas surpresas, como os alagamentos na Região Metropolitana, onde chega a água de várias bacias hidrográficas.

Urge ainda rever e reforçar o sistema de diques pensado para proteger cidades como Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo e Novo Hamburgo, assim como estudos para melhor resguardar Eldorado do Sul de inundações do Jacuí e do Guaíba e para o deslocamento de áreas urbanas em municípios do Vale do Taquari. Obras de drenagem urbana, combinadas a outras estratégias, como a adoção de conceitos de cidades-esponja, com aumento da permeabilidade do solo, também são necessárias.

Trata-se de iniciativas de alto investimento. Será preciso buscar recursos e financiamentos federais e de instituições de fomento nacionais e estrangeiras que tenham linhas voltadas para custear projetos de resiliência climática. Será oneroso, mas restou evidente, como mostram todas as projeções sobre perdas materiais causadas pelas enchentes das últimas semanas no Estado, algumas na casa de R\$ 100 bilhões: se omitir é muito mais caro.

ARTIGO

AURO RUSCHEL
Advogado tributarista

AS ENCHENTES
E OS IMPOSTOS

As enchentes no Rio Grande do Sul expõem, mais uma vez, as fragilidades e as injustiças da organização do Estado brasileiro.

Nos acostumamos a assistir à procissão de prefeitos a Brasília para pedir verbas que seriam mais bem geridas se ficassem perto de onde são arrecadadas. Nos momentos de crise, essas peregrinações significam demora, gastos e ineficiência.

Para piorar, a recente reforma tributária em vez de corrigir o problema o aprofundou, concentrando ainda mais recursos – e poder – na capital federal.

A distorção começa na base do sistema. Hipoteticamente, se o total dos tributos arrecadados é cem, 60 vão para o governo federal, 30 para o governo estadual e apenas 10 para os municípios, onde estão as maiores pressões e os caminhos mais curtos entre a demanda e as suas soluções.

Para pagar as suas contas, as cidades dependem de repasses, de convênios e de súblicas. Mudar essa realidade é bem mais do que uma bandeira ideológica: é bom senso econômico. Se o que está em jogo é o bem comum, não faz sentido empurrar o dinheiro para uma viagem de mais de 2 mil quilômetros entre Rio Grande do Sul e Brasília para depois trazê-lo de volta, com todas as perdas que um trajeto longo e sinuoso impõe.

Com mais autonomia e com verbas mais próximas aos problemas e às soluções, os prefeitos já poderiam estar ajudando pessoas e empresas a se reerguerem com rapidez e eficiência.

Cabe destacar, por dever de justiça, que as decisões de prorrogar o pagamento de impostos e os prazos de processos tributários envolvendo contribuintes gaúchos foram acertadas. Quando o torniquete que estrangula os orçamentos das famílias e das empresas é aliviado, ganhamos todos.

Os gaúchos e o Rio Grande do Sul irão superar este momento de crise. Desejo que, quando estivermos todos a salvo novamente, possamos aprender as duras lições que as enchentes tentam nos ensinar.

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

RECUPERAR O AEROPORTO

A recuperação do aeroporto Salgado Filho está entre as principais premissas para o retorno pleno da atividade econômica no Rio Grande do Sul. Com a pista e o terminal tomados pela água que invadiu a zona norte da Capital, permanece incerto o prazo para a volta das operações. Vai depender da extensão dos estragos, uma avaliação ainda pendente.

A mais recente informação é a de que a Agência Nacional de Aviação (Anac) comunicou ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) da Aeronáutica que os voos estão suspensos ao menos até 7 de agosto. Mas existem diferentes projeções. Tanto de que poderia ser um retorno rápido, assim que o alagamento deixar de existir, quanto de que poderia ser mais demorado e incerto, em caso de danos estruturais na pista.

É preciso contar com que o poder público e a concessionária Fraport farão todos os esforços sob suas respectivas responsabilidades para abreviar o período de inatividade. Considerando-se as expectativas atuais, seria plausível traçar um cenário em que empresas e negócios afetados pela enchente já estariam em condições de voltar ao patamar de atividade anterior à enchente, enquanto o Salgado Filho permaneceria sem pousos e decolagens. Isso agravaria os prejuízos de segmentos de significativo peso na economia, como turismo de lazer, viagens corporativas, eventos e cultura, entre outros serviços. Ademais, o aeroporto não movimentaria apenas passageiros, mas também cargas. São mercadorias que chegam a Porto Alegre de outras partes do país e do Exterior, assim como também são embarcadas. Em regra, são itens de maior valor agregado e, sem a opção aérea, os custos logísticos são maiores.

Até ser forçado a parar as operações, o Salgado Filho recebia, em média, 165 voos comerciais por dia, de acordo com a Fraport, citada em reportagens. Conforme o ministro

de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, com o uso de outros terminais no Interior, seria possível ter emergencialmente no Estado, a partir desta segunda-feira, 134 voos semanais – provavelmente também em aeronaves com menor capacidade. Assim, em uma semana os gaúchos seriam atendidos por uma oferta aérea inferior ao movimento diário no Salgado Filho. Apenas esse dado comprova a importância de uma recuperação breve do aeroporto da Capital, onde em março circularam mais de 580 mil usuários, entre chegadas e partidas.

Como não há certeza de quando o Salgado Filho poderá reabrir, espera-se que as demais opções sejam dotadas de melhor

É preciso contar com que o poder público e a concessionária Fraport farão todos os esforços para abreviar o período de inatividade

estrutura para compensar parte da malha perdida. Não apenas a Base Aérea de Canoas, mas os aeroportos do Interior, concedidos ou administrados pelo poder público, já bastante utilizados para ajuda humanitária. São os casos dos terminais de cidades como Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo e Pelotas, entre outros. Qualificar as estruturas es-

plausível traçar um cenário em que empresas e negócios afetados pela enchente já estariam em condições de voltar ao patamar de atividade anterior à enchente, enquanto o Salgado Filho permaneceria sem pousos e decolagens. Isso agravaria os prejuízos de segmentos de significativo peso na economia, como turismo de lazer, viagens corporativas, eventos e cultura, entre outros serviços. Ademais, o aeroporto não movimentaria apenas passageiros, mas também cargas. São mercadorias que chegam a Porto Alegre de outras partes do país e do Exterior, assim como também são embarcadas. Em regra, são itens de maior valor agregado e, sem a opção aérea, os custos logísticos são maiores.

plalhadas pelo Estado também significará, no futuro, um trunfo para a aviação regional, com melhores condições de interiorização da malha. Por linhas tortas, trata-se de uma oportunidade, portanto. Em relação ao Salgado Filho, outra consequência inevitável será a rediscussão entre o governo federal e a Fraport dos termos da concessão, para buscar o reequilíbrio econômico-financeiro do negócio. É algo previsto em contratos do gênero. Entre as opções está o aumento do tempo de exploração do terminal. Aguarda-se uma negociação que flua sem necessidade de judicialização e com o menor impacto possível para os usuários. Antes, porém, toda a energia deve ser canalizada para remover a água que toma o Salgado Filho e, em seguida, avaliar danos e tomar as providências para torná-lo outra vez operacional.

CONSELHO EDITORIAL

JOSÉ GALLÓ
Empresário e membro do
Conselho Editorial da RBS



OS RECADOS DA TRAGÉDIA

As últimas três semanas comprovaram um fato: não estamos preparados para tragédias. Estamos assistindo a fenômenos que não existiam há alguns anos. Dizer que isso surpreende é inadequado, porque todos os especialistas, incluindo os meteorologistas, alertam ser este o nosso novo normal. A realidade mudou – e precisamos nos preparar para isso.

Os danos à infraestrutura são gigantescos. Em rodovias, aeroporto, trensurb, portos, pontes, viadutos, a lista não tem fim. A falta de investimentos, inclusive em manutenção, nessas obras fundamentais para a mobilidade e a logística do Estado é evidente. E são bilhões de reais. Os técnicos enumeraram os problemas: estradas sem escoamento de água, plantio inadequado ou inexistente de vegetação às margens, lavouras muito perto dessas estruturas, tubulação de porte insuficiente, pontes obsoletas, prédios construídos em barrancos... Sem falar em captação de água em locais inadequados, casas de bombas inoperantes justamente quando mais se precisa delas ou diques e comportas que não seguram a água. Estamos vivendo no passado. Temos décadas à frente para chegar a uma cultura de investimento e prevenção como a existente no Japão, por exemplo, em que, após repetidas tragédias, prédios que resistem a terremotos foram erguidos. A Holanda tem 60% do seu território abaixo do nível do mar e evita inundações.

Nas nossas cidades, os canos de escoamento estão preparados para uma realidade urbana de 20, 30 anos atrás. Obras cobrem, sem maiores planejamentos, áreas enormes com concreto, asfalto ou outros materiais impermeáveis, fazendo com que a água da chuva escorra para as vias – e ali flui, porque não há tubulação ou bombas adequadas para baixá-la.

Vivenciamos a maior tragédia climática de todos os tempos. Enormes áreas urbanas ficaram às escuras por muitos e muitos dias, pelo alagamento. Imagine se o vento também tivesse ocorrido.

Estamos obsoletos em relação ao novo normal. Os desafios do clima nos deixam sem água, sem luz, sem internet, sem comunicação, sem ruas, sem estradas, sem hospitais, sem escolas, sem segurança, em alguns lugares sem comida sequer.

Não sou especialista, sou apenas um observador e sei que o que vou falar vai ser um pouco duro: os efeitos climáticos que estamos sofrendo são causados em 50% por fenômenos como El Niño ou La Niña. Mas os outros 50% são mudanças no clima que vão piorar, porque os polos estão derretendo, a temperatura dos oceanos está mudando e nossas florestas seguem sendo desmatadas. Vivemos um momento que não requer explicações futuras. Exige ações agora.

O papel do jornalismo neste contexto é fundamental: cabe à imprensa conscientizar a população para que exija uma solução dos problemas da obsolescência em nossa infraestrutura, da inexistência de prevenção de tragédias e de encaminhamento de todos os aprendizados que tragédias anteriores deixaram.



contatoconselhoeditorial@gruporbs.com.br

Grupo RBS

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araújo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

QUEREMOS UNIÃO, RECONSTRUÇÃO E GOVERNANÇA EFICAZ

São muitos, diversificados e bem-vindos os planos para reconstrução do Rio Grande do Sul, atingido pela maior catástrofe climática já registrada no país. Governo federal, governo estadual, empresários, trabalhadores, universidades, Forças Armadas, organizações policiais e Defesa Civil, autoridades e servidores de todos os níveis da administração pública, voluntários e cidadãos em geral, gaúchos, demais brasileiros e instituições nacionais e internacionais – todos esses entes públicos e privados demonstram elogiável disposição para abrigar as vítimas do desastre e para reconstruir as cidades destruídas, a infraestrutura e a economia do Estado. Com tal propósito, diversas iniciativas já foram anunciadas, algumas começam a ser implementadas e há outras em planejamento, todas, inquestionavelmente, motivadas pelas boas intenções e pela convicção de que somente um Estado revigorado e produtivo poderá aliviar o sofrimento da parcela mais vulnerável da população e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para toda a sociedade. Porém, para que tais ações de reconstrução e soluções climáticas de longo prazo atinjam efetivamente os resultados desejados, torna-se necessária e urgente a constituição de uma coordenação geral para todos esses movimentos, por meio de uma governança representativa da sociedade, transparente, eficaz e desvinculada de interesses políticos. O Plano Rio Grande – programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul –, aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado na última sexta-feira pelo

Somente um Estado revigorado e produtivo poderá aliviar o sofrimento da parcela mais vulnerável da população e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para toda a sociedade

governador Eduardo Leite, em ato compartilhado com o ministro Paulo Pimenta, pode ser um exemplo para as demais iniciativas. Por enquanto, é a ação oficial mais visível, resultante de um raro momento em que as divergências políticas ficaram em segundo plano. Será sustentado por recursos provenientes da suspensão temporária do pagamento da dívida do Estado com a União e de outras fontes bem identificadas, entre as quais as emendas parlamentares e os recursos oriundos do Programa de Reforma do Estado.

Com ele foi criado um fundo gestor para a aplicação desses recursos destinados a reconstrução de moradias, apoio à iniciativa privada, restauração da infraestrutura e auxílio aos municípios, com o acompanhamento de um conselho consultivo e fiscalizador formado por integrantes do governo e da sociedade civil. O plano de reconstrução do Estado, porém, não se resume – nem pode se resumir – a essa eventual trégua política transformada em lei, que na verdade é apenas uma obrigação do setor público. Centenas de outras iniciativas, públicas e privadas, individuais e coletivas, estão sendo implementadas em praticamente todos os municípios atingidos pelas cheias, até mesmo devido às necessidades de cada área afetada. Obviamente, todas são meritórias e merecem acolhimento por parte da população. Entretanto, para que não se tornem dispersivas nem se desviem de suas finalidades, precisam ser mapeadas, adequadas às demandas de cada região e coordenadas com autoridade e competência por uma governança múltipla, representativa e reconhecida.

ARTIGO

ANTONIO VINÍCIUS

AMARO DA SILVEIRA

Desembargador e presidente do Conselho de Inovação e Tecnologia e do Conselho de Comunicação Social do TJRS



TJRS NA VANGUARDA TECNOLÓGICA

Duas são as certezas neste momento que marca implacavelmente a história do Rio Grande do Sul: não há um gaúcho ou uma gaúcha sequer incólume ao sofrimento e, ainda, é em situações graves que as instituições devem demonstrar uma urgente capacidade de reação. Assim está sendo no Poder Judiciário que, mesmo com diversos de seus prédios invadidos pelas enchentes, não parou nem por um minuto a prestação de serviço, priorizando as situações de urgência. E mais, sairá fortalecido, mais tecnológico e, certamente, muito mais humano.

A fim de manter em funcionamento o sistema eproc, pelo qual tramitam mais de 5 milhões de processos ativos, foi realizado um esforço hercúleo. Para escapar do alagamento dos prédios na área central de Porto Alegre, foi necessário realocar parte do data center e mantê-lo em operação por meio de geradores a óleo diesel, transportados por pequenas embarcações, já que o fornecimento de energia elétrica esteve inviabilizado por muitos dias.

Diante do risco iminente de inviabilização do sistema e para evitar qualquer possibilidade de perda de dados, a administração do Tribunal de Justiça foi arrojada ao tomar a decisão de migrar sua principal plataforma jurisdicional para a nuvem, um data center com capacidade ilimitada e muito mais seguro. Inicialmente planejada para ser executada em seis meses, a iniciativa foi acelerada para responder à demanda por estabilidade do sistema em uma crise climática sem precedentes e que, de fato, já persiste por quase um mês. Em uma verdadeira força-tarefa, foi realizada a transferência de mais de 10 milhões de processos para a nuvem, entre ativos e inativos, o que equivale a 200 terabytes de dados, garantindo a continuidade dos serviços judiciais.

Com a migração de sistemas, o Judiciário gaúcho não está apenas trocando seus dados de lugar, mas dando um salto histórico e gigantesco. Qualifica sua infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, incluindo performance, escalabilidade, custo, segurança e inovação, com o uso das melhores práticas e ferramentas tecnológicas disponíveis no mundo, para aprimorar a experiência dos usuários. Uma Justiça mais ágil, transparente e acessível.

Neste processo arrojado, ficou evidente a relevância do uso da tecnologia. Entretanto, seguem sendo a mente humana que toma as decisões e a mão humana que faz acontecer.

Com a migração de sistemas, o Judiciário gaúcho não está apenas trocando seus dados de lugar, mas dando um salto histórico e gigantesco

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynard
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

A RECOMPOSIÇÃO DAS ESTRADAS

Ontem, quase um mês após o início da chuva causadora da maior tragédia climática do Rio Grande do Sul, a malha rodoviária gaúcha tinha 36 pontos com bloqueios totais ou parciais em estradas federais. Nas vias estaduais, eram 66 locais sem passagem ou com o trânsito restrito.

Apenas na BR-116, uma das mais importantes a cortar o território gaúcho, eram 11 trechos, sendo nove completamente obstruídos. Na RS-287, principal ligação entre a Grande Porto Alegre e a região central do Estado, quatro partes restavam totalmente interrompidas, como mostrou reportagem de Anderson Aires publicada na superedição de fim de semana de Zero Hora. Um estudo com participação de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) estima que ao menos 2,7 mil quilômetros de estradas foram afetados pela enchente.

São números que ilustram a dificuldade encontrada até aqui para recompor vias e pontes e retomar a circulação, a despeito do trabalho diuturno das autarquias do Estado e do governo federal, concessionárias, Forças Armadas e voluntários, engajados no esforço de reconstrução. O estrago causado pela força das águas foi inédito. A grande dependência do Rio Grande do Sul das rodovias, responsáveis por cerca de 90% da matriz de transporte local, amplia a relevância de buscar meios para acelerar a recuperação das vias danificadas.

Além da circulação de pessoas, a economia gaúcha é fortemente vinculada às rodovias. É pelas estradas que chegam os insumos e são despachados os produtos manufaturados. Se o fluxo é cortado, disseminam-se prejuízos em todos os setores: indústria, agropecuária, serviços e

comércio. A maior dificuldade para acessar outras regiões do país é um gargalo sufocante a minar a competitividade do Rio Grande do Sul.

Os bloqueios na RS-287 são um exemplo do quanto a perda de acessos é prejudicial, por cortar a ligação de regiões como a Metropolitana, os vales do Taquari e do Rio Pardo e o centro do Estado, um dos mais importantes eixos econômicos do Rio Grande do Sul e com grande número de municípios afetados. Uma viagem entre Porto Alegre e Santa Maria, por exemplo, tem de ser feita pela BR-290. Leva mais tempo e põe pressão extra em uma rodovia já saturada. Concessionária da RS-287, a Rota de Santa Maria afirma que trabalha para liberar a via totalmente em junho, mas por meio de desvios provisórios.

Órgãos e empresas envolvidos na recuperação das estradas têm à frente o desafio de restabelecer a malha gaúcha com a maior celeridade exequível. É um trabalho complexo também pela

grande quantidade de pontos que precisa receber atenção. Mas o processo de normalização da economia gaúcha, com o menor impacto possível nos negócios, nos empregos e na renda, depende dessa agilidade. Espera-se que, conforme foi prometido por autoridades, o repasse de recursos ocorra sem travas e a burocracia possa ser afastada ao menos momentaneamente, devido à gravidade da situação. Não se deve perder de vista, no entanto, o futuro. A infraestrutura do Rio Grande do Sul, como estradas e pontes, terá de ser repensada, em especial nos pontos mais suscetíveis, para resistir às novas enxurradas e inundações que inapelavelmente virão.

A grande dependência do RS das rodovias amplia a relevância de buscar meios para acelerar a recuperação das vias danificadas

ARTIGO

JORGE AUDY

Superintendente de Inovação e Desenvolvimento da PUCRS e do Tecnopuc



A INOVAÇÃO GAÚCHA FRENTE AO SEU MAIOR DESAFIO

Nos últimos anos, tem se tornado cada vez mais claro que a inovação não faz sentido se não transformar para melhor a vida das pessoas. Por esse motivo, a inovação vem crescentemente atuando em questões relacionadas ao impacto socioambiental. O desafio dos ecossistemas de inovação e das startups neste momento de emergência climática está relacionado com a capacidade de nos mantermos relevantes para as pessoas e para a sociedade.

Hoje, vemos a força de milhares de voluntários e voluntárias que se doam para ajudar os outros, pessoas que nem conhecem, mas com as quais compartilham o mesmo sentimento de pertencimento a uma comunidade aflita por seguir em frente. A área de inovação tem o dever de direcionar os seus melhores esforços para auxiliar nas soluções requeridas neste momento, e também para se preparar minimamente para as próximas crises ambientais.

O ecossistema de inovação está se movimentando de forma colaborativa para encontrar soluções possíveis. Instituições como a Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação (Reginp) – incluindo os parques científicos e tecnológicos e incubadoras –, a Anprotec, a Agência Gaúcha de Startups (AGS), o Sebrae RS, a Assespro RS e a Sucesu RS estão articulando diversas ações voluntárias, envolvendo centenas de startups.

Ações que se iniciaram no âmbito local logo ganharam repercussão nacional e internacional. Entre elas, o GovtTech Lab, com o objetivo de aproximar as startups dos órgãos públicos, disponibilizou um marketplace com mais de 200 soluções de diversos países. A Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia do RS está realizando um trabalho de identificação de alternativas para os diferentes desafios no enfrentamento desta emergência climática e para a retomada das atividades.

A colaboração, que caracteriza nosso ecossistema, é o melhor exemplo que podemos dar neste momento, quando a solidariedade e a preocupação com o bem comum nos unem. E este é nosso desafio: sairmos juntos e mais fortes, confiantes na construção de um futuro melhor para nossa gente. Para o nosso tempo.

artigozh@zerohora.com.br

O ecossistema de inovação está se movimentando de forma colaborativa para encontrar soluções possíveis

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Journalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

OPINIÃO DA RBS

AGIR LOCAL

Em participação ontem no *Atualidade*, da Rádio Gaúcha, o climatologista brasileiro Carlos Nobre, referência internacional em estudos sobre aquecimento global, reforçou o alerta sobre as consequências sombrias para a humanidade causadas pelas mudanças climáticas. Os efeitos de um planeta febril não são uma conjectura sobre como será o futuro. Seus reflexos estão presentes neste momento, na forma de uma devastação sem precedentes no Rio Grande do Sul, provavelmente a tragédia climática mais destruidora da história do país. Os principais trechos da entrevista estão na página 13 desta edição de Zero Hora.

A ameaça já palpável do aquecimento global, lembrou Nobre, reside em eventos extremos com maior frequência e potencialmente cada vez mais violentos. Grosso modo, é como se as chuvaradas que atingiram o Estado na virada de abril para maio não fossem acontecimentos raros registrados a cada século, mas sim a cada década. Não se deve esquecer ainda que, sob um El Niño potente, os gaúchos, no intervalo de um ano, passaram por quatro episódios de chuvas torrenciais e duradouras que arrasaram cidades e deixaram um saldo funesto de quase 250 vítimas fatais.

Diante da comunidade global, está o desafio de diminuir as emissões de gases causadores do efeito estufa para frear a tendência de aquecimento do planeta até patamares que tornariam a Terra um ambiente bastante hostil. As perspectivas atuais, no entanto, não são animadoras. Cresce o ceticismo quanto à capacidade das lideranças mundiais chegarem a um consenso capaz de manter o aumento da temperatura abaixo de 2°C em relação ao período pré-industrial, como prevê o Acordo de Paris, firmado em 2015. Assim, resta às regiões atingidas,

como o Rio Grande do Sul, aprender as lições e colocar em prática medidas que aumentem a resistência aos eventos extremos e mitiguem seus efeitos. Vencer o imobilismo e agir localmente salva vidas e evita perdas materiais.

Doutor em meteorologia pelo afamado Massachusetts Institute of Technology (MIT), um dos principais centros produtores de ciência e tecnologia do mundo, Nobre cita ações com diferentes graus de custos e de complexidade para diminuir estragos causados por episódios do gênero. Entre elas, recompor a mata ciliar nas principais bacias hidrográficas e proteger florestas em áreas de encostas como forma de abrandar enchentes e a força de enxurradas. São medidas

Resta às regiões atingidas, como o RS, aprender as lições e colocar em prática medidas que aumentem a resistência aos eventos extremos

que, por combaterem a erosão do solo, também colaboram para reduzir o assoreamento dos rios, outro fator que influencia as cheias.

Conscientização e cumprimento da legislação vigente, como o Código Florestal, já seriam suficientes para avançar bastante neste aspecto. São iniciativas que também poderiam amenizar estiagens, outro fenômeno

recorrente no Rio Grande do Sul que pode voltar nos próximos meses com o retorno do La Niña.

Ainda em relação ao excesso de chuvas, há ações listadas por Nobre que exigirão investimentos bilionários, como em infraestrutura preparada para resistir à força da correnteza, transferência de áreas povoadas de zonas de risco e preparação urbana para melhor armazenar e absorver o excesso de água advindo de enchentes, com o emprego de conceitos das cidades-esponja. O custo, sem dúvida, é alto. A outra opção é pagar para ver. Ocorre que o Rio Grande do Sul, da pior forma possível, é a prova de que negar os sinais das mudanças climáticas é o caminho para a tragédia.

ARTIGO

KLAUS RIFFEL
Fundador e CEO da DOC9



UNIDOS, SEM RÓTULOS, PARA SALVAR O RIO GRANDE

Quando criamos uma plataforma de apoio aos abrigos no Estado, inspirados pelo relato de um sócio sobre o caos no fluxo de doações, jamais pensávamos em alcançar milhões de acessos, quase 800 abrigos cadastrados e mais de 4 mil toneladas de doações escoadas. Um verdadeiro show de solidariedade. Porém, as doações estão diminuindo e as necessidades básicas começam a não ser atendidas. Comida, roupas e outros itens essenciais estão cada vez mais escassos em alguns abrigos. Identificamos dois grandes problemas: a diminuição do voluntariado e a falta de entendimento entre os entes públicos. Sobre o primeiro ponto, é natural que, em momentos de catástrofe, muitas pessoas abdicuem de suas rotinas para ajudar, especialmente porque suas próprias atividades foram afetadas. Com o passar dos dias, é inevitável que precisemos voltar aos nossos afazeres.

Com a queda da força voluntária, evidencia-se o problema principal: a incapacidade de agentes públicos de dialogar. Visitei gabinetes de guerra, secretarias e líderes de cada esfera administrativa, e o resultado foi o mesmo: estratégias voltadas para seus próprios interesses, sem levar em consideração o que os demais estão fazendo. Um exemplo claro é a logística de distribuição de doações. Governos federal, estadual e municipal têm seus próprios agentes e centros de distribuição. Um desperdício de tempo e dinheiro, considerando que, se todos usassem os mesmos dados, canais e estratégias, teríamos um plano de contingência mais eficaz e econômico. Após exaustivas tentativas, resolvemos seguir nosso próprio caminho com a iniciativa privada para que a ineficiência pública não afetasse nossa celeridade. Retomamos a velocidade de implementação do projeto e já estamos arrecadando fundos para a contratação de pessoas com maior disponibilidade. A ideia é formar uma equipe remunerada para tratar da demanda dos abrigos e da reconstrução de cidades por todo o Estado. Em um momento tão complexo, ideais políticos e diferenças partidárias não deveriam se sobrepor às necessidades humanitárias de um povo castigado por sua maior catástrofe. Seguiremos firmes, contando com o apoio civil daqueles que, ao se jogarem em águas sujas, abrigos escuros e verdadeiros lixões a céu aberto, não perguntaram qual era a visão política das pessoas resgatadas ou de seus parceiros de ajuda. Juntos, unidos pela mesma causa, vamos conectando o Rio Grande à esperança.

Com a queda natural da força voluntária, evidencia-se o problema principal: a incapacidade de agentes e órgãos públicos de dialogar

artigozh@zerohora.com.br

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

APOIO TEM DE
CHEGAR À PONTA

Com alguma demora, um mês após o início das chuvas que causaram a mais destruidora enchente já vista no Estado, o governo federal anunciou ontem um pacote de R\$ 15 bilhões em financiamentos para apoiar o reerguimento de empresas gaúchas atingidas. O anúncio inclui companhias de maior porte, o que faltou após a enxurrada de setembro do ano passado no Vale do Taquari.

As condições das operações, conforme exigia a gravidade da situação, são especiais. O elemento que melhor ilustra essa excepcionalidade é o juro de 1% ao ano para duas linhas que contemplam a compra de máquinas e equipamentos, obras e projetos de investimentos. Mesmo o crédito emergencial para capital de giro, fôlego indispensável neste momento, terá o juro de 4% ao ano, muito próximo da inflação projetada para 2024. Mais detalhes podem ser conferidos na página 7 desta edição.

No Brasil, todavia, costuma existir um hiato entre medidas governamentais anunciadas com estardalhaço e o que chega de fato à ponta. A prioridade, a partir de agora, é se certificar de que os empreendedores poderão acessar os recursos com a menor burocracia possível e sem as exigências convencionais. A promessa de agilidade e simplificação de processos por parte do governo federal foi reiterada ontem. Será preciso permanecer atento e cobrar caso surjam obstáculos até justificáveis em épocas de normalidade, mas não neste momento.

O amparo para o Rio Grande do Sul se reconstruir economicamente depende de ações sincronizadas em diversas frentes. A situação das empresas é distinta. Há companhias que foram afetadas pelas enchentes e aguardam ajuda financeira

para voltar a operar. Outras, em importantes áreas da Região Metropolitana, sequer têm noção do prejuízo por ainda estarem com as instalações alagadas. Existe ainda o grupo que, mesmo sofrendo alguma perda, está apto a continuar a produzir e transacionar, mas tem a situação prejudicada pela logística. A dificuldade para receber insumos e despachar mercadorias, inclusive para fora do Estado, é um empecilho a mais. Assim, a atenção à recuperação das estradas também é basililar. Disso depende a sobrevivência de negócios e a manutenção de empregos.

O Rio Grande do Sul, além do fato em si de ser o quarto maior PIB do país, tem uma economia integrada com os demais Estados. Presta e recebe serviços, compra e vende para outras regiões. Um dos inúmeros exemplos está na indústria automobilística. A montadora Volkswagen teve de paralisar três unidades em São Paulo que recebiam peças fabricadas no Rio Grande do Sul. A catástrofe climática gaúcha também afetou as projeções nacionais de PIB e de inflação.

Dar suporte ao Estado em meio a uma tragédia sem precedentes, portanto, significa mais do que socorrer apenas os cidadãos, agricultores e empresários urbanos rio-grandenses. Trata-se de uma medida necessária para evitar solavancos na economia nacional.

Prefeituras e o Palácio Piratini têm suas atribuições e responsabilidades nos esforços para recolocar o Rio Grande do Sul de pé. Mas é o governo federal o ente público dono da maior capacidade orçamentária e de meios para criar instrumentos que possam contribuir para o Estado se levantar. É por esse motivo que as maiores expectativas e cobranças recaem sobre Brasília.

A prioridade é se certificar de que os empreendedores poderão acessar os recursos com a menor burocracia possível

ARTIGO

PAULO PIMENTA
Ministro da Secretaria Extraordinária de
Ajuda à Reconstrução do RS

JUNTOS PELO
RIO GRANDE

No último sábado, a Secretaria Extraordinária de Ajuda à Reconstrução do Rio Grande do Sul foi formalizada através de decreto presidencial. Nossa missão é coordenar as ações que o governo federal está desenvolvendo em resposta ao momento agudo do desastre climático que estamos vivenciando. Também estamos orientados a articular essas ações com as que são desenvolvidas pelo governo do Estado e pelas prefeituras de cidades afetadas.

O desafio é garantir que as medidas governamentais sejam efetivas e alcancem e ajudem as pessoas, as empresas e as próprias instituições do Estado. Estamos aqui para fazer com que as políticas públicas sejam implementadas com a emergência que a situação exige.

O governo federal, por orientação do presidente Lula, trata com prioridade o desastre gaúcho. O presidente já visitou o Rio Grande do Sul por três vezes, com anúncios diversos de apoio e ajuda, inclusive o da suspensão do pagamento da dívida pública do RS por três anos, com a anistia dos juros que seriam pagos neste período, gerando uma receita extraordinária de R\$ 23 bi para o governo do Estado enfrentar a situação no curto e médio prazo. Ampliou, também, em regime extraordinário, os repasses em áreas como saúde, educação, segurança e assistência social.

E vamos fazer mais. Ainda esta semana, começará a transferência de R\$ 5,1 mil para cada família atingida com o objetivo de auxiliar o primeiro passo na reconstrução de seus meios de vida. Serão mais de R\$ 1,5 bi disponibilizados para este programa. Além disso, vamos cumprir a determinação do presidente Lula de garantir novas habitações para quem perdeu tudo. Ninguém ficará para trás. Em outra linha, estamos reorganizando políticas públicas de incentivos diretos e benefícios fiscais para toda a cadeia econômica do Estado, seja ela de pequeno, médio ou grande porte. Crédito não faltará, e estamos empenhados para que nossa estrutura econômica, tanto industrial quanto agropecuária e de serviços, saia ainda mais forte deste momento de crise. Neste campo, é fundamental que possamos manter os empregos, e para isso o governo federal também está formulando políticas de auxílio emergencial aos empregadores.

Não temos como citar tudo o que está sendo feito nos limites deste artigo. Estamos, como se diz, no "meio do furacão". O fundamental é que todos nós – sejam governos, seja sociedade civil – ajamos com sensibilidade, empenho e cooperação. Vamos superar esta tragédia, juntos e com amor à nossa terra.

artigozh@zerohora.com.br

Estamos aqui para fazer com que as políticas públicas sejam implementadas com a emergência que a situação exige

Grupo **RBS**

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Journalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH
Zerohora

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

OPINIÃO DA RBS

IMPORTAÇÃO ATABALHOADA

Mostra-se bastante atabalhoada a operação montada pelo governo federal para importar até 1 milhão de toneladas de arroz. A justificativa seria garantir o abastecimento doméstico e evitar uma alta especulativa de cotações em função de tragédia climática no Rio Grande do Sul, responsável por 70% da produção nacional. O próprio ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, defendeu a iniciativa alegando uma elevação de preços “de 30% a 40% em um mês”, o que classificou de “inconcebível”. De fato, seria.

É verdade que, logo após o início das enchentes, o mercado foi tomado por rumores. Mas os números de inflação ao consumidor mais recentes contam uma história diferente. Conforme o IPCA-15 de maio, divulgado na terça-feira, o preço do arroz no país recuou 1,25% ante o mês anterior. Isso não significa que está barato para os brasileiros. Pelo contrário. Tanto que, em 12 meses, a alta é de 25,9%, por fatores domésticos e internacionais de oferta e demanda anteriores. Inexiste qualquer relação com as cheias recentes, portanto.

No último dia 20, o governo federal teve de suspender um leilão para importar arroz do Mercosul. Fornecedores dos países vizinhos elevaram de forma abrupta as cotações pelo movimento de compra há pouco inesperado pelo mercado. A operação acabou abortada pela especulação, algo que o governo afirmava tentar combater. Agora, a intenção é adquirir de nações produtoras de fora do bloco, após a decisão de zerar as tarifas que existem para as importações de fora do Mercosul. O primeiro leilão, para 300 mil toneladas, está previsto para o dia 6 de junho.

Causa ainda espécie saber da intenção do governo de colocar o grão à venda

no varejo em pacotes rotulados com o dizer “Arroz adquirido pelo governo federal”. Também teriam a logomarca da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). São bastante plausíveis as conclusões a apontar que, ao fim, se aproveitaria uma oportunidade para fazer propaganda governamental com o objetivo de alavancar a popularidade da gestão Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa hipótese de viés populista é reforçada pela decisão de comercializar o produto a R\$ 4 o quilo para os consumidores. O governo diz que seria cerca de 20% abaixo da média de preços encontrados nos supermercados. Mas quem vai às compras constata que o desconto oficial parece bem maior. Ademais, é um tabelamento que, mostra o passado, pode trazer um alívio fugaz ao consumidor, mas em seguida piora o problema que tentaria resolver.

Pode até existir uma preocupação genuína com o preço de um componente básico da dieta dos brasileiros. Mas o risco é criar um desequilíbrio no mercado que desestimele os produtores de arroz para a próxima safra. Um dos principais componentes da alta observada nos preços no ano passado é a queda da área de plantio no Estado ao longo dos anos pela falta de rentabilidade da cultura, além da postura de outros países, como a Índia, de reter exportações. Se existiu, agora, uma elevação especulativa nos supermercados espalhados pelo país, foi pontual, alimentada por fake news e incertezas logísticas. Caso o governo pretenda colocar de forma duradoura um arroz mais em conta no prato dos brasileiros, o mais ajuizado é não desestimular a produção nacional, em especial a gaúcha.

O risco é criar um desequilíbrio no mercado que desestimele os produtores de arroz para a próxima safra

ARTIGO

GABRIELA FERREIRA
Consultora em inovação
e professora da PUCRS
gabi.cardoferreira@gmail.com



É HORA DE IR ALÉM

Parafraseando o poeta, eu poderia escrever as coisas mais tristes nesta coluna. Seria legítimo e, pior do que isso, seria verdadeiro.

Poderia falar sobre como existem pesquisas, alertas e previsões para o que está acontecendo no Rio Grande do Sul. E citar nomes e organizações. Como a ONU e sua Agenda 2030, que instituiu, há quase 10 anos, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para tentar frear a crise climática global. Ou os pesquisadores do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, a melhor universidade pública do Brasil – que temos a sorte de ter “em casa” –, que alertaram como seriam as inundações em Porto Alegre antes de elas acontecerem.

Eu poderia dizer que, apesar do teor sinistro dos estudos, existem cientistas indicando como e por que é possível acreditar, se não na reversão das ameaças, pelo menos na redução dos danos futuros. Eu poderia apelar para que o Estado considere o terceiro mais inovador do país foque em inovações que garantam o efetivo desenvolvimento, do qual temos urgência: o sustentável – social e ambientalmente falando. Porque, sem isso, não aproveitaremos outras inovações. Eu poderia tentar mostrar que precisamos de índices adequados de inovação, que foquem nos resultados e nas soluções efetivamente criadas. Porque de potencial e estrutura, e mesmo de conhecimento acumulado, não vive um planeta que precisa de regeneração.

Eu poderia falar sobre responsabilidades e o quanto a falta delas é catastrófica. Eu poderia, também, falar sobre amadorismo, falta de letramento climático e negacionismo. E de quanto essas três coisas, que são problemas diferentes, podem levar às mesmas tristes consequências. Eu poderia mostrar os números dessas consequências e os nomes da tragédia que, mais do que números, são rostos que não queremos conhecer.

Mas eu vou optar por fazer algo diferente, porque de leveza estamos todos precisados. Não vou propor buscar culpados. Não porque eles não existam, que fique claro, mas é o nosso tempo que é curto mesmo.

Embora a crise climática tenha impactos muito diversos para diferentes grupos de pessoas, no limite nem os que querem se mudar para Marte estão isentos dela – essa fuga já seria uma consequência. Então eu escolho propor uma reflexão. Levante-se, vá até o espelho e responda para você mesmo: entre o mínimo, o suficiente e o necessário, o que você está fazendo? Comece de onde você está, use a capacidade que você tem e faça o que for possível. Mas venha conosco, não podemos abrir mão de ninguém.

Só de potencial e conhecimento não vive um planeta que precisa de regeneração

artigozh@zerohora.com.br

Grupo RBS

Presidente Emérito
Jayme Sirotsky

Fundador
Maurício Sirotsky Sobrinho
(1925-1986)

Conselho de Acionistas

Carlos Meizer
Fernando Tornaim
Geraldo Corrêa
Gilberto Melches
(Presidente)
Marcelo D. Ferreira
Nelson P. Sirotsky
Pedro Sirotsky
Sônia Pacheco Sirotsky

Conselho Editorial

Nelson P. Sirotsky
(Publisher)
Anik Suzuki
Claudio Toigo
Débora Pradella
Jorge Audy
José Galló
Marcelo Rech
Marta Gleich
Ricardo Gandour
Rodrigo Lopes

Comitê Executivo

CEO: Claudio Toigo Filho
Jornalismo e Esporte: Marta Gleich
Operações e Entretenimento Rádios: Marco Gomes
Mercado: Patrícia Fraga
Digital e Transformação: Marcelo Leite
Gestão e Finanças: Mariana Silveira
Marketing: Caroline Torma

ZH

Fundada em
4 de maio de 1964
zerohora.com.br

Editores

Capa: Diego Araujo
Notícias: Leandro Fontoura
Comportamento: Rosângela Monteiro
Cultura e Lazer: Renata Maynart
Jornada Esportiva: Felipe Bortolanza

Gerente-executivo de Jornalismo: Nilson Vargas
Editora-chefe: Dione Kuhn